

## **CAPÍTULO 4**

### **A Área Metropolitana do Porto: um tabuleiro desigual de nove concelhos**

#### **Enquadramento jurídico e modelo territorial da AMP entre 1991 e 2004**

O objecto que nos ocupa, na multidimensionalidade dos retratos sociais reais, reconfigurou-se, do ponto de vista do enquadramento jurídico, entre a data da sua criação, 1991, e 2004 e 2005. Na sua origem, estiveram presentes posicionamentos políticos e económicos diferenciados face às mudanças económico-sociais da sociedade portuguesa e às necessidades e problemas sociais com que as autarquias se confrontavam, como, de igual modo, propostas políticas mais complexas, mas não necessariamente consensuais, quanto à configuração administrativa do território português e ao alargamento das competências e atribuições das próprias autarquias perante o princípio da descentralização político-administrativa.

Duas leis presidiram ao reposicionamento jurídico e político-administrativo das áreas metropolitanas (AM): a lei n.º 44/91 de 2 de Agosto, que criou as duas AM do país - Área Metropolitana de Lisboa (AML) e a AMP - e a lei n.º 10/2003 de 13 de Maio<sup>1</sup> que, a partir da anterior, estabeleceu o quadro jurídico necessário à criação efectiva de novas AM no território português. Não havia, até 2003, enquadramento legal para a instituição de pessoas colectivas públicas de âmbito territorial orientadas para a gestão integrada de espaços metropolitanos e urbanos do foro supramunicipal. A lei 44/91 apenas dizia respeito à AMP e à AML, perspectivando particularmente a articulação entre investimentos e serviços de âmbito supramunicipal das áreas urbanas integrantes, mas não contemplando parâmetros

---

<sup>1</sup> A lei n.º 44/91 foi aprovada a 4 de Junho de 1991 e a lei n.º 10/2003 a 20 de Março de 2003. Esta lei revogou a lei n.º 44/91 e estabeleceu o regime de criação, o quadro de atribuições e competências das AM e o funcionamento dos seus órgãos. Com a entrada em vigor da nova lei, e segundo o regime transitório previsto para as duas AM já criadas, a AMP propôs o seu alargamento em escritura pública de adaptação datada de 6 de Julho de 2004. Designa-se como GAMP desde 30 de Julho de 2004, após a publicação da escritura pública e dos respectivos Estatutos em Diário da República, n.º 178, III Série, Suplemento, de 30 de Julho de 2004.

jurídicos e institucionais para as áreas urbanas exteriores àquela configuração territorial. O desenvolvimento local e regional aqui perspectivado traduzia, de alguma forma, a lógica de litoralização e bipolarização do território nacional pois definia juridicamente as relações de complementaridade e de cooperação entre municípios territorialmente contíguos das áreas dos dois centros urbanos nacionais. A lei 10/2003 delineou o enquadramento jurídico necessário à criação de espaços metropolitanos, para além dos de Lisboa e Porto, que potenciassem o desenvolvimento sustentável de territórios urbanos, existentes e emergentes, numa lógica de descentralização e de complementaridade territorial, por um lado, e de articulação intermunicipal e intrametropolitana e de convergência entre municípios e poder central, por outro<sup>2</sup>.

O confronto entre as principais directrizes dos dois documentos legislativos permite tipificar especificidades que constam da lei actual: novos requisitos territoriais e demográficos, alargamento das atribuições das AM e das competências dos órgãos de funcionamento e trâmites processuais requeridos na constituição, financiamento e estabilidade política e jurídica das AM<sup>3</sup>.

A tabela 4.1 resume algumas dessas especificidades. A *designação da unidade territorial* – de *Área Metropolitana do Porto* para *Grande Área Metropolitana do Porto* – e a *natureza jurídica* não deixam de manter, de certo modo, os atributos iniciais. Porém, a primeira traduz mais do que uma red denominação formal: os *requisitos territoriais e demográficos* subjacentes no novo acto legislativo estipulam a contiguidade territorial entre os municípios e um número mínimo de 9 municípios

---

<sup>2</sup> Tal como consta do discurso de apresentação da GAMP no *site* oficial da instituição, os espaços metropolitanos ao constituírem-se como “espaços de concentração de pessoas de elevada qualificação profissional e de actividades de significativo valor acrescentado”, tornam-se “meios inovadores, cuja importância estratégica para a promoção do desenvolvimento económico e social e para a afirmação internacional do País não é demais sublinhar.” Veja-se o endereço [www.amp.pt/aamp.asp](http://www.amp.pt/aamp.asp), consultado pela última vez, no âmbito da análise documental deste trabalho, a 19 de Março de 2007.

<sup>3</sup> Tal como previsto na Constituição Portuguesa, as grandes áreas urbanas e as ilhas poderão estabelecer, por lei, e de acordo com as suas condições específicas, outras formas de organização territorial autárquica, tal como as AM (art. 237.º da lei constitucional 1/97 de 20 de Setembro). As AM são formas de organização territorial autárquica, para além dos municípios e das freguesias, instituídas a partir do voto favorável das assembleias municipais, sob proposta das respectivas câmaras municipais (art. 4.º da lei 10/2003 de 13 de Maio).

com pelo menos 350.000 habitantes. Pela nova configuração jurídica, as AM são de dois tipos: as Grandes Áreas Metropolitanas (GAM) e as Comunidades Urbanas (ComUrb), estas últimas unidades territoriais e administrativas com 3 concelhos com um mínimo de 150.000 habitantes. Fortalece-se o vínculo supramunicipal ao prever-se a permanência dos municípios integrantes por um período de 5 anos e ao interditar-se a pertença simultânea a mais de uma AM.

Se atentarmos ao nosso objecto de análise, a AMP inicial, constituída entre 1991 e 2004, passou não só a designar-se GAMP como também a integrar, a partir de 2005, 14 concelhos (mais 5 do que o painel fundador)<sup>4</sup> e 214 freguesias e a corresponder a uma área total de 1575 Km<sup>2</sup>. Constitui, desde 2004, e entre as 7 GAM do país<sup>5</sup>, a segunda que detém o maior número de habitantes, quer perspectivemo-la com 9 (figura 4.1) quer com 14 (figura 4.2) concelhos associados<sup>6</sup>.

---

<sup>4</sup> A AMP, entre 1991 e 2003, e como GAMP a partir de 2004, designou os concelhos de Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia. A partir de 2005, associaram-se mais 5 concelhos: Arouca, Santa Maria da Feira, Santo Tirso, São João da Madeira e Trofa. A adesão destes últimos ficou formalizada a 28 de Janeiro de 2005 por deliberação unânime da Assembleia Metropolitana: os novos parceiros metropolitanos participariam nas reuniões da Junta Metropolitana e da Assembleia Metropolitana sem direito de voto até ao *terminus* do mandato em vigor na altura da adesão (a 9 de Outubro de 2005), tal como previsto nos art. 31.º e 32.º dos Estatutos da GAMP.

<sup>5</sup> No território nacional há 7 GAM e 10 ComUrb cuja informação detalhada está disponível nos Anexos 4B e 4C. Para além das AM, a lei prevê, e tal como referido nas fontes documentais consultadas, outras formas de organização, do ponto de vista administrativo e político, necessárias ao desenvolvimento local. São elas as Comunidades Intermunicipais que, ao abrigo da lei n.º 11/2003 de 13 de Maio, são criadas por vários municípios para a realização de interesses comuns e podem ser de dois tipos: as Comunidades Intermunicipais de Fins Gerais, actualmente num total de 2 (Anexo 4D) e as Associações Municipais de Fins Específicos, num total de 36 (Anexo 4E). Este montante é aproximado e relativo pois, após confronto de informações, em 2007, entre o *site* oficial da DGAL e a publicação *Administração local em números 2005* (Portugal, 2006e), o *site* da ANMP e os *sites* oficiais das respectivas associações, foi possível verificar não só uma descoincidência de valores como o aparecimento de novas associações. As Associações de Freguesias (lei n.º 175/99 de 21 de Setembro), as Empresas Municipais e Intermunicipais (lei 58/98 de 18 de Agosto) e os Serviços Municipais Especializados são apresentados como outras formas de organização administrativa necessárias ao desenvolvimento local. Existem no continente, e segundo dados da DGAL, 9 associações de freguesias, criadas com finalidades diversas, entre elas a promoção do desenvolvimento socioeconómico com vista à melhoria da qualidade de vida das populações das freguesias associadas (Anexo 4F). Por fim, os municípios, as associações de municípios e as regiões administrativas podem criar empresas de âmbito municipal, intermunicipal e regional, dotadas de capitais próprios, para exploração de actividades que prossigam fins de reconhecido interesse público e cujo objecto se contenha no âmbito das respectivas atribuições. No Anexo 4G disponibilizamos informação sobre as empresas municipais criadas pelos concelhos membros da GAMP.

<sup>6</sup> Veja-se, mais adiante neste Capítulo, o retrato sócio-demográfico da GAMP.

Não é nossa intenção explorar o alcance jurídico das definições apresentadas na própria lei mas, segundo a perspectiva estritamente jurídica de alguns autores<sup>7</sup>, a criação das AM não correspondeu à criação efectiva de novas autarquias locais; traduziu-se mais na criação de associações de municípios de carácter especial. Embora a lei classifique as AM como “pessoas colectivas de direito público de âmbito territorial” (Portugal, 2006d, p. 44), o conceito de autarquia local pressupõe quatro elementos – território, agregado municipal, interesses comuns e órgãos representativos – que as AM legisladas em 1991 e as GAM em 2003 não integram na sua totalidade: não prescrevem a eleição directa dos órgãos da AM e, como tal, de órgãos representativos (Ibidem)<sup>8</sup>.

As *atribuições* das AM, à luz do novo diploma legal, alargam-se a outros domínios não previstos até 2003. Numa acção que se prevê concertada com os serviços da administração central, e prefigurando a lógica de actuação metropolitana, a intervenção dos municípios integrantes tanto afectam a saúde e a educação, a cultura e o turismo como o desporto, juventude e actividades de lazer e os equipamentos de utilização colectiva. Acrescem outras dimensões de intervenção supramunicipal: o planeamento e a gestão estratégica, económica e social, e a gestão territorial nas circunscrições municipais respectivas.

---

<sup>7</sup> Por exemplo, Neves (2004, p. 325-344) e Amaral (1994, p. 513).

<sup>8</sup> A GAMP é constituída pela Assembleia Metropolitana, órgão deliberativo, com 43 elementos eleitos pelas assembleias municipais dos concelhos que a compõem, pela Junta Metropolitana, órgão executivo, com os presidentes de câmara de cada um dos municípios e que elegem entre si 3 elementos (1 presidente e 2 vice-presidentes) e pelo Conselho Metropolitano, órgão consultivo, presidido pelo presidente da Junta Metropolitana e que integra os membros da Junta, o presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN) e os representantes dos serviços e organismos públicos cujas actividades se relacionam com a prossecução das atribuições da GAMP. Quadro jurídico este que mantém as especificidades dos respectivos órgãos inicialmente atribuídas à AMP, nosso objecto em análise. No contexto presente, e de acordo com informações documentais recolhidas no *site* oficial da instituição, a GAMP integra na Assembleia Metropolitana, e no mandato 2005/2009, 20 deputados do Partido Social Democrata (PPD/PSD), 16 do Partido Socialista (PS), 3 da Coligação Democrática Unitária (CDU), 3 do Partido Popular (CDS-PP) e 1 do Bloco de Esquerda (BE). Veja-se o endereço [www.amp.pt/DeputadosAM2005.html](http://www.amp.pt/DeputadosAM2005.html), consultado pela última vez, no âmbito da análise documental deste trabalho, a 19 de Março de 2007.

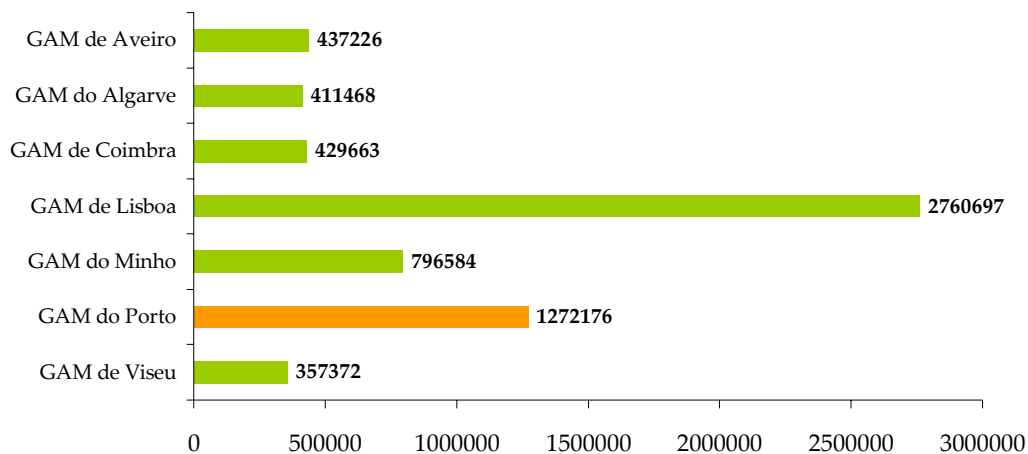
**Tabela 4.1**

Objecto, natureza jurídica e requisitos territoriais, demográficos e de estabilidade das Áreas Metropolitanas, 1991 e 2003

<p><b>Lei n.º 44/91 de 2 de Agosto</b> Diário da República - I Série-A, N.º 176 de 02-08-1991 Entrou em vigor a 02-11-1991</p>	<p><b>Lei n.º 10/2003 de 13 de Maio</b> Diário da República - I Série-A, N.º 110 de 13/05/2003 Entrou em vigor a 21-08-2003</p>
<p><b>Objecto</b> Criar as Áreas Metropolitanas de Lisboa (AML) e do Porto (AMP).</p>	<p><b>Objecto</b> Estabelecer o regime de criação e o quadro de atribuições das áreas metropolitanas (AM), o funcionamento dos seus órgãos e as suas respectivas competências. Definiram-se dois tipos de AM: as grandes áreas metropolitanas (GAM) e as comunidades urbanas (ComUrb).</p>
<p><b>Natureza jurídica</b> "As áreas metropolitanas são pessoas colectivas de direito público de âmbito territorial e visam a prossecução de interesses próprios das populações da área dos municípios integrantes." (art. 1.º)</p>	<p><b>Natureza jurídica</b> "As áreas metropolitanas são pessoas colectivas de natureza associativa e de âmbito territorial e visam a prossecução de interesses comuns aos municípios que as integram." (art. 2.º)</p>
<p><b>Âmbito territorial</b> A AML e a AMP são constituídas por 18 e 9 concelhos respectivamente. A AML tem sede em Lisboa e compreende os concelhos de Alcochete, Almada, Amadora, Azambuja, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Oeiras, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira. A AMP tem sede no Porto e compreende os concelhos de Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia.</p>	<p><b>Requisitos territoriais e demográficos</b> São constituídas por municípios ligados entre si por um nexo de continuidade territorial e com um mínimo de 9 municípios com pelo menos 350.000 habitantes no caso das GAM e de 3 com pelo menos 150.000 habitantes no caso das ComUrb.</p>
<p>[sem referência]</p>	<p><b>Estabilidade:</b> permanência dos municípios por um período de 5 anos, interdição de pertença simultânea dos municípios a mais de uma AM e interdição de pertença dos municípios de uma AM a uma comunidade intermunicipal.</p>

**Figura 4.1**

Grandes Áreas Metropolitanas - população abrangida (n.º hab.), 2004 <sup>a)</sup>

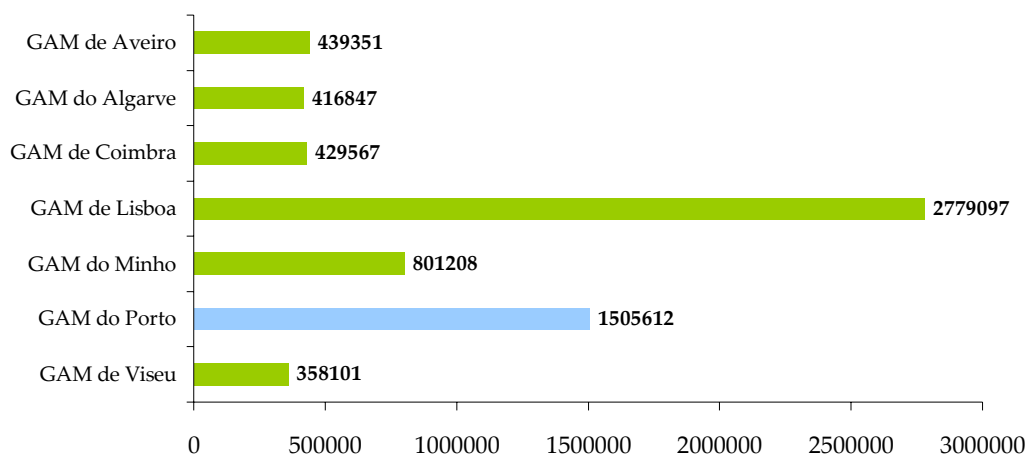


Fonte: DGAL, *Administração local em números 2005*

<sup>a)</sup> Os dados reportam a 31/12/2004. Nesta data a GAMP não integra ainda os 5 novos concelhos: Arouca, Santa Maria da Feira, Santo Tirso, São João da Madeira e Trofa.

**Figura 4.2**

Grandes Áreas Metropolitanas - população abrangida (n.º hab.), 2005 <sup>a)</sup>



Fonte: INE, *Anuários Estatísticos Regionais 2005 (7 Regiões)*

<sup>a)</sup> Os dados reportam a 31/12/2005. A GAMP integra os 5 novos concelhos: Arouca, Santa Maria da Feira, Santo Tirso, São João da Madeira e Trofa.

**Tabela 4.2**

## Atribuições das Áreas Metropolitanas, 1991 e 2003

<p align="center"><b>Lei n.º 44/91 de 2 de Agosto</b> Diário da República - I Série-A, N.º 176 de 02-08-1991 Entrou em vigor a 02-11-1991</p>	<p align="center"><b>Lei n.º 10/2003 de 13 de Maio</b> Diário da República - I Série-A, N.º 110 de 13/05/2003 Entrou em vigor a 21-08-2003</p>
<p><b>Atribuições</b></p> <p>"a) Assegurar a articulação dos investimentos municipais que tenham âmbito supramunicipal;</p> <p>b) Assegurar a conveniente articulação de serviços de âmbito supramunicipal, nomeadamente nos sectores dos transportes colectivos, urbanos e suburbanos e das vias de comunicação de âmbito metropolitano;</p> <p>c) Assegurar a articulação da actividade dos municípios e do Estado nos domínios das infra-estruturas de saneamento básico, de abastecimento público, da protecção do ambiente e recursos naturais, dos espaços verdes e da protecção civil;</p> <p>d) Acompanhar a elaboração dos planos de ordenamento do território no âmbito municipal ou metropolitano, bem como a sua execução;</p> <p>e) Dar parecer sobre os investimentos da administração central das respectivas áreas, bem como dos que sejam financiados pela Comunidade Económica Europeia;</p> <p>f) Organizar e manter em funcionamento serviços técnicos próprios;</p> <p>g) Outras atribuições que sejam transferidas da administração central ou delegadas pelos municípios nas respectivas áreas metropolitanas." (art. 4.º)</p>	<p><b>Atribuições</b></p> <p>"Sem prejuízo das atribuições transferidas pela administração central e pelos municípios, as áreas metropolitanas são criadas para (...):</p> <p>a) Articulação dos investimentos municipais de interesse supramunicipal;</p> <p>b) Coordenação de actuações entre os municípios e os serviços da administração central, nas seguintes áreas:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Infra-estruturas de saneamento básico e de abastecimento público;</li> <li>2) Saúde;</li> <li>3) Educação;</li> <li>4) Ambiente, conservação da natureza e recursos naturais;</li> <li>5) Segurança e protecção civil;</li> <li>6) Acessibilidades e transportes;</li> <li>7) Equipamentos de utilização colectiva;</li> <li>8) Apoio ao turismo e à cultura;</li> <li>9) Apoios ao desporto, à juventude e à actividade de lazer;</li> </ol> <p>c) Planeamento e gestão estratégica, económica e social;</p> <p>d) Gestão territorial na área dos municípios integrantes." (art. 6.º)</p>

**Tabela 4.3**

**Órgãos, receitas fiscais e despesas das Áreas Metropolitanas, 1991 e 2003**

<p><b>Lei n.º 44/91 de 2 de Agosto</b> Diário da República - I Série-A, N.º 176 de 02-08-1991 Entrou em vigor a 02-11-1991</p>	<p><b>Lei n.º 10/2003 de 13 de Maio</b> Diário da República - I Série-A, N.º 110 de 13/05/2003 Entrou em vigor a 21-08-2003</p>
<p><b>Órgãos</b> Assembleia Metropolitana, Junta Metropolitana e Conselho Metropolitano.</p>	<p><b>Órgãos</b> GAM - Assembleia Metropolitana, Junta Metropolitana e Conselho Metropolitano. ComUrb - Assembleia da Comunidade Urbana, Junta da Comunidade Urbana e Conselho da Comunidade Urbana.</p>
<p><b>Receitas fiscais</b> - as transferências do Orçamento do Estado e das autarquias locais; - as dotações, subsídios ou comparticipações de que venham a beneficiar; - as taxas de disponibilidade, de utilização e de prestação de serviços; - o produto da venda de bens e serviços; - o rendimento de bens próprios, o produto da sua alienação ou da atribuição de direitos sobre eles; - quaisquer acréscimos patrimoniais, fixos ou periódicos, que, a título gratuito ou oneroso, lhes sejam atribuídos por lei, contrato ou outro acto jurídico; - quaisquer outras receitas permitidas por lei.</p>	<p><b>Receitas fiscais</b> - o produto das contribuições dos municípios que as integram; - as transferências do Orçamento do Estado; - as transferências dos municípios, no caso de competências delegadas por estes; - as transferências resultantes de contratualização com a administração central ou com outras entidades públicas ou privadas; - os montantes de co-financiamentos comunitários que lhes sejam atribuídos; - as dotações, subsídios ou comparticipações de que venham a beneficiar; - as taxas devidas pela prestação de serviços; - o produto da venda de bens e serviços; - o rendimento de bens próprios, o produto da sua alienação ou da atribuição de direitos sobre eles; - quaisquer acréscimos patrimoniais, fixos ou periódicos, que, a título gratuito ou oneroso, lhes sejam atribuídos por lei, contrato ou outro acto jurídico; - quaisquer outras receitas permitidas por lei.</p>
<p>[sem referência]</p>	<p><b>Despesas</b> Os encargos decorrentes da prossecução das atribuições que lhe estão confiadas, bem como os resultantes da manutenção e do funcionamento dos seus órgãos e serviços.</p>



Perante novas atribuições, outras competências se exigem aos *órgãos de funcionamento* e as *fontes de financiamento* passam a integrar também os cofinanciamentos comunitários e as transferências resultantes de contratualizações com a administração central e com outras entidades públicas ou privadas.

As novas AM enquadram-se na última reforma administrativa do território nacional. Em 1991, aquando da criação da AML e da AMP, o modelo de desenvolvimento económico e social, em virtude das condições estruturais dos concelhos, e do preâmbulo constitucional da descentralização administrativa, exigia a cooperação supramunicipal. A criação da AMP correspondeu à necessidade de instituir entidades supramunicipais de modo a ultrapassar a inexistência de um nível intermédio de decisão política entre o poder central (o nível governamental) e o poder local (o nível autárquico) que potenciase interesses públicos de forma eficiente e adequados às especificidades locais. O diploma jurídico de 2003, segundo alguns uma resposta alternativa à não criação das regiões administrativas, referendada em 1998 (Neves, 2004)<sup>9</sup>, tornou-se um desafio tanto administrativo como político para os municípios em causa.

A atenção sobre algumas das dimensões analisadas no relatório de auditoria financeira da GAMP realizado para os anos de exercício de 2003 e de 2004<sup>10</sup>,

---

<sup>9</sup> Segundo os dados oficiais recolhidos junto da CNE, à primeira pergunta do referendo, dirigida a todos os cidadãos eleitores recenseados em território nacional – “Concorda com a instituição em concreto das regiões administrativas?” – 34,97% responderam Sim e 60,87% Não. Por seu turno, e segundo os dados provisórios, os únicos disponíveis, relativamente à segunda pergunta do referendo, restrita aos cidadãos eleitores recenseados em cada uma das regiões administrativas criadas – “Concorda com a instituição em concreto da região administrativa da sua área de recenseamento eleitoral?” – 36,07% responderam Sim e 63,93% Não. A taxa de abstenção foi, respectivamente, de 51,88% e 51,71%. Veja-se a este propósito o *site* oficial da CNE: [www.eleicoes.cne.pt](http://www.eleicoes.cne.pt). Assinale-se que os dados oficiais apresentados pela CNE para a primeira questão não são nem coincidentes com os respectivos resultados provisórios, nem perfazem um total de 100%.

<sup>10</sup> A auditoria financeira realizada pelo Tribunal de Contas, no âmbito do Plano de Fiscalização para 2005, aos exercícios de 2003 e 2004 da GAMP procurou emitir uma opinião sobre “o cumprimento da legalidade dos procedimentos administrativos e dos registos contabilísticos, assim como proceder à avaliação do sistema de controlo interno e à análise das demonstrações financeiras daqueles exercícios” (Portugal, 2006d, p.7). Por outro lado, e do ponto de vista da análise que aqui nos interessa, esta auditoria procurou, de igual modo, “apreciar a implementação do Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais e a adequação da GAMP ao novo regime jurídico de criação, quadro de atribuições e competências das áreas metropolitanas, fixado pela Lei n.º 10/2003, de 13 de Maio, bem como verificar o acolhimento das recomendações constantes no Relatório do Tribunal de Contas n.º 03/02-2.ª Secção.” (Ibidem)

permite-nos visualizar o relativo distanciamento entre as atribuições jurídicas das novas AM e a concretização, segundo os trâmites administrativos e jurídicos e com implicações efectivas do ponto de vista social e político, das novas exigências, no caso em particular, pela GAMP. Segundo esta fonte (Portugal, 2006d), a sua adaptação ao novo quadro jurídico “veio conferir-lhe um conjunto de atribuições e competências, sem que, contudo, tal se tenha manifestado num efectivo incremento da actividade desenvolvida, quer pela inexistência de contratualização com o Governo de transferências de atribuições, quer pela ausência de repartição de competências dos municípios associados, o que se tem traduzido numa escassa actividade face ao acervo de atribuições introduzidas pela citada lei, nomeadamente quanto à execução de projectos que requeiram a participação de vários níveis de administração” (Ibidem, p. 7). Como exercício de avaliação externa, tipificou de que modo o órgão executivo da GAMP concretizou as recomendações oficiais apontadas em 2002, todas elas, ainda que indicativas de um período de adaptação ao novo modelo jurídico, reflexo de lógicas de implementação algo distantes dos preâmbulos previstos legalmente<sup>11</sup> e dos condicionalismos políticos e financeiros subjacentes aos processos de descentralização administrativa. Registe-se, a título de curiosidade, que aos órgãos da GAMP, a quem se atribui competências nos domínios organizativo e funcional, consultivo e de gestão territorial, e na coordenação e promoção de políticas urbanas, acresce um quadro de pessoal restrito que, em 2005, à data da auditoria, encontrava-se preenchido a 16,7%, correspondente a 2 funcionários, 1 técnica superior de relações públicas, a exercer funções de Directora de Departamento em comissão de serviço, e 1 técnica profissional afecta à área da contabilidade. A GAMP recorreu, ainda, à contratação a termo certo de 1 técnico

---

<sup>11</sup> Entre elas, salienta-se a recomendação em 2002 da necessidade de elaborar um regulamento que definisse a natureza, estrutura e funcionamento dos serviços públicos metropolitanos, recomendação esta que voltou a ser reiterada no relatório de 2006, conjuntamente com a indicação de elaborar e aprovar um organograma legal. Perante tal questão a Directora de Departamento teceu o seguinte comentário: “*Informa-se que o Regulamento referido em epígrafe, ainda, não está elaborado e aprovado, dado que a GAMP tem estado a realizar o processo de adaptação à nova legislação das Áreas Metropolitanas (Lei n.º 10/2003, de 13 de Maio) e aguarda a definição do quadro de competências a contratualizar com o Governo, a fim de definir a estrutura dos serviços que irá necessitar, assim como do quadro do pessoal necessário.*” (cit. por Portugal, 2006d, p.12)

profissional e de 1 auxiliar administrativo que exerceram estas funções ao longo de 2003 e 2004.

**Tabela 4.4**

Composição do quadro de pessoal da GAMP, 07-03-2005

<b>Grupo</b>	<b>Quadro aprovado</b>	<b>Lugares preenchidos</b>	<b>%</b>
Dirigente	1	0	0
Técnico Superior	2	1	50
Técnico	1	1	100
Informática	2	0	0
Administrativo	3	0	0
Auxiliar	3	0	0
Total	12	2	16,7

Fonte: TC, Auditoria à Grande Área Metropolitana do Porto. Exercícios de 2003/2004

O objecto aqui em análise, a AMP, e voltando ao ponto de partida em questão, reconfigurou-se, e de alguma forma reconfigura-se ainda, como adiante veremos, sob vários prismas. Um trabalho de 1993 dava conta, a um outro nível de análise, da descoincidência entre o objecto formal criado a partir de uma delimitação territorial coincidente com a NUT III correspondente (o Grande Porto) e o modelo territorial que entretanto se consolidou<sup>12</sup>. Parece-nos relevante reter aqui que, segundo os autores, a AMP institucionalizou-se, do ponto de vista político e por empenho directo dos respectivos municípios, a partir da referida delimitação territorial e do critério da polarização funcional exercida pela cidade do Porto numa área mais vasta como aquela abrangida pelos municípios entretanto associados. O espaço metropolitano foi definido, assim, numa base concelhia e segundo os modelos que mediam a polarização funcional exercida pelo Porto. Um conjunto de factores, porém, questionou tal pressuposto e exigia, em 1993, já após a criação da AMP, um outro enquadramento analítico do fenómeno “área metropolitana”. Por

<sup>12</sup> Relatório temático sobre o modelo territorial da AMP em 1993 (Figueiredo [et al.], 1993) e as principais características demográficas, produtivas e territoriais do espaço metropolitano, e que questiona os critérios seguidos para a delimitação territorial da AMP, propondo novos elementos de análise como os conceitos de cidade-aglomeração e cidade-região.

um lado, a disponibilidade, no campo científico, de instrumentos de leitura do fenómeno alternativos, como, por exemplo, os modelos das estruturas reticulares; por outro lado, as mudanças verificadas no próprio objecto real: as transformações territoriais das décadas de 70 e 80 do século passado<sup>13</sup>; as margens de intervenção municipal mais alargadas quanto à realização de investimentos, com capacidade de estruturação do território (particularmente, na criação de equipamentos, da rede viária municipal, de novas centralidades urbanas, de áreas de recreio e lazer locais); o amadurecimento do exercício do poder local e das lideranças autárquicas, com novos ciclos eleitorais e de eleitos; as novas condições de investimento municipal<sup>14</sup> e o programa de investimentos públicos, que condicionaram a estruturação territorial da AMP, ao permitirem a circulação de pessoas e de mercadorias no interior do espaço metropolitano e em direcção aos eixos do tráfego internacional (Figueiredo [et al.], 1993). O contexto metropolitano alterou-se e novas dimensões se impuseram como referentes analíticos. O Plano da Região do Porto<sup>15</sup> a que fazem referência relativizou-se perante as alterações sócio-demográficas da região<sup>16</sup> e, segundo a proposta dos autores, a centralidade territorial do Porto seria integrada numa multiplicidade de interdependências territoriais que configurariam a estrutura policêntrica da AMP, ainda que desigual e lenta, e as potencialidades específicas dos espaços periféricos e a sua relativa autonomia funcional. Defendem, por isso, um

---

<sup>13</sup> Os autores padronizam os ciclos de crise e de euforia económica, que se alternaram no jogo conjuntural das forças económicas mais globais, e que determinaram fortes pressões sobre o solo urbano disponível e o equilíbrio entre as dimensões do binómio habitação/emprego industrial e terciário (Figueiredo [et al.], 1993).

<sup>14</sup> Os fundos estruturais aplicados na AMP provenientes do Quadro Comunitário de Apoio (QCA) de 1989-1993 e do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER).

<sup>15</sup> Exercício de planeamento regional datado de Junho de 1975 que definia a Região Porto, entendida como região hierarquizada e integrada, com a AMP (concelhos de Porto, Matosinhos, Vila Nova de Gaia, Gondomar e Ermesinde), o Cávado, o Ave e Vale do Sousa. Como referem os autores, “os critérios que subordinaram a referida delimitação territorial assentaram fundamentalmente na abrangência da polarização funcional exercida pela cidade do Porto numa área mais vasta, retomando os primeiros trabalhos realizados (...) quer pela secção de Planeamento Regional e Urbano da Faculdade de Engenharia do Porto, quer pela Equipa Técnica responsável pelo Plano da Região do Porto, datado dos primeiros anos da década de 70.” (Ibidem, p. 85)

<sup>16</sup> Os recenseamentos de 1981 e 1991 permitiram, na altura, visualizar tais alterações ao darem indicações mais precisas sobre a densidade populacional das freguesias e a área correspondente, o emprego, a habitação e a residência, e os movimentos pendulares casa-trabalho.

modelo territorial diferente do instituído em 1993: a *cidade-aglomeração*, constituída pelos concelhos do Porto, Maia, Matosinhos, Vila Nova de Gaia, Valongo e Gondomar, e enquanto espaço territorial, com duas linhas municipais: as áreas, efectiva ou potencialmente, centrais (cidade do Porto, áreas urbanas da Maia, Matosinhos e Vila Nova de Gaia) e a periferia suburbanizada, representada por Valongo, Gondomar e Vila Nova de Gaia. Os concelhos de Póvoa de Varzim, Vila do Conde e Espinho não integrariam a *cidade-aglomeração* pelo “facto da sua base urbana se ter consolidado com grandes margens de autonomia face ao desenvolvimento metropolitano. Para essa consolidação muito contribuiu a influência das funções de lazer e turismo, as quais são exercidas polarizando outras áreas que não apenas os residentes da AMP” (Figueiredo [et al.], 1993, p. 64). E acrescentam que nos anos 80 estes concelhos revelaram uma diminuição da população residente (com perda do peso relativo no contexto residencial da AMP) e não fixaram o seu elevado crescimento natural na década de 80. Estes concelhos “(...) inserem-se mais numa segunda coroa de desenvolvimento urbano e as suas funções de lazer e turismo assumem expressão nesse contexto [no de cidade-região (Ibidem, p. 62)] e não apenas no da AMP.” (Ibidem, p. 64-65)

Não é nossa intenção aqui abordar o fenómeno das áreas metropolitanas, do ordenamento territorial e funcionalidade dos centros urbanos e regiões integradas por municípios associados. Contudo, não queremos deixar de assinalar que a configuração inicial da AMP, enquanto espaço supramunicipal, assentou mais numa decisão política conjunta de constituição de espaços com estas características (a AMP e a AML) e atendendo à polarização funcional de um centro urbano, no caso do Porto (no caso da AML, o de Lisboa), e menos na discussão e avaliação dos critérios técnicos de delimitação territorial e nas mudanças mais globais entretanto ocorridas nos concelhos associados. Por outro lado, apontava-se já em 1993 as potencialidades endógenas de alguns destes municípios, particularmente as de lazer e turísticas, como factores de uma relativa centralidade interna e externa, para além da configuração metropolitana constituída. No contexto actual, e de acordo com a

nova legislação e a reconfiguração da AMP em GAMP, de novo os critérios de delimitação territorial poderão ser reenquadrados tanto à luz de dimensões políticas e de viabilidade da cooperação entre municípios contíguos, ainda que com montantes estipulados de habitantes, como de parâmetros de natureza mais técnica, tal como os acima indicados no estudo em causa.

Para além das questões estritamente territoriais, e da maior ou menor legitimação técnica subjacente à criação da AMP ressalvemos algumas características que a padronizam como um espaço peculiar na construção de uma oferta municipal e metropolitana de bens e serviços culturais e turísticos. Vejamos, em primeiro lugar, um conjunto de coordenadas quanto àquilo que tem sido, à escala intrametropolitana e nacional, a AMP, entendida na sua configuração teórica<sup>17</sup>, em momentos diferenciados da afirmação do poder local em Portugal e da divisão territorial e administrativa do Estado português, com particular incidência nas dimensões analíticas que aqui nos ocupam. Começemos pelo retrato político global da AMP.

---

<sup>17</sup> Relembramos a apresentação do objecto real e a construção do objecto teórico AMP que fazemos no Capítulo 3 deste trabalho.

## Eleitos locais e quadros partidários municipais

Tal como previsto no art. 235.º, ponto 2, do Título VIII – Poder Local - da Constituição Portuguesa, as autarquias locais são pessoas colectivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas<sup>18</sup>. As que estão instituídas<sup>19</sup> - *município* e *freguesia* - correspondem, jurídica e concretamente, ao poder local efectivo em Portugal. A categoria *região* administrativa, constitucionalmente consagrada<sup>20</sup> e juridicamente enquadrada pela lei 19/98 de 28 de Abril quanto às bases gerais da sua criação, até ao momento traduziu-se apenas na tipificação de um mapa de regiões administrativas em Portugal<sup>21</sup>, referendado a 8 de Novembro de 1998 e com o voto desfavorável dos cidadãos recenseados<sup>22</sup>.

---

<sup>18</sup> As autarquias definem-se à luz dos princípios que constam da Carta Europeia de Autonomia Local, aprovada em 1985 pelo Conselho da Europa e aprovada entre nós pela Resolução da Assembleia da República n.º 28/90 de 23 de Outubro (Diário da República, I Série, n.º 245/90 de 23 de Outubro). Prevê-se no Preâmbulo da Carta que as autarquias locais são um dos principais fundamentos de um regime democrático e que o princípio da autonomia local deve ser reconhecido por legislação interna e pela própria Constituição.

<sup>19</sup> No continente, as autarquias locais são as freguesias, os municípios e as regiões administrativas; nas ilhas dos Açores e da Madeira, são as freguesias e os municípios (art. 236.º da Constituição Portuguesa, 4.ª revisão constitucional pela lei constitucional n.º 1/97 de 20 de Setembro). Actualmente, existem em Portugal 308 municípios (278 no Continente e 30 nas Regiões Autónomas) e 4259 freguesias (4050 no território continental e 209 nos territórios insulares). Veja-se a este propósito o Anexo 4A.

<sup>20</sup> Capítulo IV, art. 255.º a 262.º: às regiões administrativas, nos termos constitucionais, são conferidas a direcção de serviços públicos e tarefas de coordenação e apoio à acção dos municípios, no respeito da autonomia destes e sem limitação dos respectivos poderes. Elaboram planos regionais e participam na elaboração dos planos nacionais e a sua instituição em concreto depende da aprovação da lei de instituição de cada uma delas e do voto favorável expresso pela maioria dos cidadãos eleitores que se tenham pronunciado em consulta directa, de alcance nacional e relativa a cada área regional.

<sup>21</sup> São elas Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes e Alto Douro, Beira Litoral, Beira Interior, Estremadura e Ribatejo, Lisboa e Setúbal, Alentejo e Algarve.

<sup>22</sup> Segundo dados recolhidos junto da CNE, os resultados obtidos no referendo traduziram (e traduzem) as dificuldades nos consensos políticos e partidários em torno da regionalização do território nacional. A discussão quanto à criação efectiva das regiões administrativas, paralelas às outras formas administrativas de autarquia, tem oscilado entre os posicionamentos contrários (que advogam a tradição do municipalismo português e as virtualidades históricas da intervenção municipal e, conseqüentemente, a eliminação das regiões da Constituição Portuguesa) e os posicionamentos favoráveis ao preceito constitucional e ao efectivo cumprimento da lei criada, ainda que entre estes seja pouco consensual o posicionamento face ao número e à extensão territorial das circunscrições respectivas. Veja-se a este propósito o *site* oficial da CNE [www.eleicoes.cne.pt](http://www.eleicoes.cne.pt).

Analisando o poder local a partir das autarquias de facto instituídas, estas constituem-se como divisões administrativas do território nacional, com atribuições e competências específicas que desenvolvem na sua circunscrição, e dispõem de património, finanças e receitas, poder regulamentar e quadros de pessoal próprios, necessários à prossecução dos seus objectivos<sup>23</sup>. São atribuições das autarquias, atendendo ao princípio da unidade do Estado e ao regime legalmente definido de delimitação e coordenação de actuações da administração central e local em matéria de investimentos públicos, tudo o que diz respeito aos interesses próprios, comuns e específicos das populações respectivas (art. 2.º do decreto-lei n.º 100/84 de 29 de Março): administração de bens próprios e sob sua jurisdição; desenvolvimento; abastecimento público, salubridade pública e saneamento básico; saúde, educação e ensino; cultura, tempos livres e desporto; defesa e protecção do meio ambiente e da qualidade de vida do respectivo agregado populacional; e protecção civil.

Os órgãos deliberativos e executivos das autarquias, constitucionalmente previstos<sup>24</sup> e com enquadramento jurídico<sup>25</sup>, constituem modalidades de organização formal, e necessariamente partidária, do poder local e, como tal, palco de lógicas específicas de exercício do poder e da liderança. O retrato dos eleitos locais, a partir do posicionamento político-partidário que cada acto eleitoral induz, recompõe coordenadas quanto à orientação do jogo político local e às modalidades

---

<sup>23</sup> Constituição Portuguesa, quarta revisão constitucional, lei constitucional 1/97 de 20 de Setembro, art. 237.º a 243.º. A tutela administrativa sobre as autarquias locais consiste na verificação do cumprimento da lei por parte dos órgãos autárquicos e é exercida nos casos e segundo as formas previstas na lei. As medidas tutelares restritivas da autonomia local são precedidas de parecer de um órgão autárquico, nos termos a definir por lei. A dissolução de órgãos autárquicos só pode ter por causa acções ou omissões ilegais graves (art. 242.º). Estão salvaguardadas, assim, a autonomia e a democraticidade do poder local.

<sup>24</sup> Segundo o art. 239.º da Constituição Portuguesa, as autarquias têm uma assembleia eleita dotada de poderes deliberativos e um órgão executivo colegial responsável perante aquela. A primeira é “eleita por sufrágio universal, directo e secreto dos cidadãos recenseados na área da respectiva autarquia, segundo o sistema da representação proporcional”; o segundo é “constituído por um número adequado de membros, sendo designado presidente o primeiro candidato da lista mais votada para a assembleia ou para o executivo, de acordo com a solução adoptada na lei, a qual regulará também o processo eleitoral, os requisitos da sua constituição e destituição e o seu funcionamento” (art. 239.º). Dispõem de poder regulamentar nos limites da Constituição, das leis e dos regulamentos emanados das autarquias de grau superior ou das autoridades com poder tutelar (art. 241.º).

<sup>25</sup> Lei 79/77 de 25 de Outubro, primeira lei das autarquias locais, revista pelo decreto-lei n.º 100/84 de 29 de Março.



de exercício da democracia local<sup>26</sup>. Nesse sentido, e quando perspectivada nos seus limites supramunicipais, a AMP figura num quadro político-partidário de regularidades específicas que, contudo, não obscurecem as de cariz nacional.

Se atentarmos aos eleitos locais para os órgãos Câmara Municipal e Assembleia Municipal<sup>27</sup>, entre 1976 e 2005, constata-se uma relativa continuidade dos posicionamentos político-partidários na AMP e uma fragmentação clara entre as autarquias socialistas e as autarquias sociais-democratas, o mapa partidário maioritário do território metropolitano. Alguns dos posicionamentos partidários alicerçaram-se, em momentos particulares da história do poder local, nas coligações de partidos<sup>28</sup>, alimentando alianças temporárias entre forças políticas e viabilizando projectos de gestão local<sup>29</sup>.

Os actos eleitorais para as autarquias da AMP do pós-25 de Abril de 1974, particularmente o de 1976, traduziram a hegemonia do PS na quase totalidade das câmaras e assembleias municipais, excepto nas do concelho de Póvoa de Varzim. Destacaram-se os mandatos socialistas sem, contudo, negar-se a presença

---

<sup>26</sup> As formas de organização autárquica das comunidades locais remontam à época medieval mas a configuração democrática actual das autarquias prefigurou-se após o 25 de Abril de 1974, com a sua consagração constitucional em 1976. A democracia local teve as primeiras eleições autárquicas em Dezembro de 1976.

<sup>27</sup> No objecto em análise, privilegiamos os eleitos para os órgãos do município. Os órgãos representativos do município são a Assembleia Municipal, com poderes deliberativos, e a Câmara Municipal, com poderes executivos e responsabilidades políticas perante aquela. Compõem a câmara, eleita directamente pelos cidadãos recenseados na respectiva área, um presidente (primeiro candidato da lista mais votada) e vereadores (cujo número varia consoante a amplitude dos cidadãos inscritos no recenseamento eleitoral). Na assembleia têm assento membros eleitos e membros por inerência (os presidentes das juntas de freguesia do município). Os órgãos representativos da freguesia, por sua vez, e com poderes deliberativos e executivos, são, respectivamente, a Assembleia de Freguesia e a Junta de Freguesia. Confronte-se a lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro.

<sup>28</sup> A coligação de partidos constitui uma aliança de dois ou mais partidos, por tempo indefinido e de âmbito delimitado, para prossecução de determinadas finalidades, políticas, sociais ou outras. Não detém personalidade jurídica, exige a aprovação pelos órgãos representativos dos partidos que a compõe, a indicação precisa do âmbito e da finalidade específicos da coligação e a comunicação por escrito ao Tribunal Constitucional. A sua formação não pressupõe a alteração da identidade, da organização estatutária ou do programa político dos partidos coligados. Um dos fins a que se propõem as coligações de partidos é o dos partidos coligados se apresentarem a actos eleitorais com listas conjuntas. No caso das coligações para fins eleitorais ou referendários, que se definem pela apresentação de listas para determinada eleição ou para participação no esclarecimento público de questões submetidas a referendo, extinguem-se com a divulgação do resultado definitivo da eleição. Veja-se a este propósito o *site* oficial da CNE: [www.cne.pt](http://www.cne.pt).

<sup>29</sup> Nos Anexos 4H a 4Y estão disponíveis os dados sobre os eleitos locais por concelho da AMP.

significativa das vereações sociais-democratas (com particular destaque nas câmaras do Porto e Vila Nova de Gaia), das vereações centristas (nas do Porto e Póvoa de Varzim), e da Frente Eleitoral Povo Unido (FEPU)<sup>30</sup> nas de Gondomar e Porto.

1979 acentuou alguns dos traços anteriores e delineou novas regularidades do exercício do poder político local. Deu-se o aparecimento dos primeiros presidentes de câmara que manteriam, nos anos seguintes, uma gestão política do concelho por vários anos (concelhos da Maia, Matosinhos e Póvoa de Varzim). Acompanhou-o a inversão do posicionamento das forças políticas: o PS perdeu a influência maioritária nas câmaras da AMP (apenas Vila do Conde manteve a edilidade socialista) e a Aliança Democrática (AD)<sup>31</sup> assumiu a liderança das câmaras de Espinho, Gondomar, Maia, Porto, Valongo e Vila Nova de Gaia; de 79 eleitos na Câmara Municipal e de 395 na Assembleia Municipal, 34 e 161 foram da AD. A maioria absoluta da AD nas câmaras da Maia, Porto e Vila Nova de Gaia e o posicionamento isolado do Centro Democrático Social (CDS) na Póvoa de Varzim, único concelho em que a AD não apresentou candidatos, tornaram este ano um ano eleitoral de uma relativa viragem política. O aparecimento de uma nova coligação de esquerda, a Aliança Povo Unido (APU)<sup>32</sup>, em todos os concelhos, excepto Póvoa de Varzim e Vila do Conde; e da União Democrática Popular (UDP), nova força de esquerda, com uma presença minoritária na Assembleia Municipal de Gondomar, Porto e Vila Nova de Gaia, dava mostras do peso significativo da esquerda revolucionária da época.

As primeiras eleições autárquicas da década de 80 do século passado confirmaram tendências verificadas nos anos anteriores: a manutenção das mesmas forças políticas no jogo de equilíbrios partidários e das presidências de câmara com

---

<sup>30</sup> Coligação Frente Eleitoral Povo Unido, criada em 1976 com vista a candidatar-se às eleições autárquicas de 12-12-1976, e composta pelo Partido Comunista Português (PCP), pelo Movimento Democrático Português – Comissões Democráticas Eleitorais (MDP/CDE) e pela Frente Socialista Popular (FSP).

<sup>31</sup> Coligação Aliança Democrática, constituída pelo PPD/PSD, pelo, na altura ainda designado, CDS e pelo Partido Popular Monárquico (PPM) para fins eleitorais e que concorreu como vencedora às legislativas de 1979 e de 1981. Apresentou-se, de igual modo, às eleições autárquicas deste período.

<sup>32</sup> Coligação Aliança Povo Unido, criada em 1979, candidata às eleições intercalares de 1979 e às eleições legislativas de 1980, 1983 e 1985, e integrada pelos partidos PCP e MDP/CDE.

os mesmos protagonistas políticos. Assistiu-se, por um lado, a nova inversão do posicionamento partidário maioritário - o PS voltou a redimensionar a sua centralidade em 6 das 9 câmaras da AMP em 1982 e 1989 (nomeadamente nos concelhos de Espinho, Gondomar, Matosinhos, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia) – e, por outro, à centralidade do CDS na única autarquia centrista – Póvoa de Varzim – e ao equilíbrio das forças partidárias habituais em 1985 (4 autarquias PS, 4 PPD/PSD e 1 CDS). As passagens do Partido Renovador Democrático (PRD) e do MDP/CDE pelo poder local nas autarquias da AMP não deixaram de constituir duas curiosidades partidárias no tabuleiro político da década.

Os anos 90 contrapuseram-se em dois momentos de gestão político-partidária: o período de hegemonia das autarquias socialistas situadas na orla litoral (Espinho, Matosinhos, Porto, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia) e o período de hegemonia das autarquias sociais-democratas do interior metropolitano (Gondomar, Maia e Valongo). A estas últimas acresceu a da Póvoa de Varzim, tradicionalmente uma autarquia centrista mas que em 1993 inverteu tal tendência no sentido da força política PPD/PSD. A descoincidência entre forças políticas vencedoras nos dois órgãos municipais adquiriu visibilidade nalguns concelhos a partir de 1993, nomeadamente Gondomar e Vila Nova de Gaia, tendência que se estendeu aos últimos actos eleitorais no concelho de Valongo.

As eleições de 2001 e 2005, nesta última com uma AMP alargada na sua configuração jurídica e territorial, voltaram a redimensionar o puzzle das forças políticas, com a perda da hegemonia regular do PS (apenas presente nas autarquias de Espinho, Matosinhos e Vila do Conde) e o protagonismo local do PPD/PSD, ora como força política isolada (Gondomar, Póvoa de Varzim e Valongo), ora na coligação para fins eleitorais com o CDS-PP (Maia, Porto, Vila Nova de Gaia). Com as últimas eleições, em 2005, acentuou-se a posição dominante do PPD/PSD, principalmente como força política isolada (5 autarquias, entre elas 3 que resultaram da extensão da AMP, Santa Maria da Feira, São João da Madeira e Trofa) e manteve-se a posição socialista em Espinho, Matosinhos e Vila do Conde, com 2 novos

concelhos socialistas a integrarem a negociação metropolitana: Arouca e Santo Tirso. Estendeu-se, também, e reflectindo a lógica mais global verificada nas eleições legislativas, o posicionamento das listas compostas por cidadãos eleitores, no caso a Lista II no concelho de Gondomar, protagonizada por um dos autarcas localmente mais duradouros.

Se sumariamente visualizarmos a votação por partido nas eleições para a Assembleia da República no período em causa, verificamos que algumas regularidades à escala nacional são coincidentes com as do cenário do poder local. Senão vejamos:

- a perda de visibilidade política das forças partidárias que surgiram no contexto do pós-25 de Abril de 1974, como a Associação para a Defesa dos Interesses de Macau (ADIM), 1 deputado em 1975; o Movimento Democrático Português (MDP), 5 deputados em 1975; e a UDP, 1 deputado entre 1975 e 1980<sup>33</sup>;

---

<sup>33</sup> Com a Revolução do 25 de Abril de 1974 e o estabelecimento de um regime democrático emergiram na ordem jurídica e constitucional portuguesa vários partidos políticos, tidos como associações privadas com fins constitucionais que visavam exercer uma função de mediação política a partir da organização e expressão da vontade popular, da participação nos órgãos representativos e na influência na constituição de governo. Segundo dados da CNE, foi entre 1974 e 1975 que surgiu na cena política portuguesa a maioria dos partidos políticos. Ainda que tal tendência se tenha invertido de 1976 em diante, é possível encontrarmos, em todos os actos eleitorais até 2003, novos partidos ou coligações de partidos com fins eleitorais. A criação de partidos políticos não se traduziu necessariamente e, com a mesma amplitude, na obtenção da representação parlamentar. Foram poucos os partidos que o conseguiram, e de forma consecutiva, como outros houve que não chegaram a apresentar candidatura a eleições legislativas ou fizeram-no por uma ou duas vezes. Veja-se a este propósito o *site* oficial da CNE: [www.cne.pt](http://www.cne.pt). Para visualizar algumas variáveis de caracterização do universo de partidos políticos portugueses (ano de constituição, denominação/sigla, número de eleições a que concorreu para a Assembleia da República, partidos inscritos e partidos extintos, partidos que promoveram a alteração dos seus elementos identificativos), consulte-se o conjunto de tabelas em anexo: o Anexo 4Z - Partidos políticos portugueses, 1974-2003 e o Anexo 4AA - Partidos inscritos no Tribunal Constitucional, partidos extintos e número de eleições a que concorreu para a Assembleia da República, 1974-2006.

**Tabela 4.5**  
Votação por partido (%) e total de mandatos nas eleições para a Assembleia da República, 1975-2005 (resultados oficiais)

Eleição Legislativa	Votação por partido/coligação														Total de mandatos				
	AD	ADIM	APU	BE	CDS	CDS-PP	CDU	FRS	MDP	PCP	PCP-PEV	PPD	PPD/PSD	PRD		PS	PSD	PSN	UDP
25-04-1975		0,03 1			7,61 16			4,14 5		12,46 30					37,87 116			0,79 1	250
25-04-1976					15,98 42					14,39 40					34,89 107			1,67 1	263
02-12-1979	42,52 121		18,80 47												27,33 74	2,35 7		2,18 1	250
05-10-1980	44,91 126		16,75 41				26,65 71											1,38 1	247
25-04-1983			18,07 44		12,56 30										36,11 101				250
06-10-1985			15,49 38		9,96 22										29,87 88	17,82 45	20,77 57		250
19-07-1987					4,44 4				12,14 31						50,22 148	4,91 7	22,24 60		250
06-10-1991					4,43 5										29,13 72		1,68 1		230
01-10-1995						9,05 15									43,76 112				230
10-10-1999				2,44 2		8,34 15									44,06 115				230
10-03-2002				2,74 3		8,72 14									37,79 96				230
20-02-2005				6,35 8		7,24 12									45,03 121				230

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

**Legenda**  
 AD - Aliança Democrática  
 ADIM - Associação para a Defesa dos Interesses de Macau  
 APU - Aliança Povo Unido  
 BE - Bloco de Esquerda  
 CDS - Centro Democrático Social  
 CDS-PP - Centro Democrático Social-Partido Popular  
 CDU - Coligação Democrática Unitária  
 FRS - Frente Republicana e Socialista  
 MDP - Movimento Democrático Português  
 PCP - Partido Comunista Português  
 PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária  
 PPD - Partido Popular Democrático  
 PPD/PSD - Partido Social Democrata  
 PRD - Partido Renovador Democrático  
 PS - Partido Socialista  
 PSN - Partido da Solidariedade Nacional  
 UDP - União Democrática Popular

- a relevância política pontual do PRD que em 1985 elegeu 45 deputados (17,82%), a terceira força política mais votada, e em 1987 apenas 7, deixando de ter expressão política na cena legislativa nacional;

- a preponderância do bloco político composto pelos partidos PS e PPD/PSD, que ganharam maiorias absolutas e relativas entre 1976 e 2005: destacam-se as governações socialistas logo após o 25 de Abril (37,87% em 1975, 34,89% em 1976 e 27,33% em 1979) e em 1995 (43,76%) e 1999 (44,06%); e as governações dos sociais-democratas na coligação AD em 1979 (42,52%) e 1980 (44,91%) e, como força política isolada, em 1987 (50,22%) e 1991 (50,60%);

- o declínio crescente do PCP-PEV, em particular a partir dos anos 90 (8,80% em 1991 e 6,94% em 2002), com picos relativos em alguns actos eleitorais, mas distantes dos resultados verificados entre 1979 e 1985 enquanto APU (18,80%, 16,75%, 18,07% e 15,49%, respectivamente) e em 1987 como CDU (12,14%);

- a perda de visibilidade política do CDS-PP entre 1987 e 1991 ao eleger respectivamente 4 e 5 deputados, equilibrando-se, após 1995, conjuntamente com o PCP-PEV, a eleição de mandatos entre os 15 (9,05%) e os 12 (7,24%) deputados;

- a presença das coligações políticas como a APU, a AD, a CDU, a FRS<sup>34</sup> e o PCP-PEV;

- o aparecimento do BE em 1999, elegendo 8 deputados (6,35%) nas últimas eleições legislativas.

Vejamos a trajectória político-partidária de cada um dos concelhos da AMP entre 1976 e 2005.

Espinho manteve ao longo dos actos eleitorais os 7 mandatos<sup>35</sup> para a Câmara Municipal, nos quais o PS foi a força política dominante, ao vencer 6 das 9 eleições.

---

<sup>34</sup> Coligação Frente Republicana e Socialista, criada em 1980 e constituída pelo PS, pela União de Esquerda Socialista Democrática (UEDS) e pela Acção Social-Democrata Independente (ASDI), e que concorreu apenas às eleições legislativas de 1980.

<sup>35</sup> Pela lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro é presidente da Câmara Municipal o primeiro candidato da lista mais votada ou, no caso de vacatura do cargo, o que se lhe seguir na respectiva lista (art. 79.º). Aplicando os requisitos legais previstos aos concelhos da AMP, para além do presidente, a Câmara Municipal é composta por 12 vereadores no Porto; 10 vereadores nos municípios com 100.000 ou mais

Desde 1993 que o PS governa a câmara espinhense e, a partir de 1997, com maioria absoluta. Cenário contrário ao verificado entre 1976 e 1982, em que a influência socialista se diluiu com a presença de outras facções partidárias, herdeiras do pós-25 de Abril de 1974: a FEPU (1 eleito em 1976) e a APU (2 eleitos, 1 em cada momento eleitoral). 1997 foi o ano que acolheu o PPD/PSD como a principal força política da oposição local, com 2 a 3 vereadores em exercício de funções.

**Tabela 4.6**

Eleitos locais do concelho de Espinho para o órgão Câmara Municipal, 1976-2005 (resultados oficiais)

Eleição Autárquica	Partido político vencedor	Composição político-partidária										Total de eleitos
		AD	APU	CDS	CDS-PP	FEPU	PCP-PEV	PPD/PSD	PPD/PSD.CDS-PP	PS	PSN	
12-12-1976	PS			1		1		2		3		7
16-12-1979	AD	3	1							3		7
12-12-1982	PS		1	1				2		3		7
15-12-1985	PPD/PSD			2				3		2		7
17-12-1989	PPD/PSD			1			1	3		2		7
12-12-1993	PS						1	2		3	1	7
14-12-1997	PS							2		5		7
16-12-2001	PS							3		4		7
09-10-2005	PS								3	4		7

**Legenda**

AD - Aliança Democrática

APU - Aliança Povo Unido

CDS - Centro Democrático Social

CDS-PP - Centro Democrático Social-Partido Popular

FEPU - Frente Eleitoral Povo Unido

PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária

PPD/PSD - Partido Social Democrata

PPD/PSD.CDS-PP - Coligação "Juntos por Espinho"

PS - Partido Socialista

PSN - Partido da Solidariedade Nacional

Fonte: CNE, [www.eleicoes.cne.pt](http://www.eleicoes.cne.pt)

Não passam despercebidos, porém, os valores residuais do Partido da Solidariedade Nacional (PSN) em 1993 e do PCP-PEV<sup>36</sup> em 1989 e 1993, nem tão pouco a actual coligação PPD/PSD.CDS-PP na vereação camarária (3 eleitos), que reanima, de certa forma, a presença centrista no quadro político municipal. Refira-se

---

eleitores; 8 vereadores nos concelhos com mais de 50.000 e menos de 100.000 eleitores; 6 vereadores nos municípios com mais de 10.000 e até 50.000 eleitores; 4 vereadores nos concelhos com 10.000 ou menos eleitores (art. 57.<sup>o</sup>).

<sup>36</sup> Coligação composta pelo PCP e pelo Partido Ecologista "Os Verdes" (PEV), inscrita desde 1987 e também designada por CDU.

que o CDS-PP apenas fez parte das decisões políticas nos primeiros anos do poder local (1976-1989), ora no quadro da AD em 1979, ora isoladamente.

**Tabela 4.7**

Eleitos locais do concelho de Espinho para o órgão Assembleia Municipal, 1976-2005 (resultados oficiais)

Eleição Autárquica	Partido político vencedor	Composição político-partidária											Total de eleitos	
		AD	APU	BE	CDS	CDS-PP	FEPU	PCP-PEV	PPD/PSD	PPD/PSD CDS-PP	PRD	PS		PSN
12-12-1976	PS				2		2		5			7		16
16-12-1979	AD	17	5									13		35
12-12-1982	PS		6		4				12			13		35
15-12-1985	PPD/PSD		3		3				9		1	5		21
17-12-1989	PPD/PSD				2			3	8			8		21
12-12-1993	PS					1		2	7			8	3	21
14-12-1997	PS							2	7			12		21
16-12-2001	PS					2		2	7			10		21
09-10-2005	PS			1				2		9		9		21

**Legenda**

AD - Aliança Democrática

APU - Aliança Povo Unido

BE - Bloco de Esquerda

CDS - Centro Democrático Social

CDS-PP - Centro Democrático Social-Partido Popular

FEPU - Frente Eleitoral Povo Unido

PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária

PPD/PSD - Partido Social Democrata

PPD/PSD.CDS-PP - Coligação "Juntos por Espinho"

PRD - Partido Renovador Democrático

PS - Partido Socialista

PSN - Partido da Solidariedade Nacional

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

A eleição de 1 elemento do BE em 2005 para a Assembleia Municipal renovou, à semelhança do quadro político-partidário nacional, os jogos de possíveis alianças e diversificou os discursos e as práticas da negociação política. Já em momentos eleitorais anteriores, sobretudo a partir de 1993, o número de eleitos do PCP-PEV, do CDS-PP e do PSN sugeria o potenciar de alianças veladas nas votações na Assembleia Municipal<sup>37</sup>.

<sup>37</sup> É interessante constatar que a Câmara Municipal faz-se representar obrigatoriamente nas sessões da Assembleia Municipal pelo presidente ou seu substituto legal, que poderá intervir nas discussões mas sem direito a voto. Os vereadores podem assistir às sessões da Assembleia Municipal, podendo, ainda, intervir sem direito a voto nas discussões, a solicitação do presidente da câmara ou do plenário da assembleia ou quando invoquem o direito de resposta, no âmbito das tarefas específicas que lhes estão cometidas. Os vereadores podem ainda intervir para o exercício do direito de defesa da honra (art. 48.º da lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro).



Similar quadro político tem tido o CDS-PP em Gondomar nos eleitos para o órgão executivo: apenas em 1976 e 1989 elegeu 1 candidato para a Câmara Municipal. Entre 1976 e 2005, Gondomar passou de 9 para 11 eleitos na Câmara Municipal, traduzindo, à semelhança de outros concelhos da AMP (Maia, Matosinhos, Póvoa de Varzim, Valongo e Vila do Conde)<sup>38</sup>, o aumento do número de cidadãos eleitores inscritos na sua área de circunscrição.

A alternância entre o PS e o PPD/PSD tem caracterizado o concelho. Desde 1993 até 2001, a força social-democrata governou a edilidade, e nas últimas eleições, com o mesmo candidato à presidência, o grupo de cidadãos eleitores II (“Valentim” Valentim Loureiro – Gondomar no Coração) assumiu a liderança política local. A presença do PS ocorreu ao longo dos anos 80, com maiorias relativas, mas com decréscimos significativos no número de eleitos para a câmara desde 1997: de 5 em 1993 passou para 2 em 1997. Em contrapartida, as maiorias absolutas ocorreram nos últimos anos, entre 1997 e 2005, e para o PPD/PSD e para a lista II. A visibilidade dos sociais-democratas no exercício das funções políticas, mesmo numa coligação estratégica com o CDS-PP, perdeu amplitude por dispersão da candidatura do próprio presidente pela Lista II em 2005: elegeu tão só 1 vereador. O posicionamento dos partidos de esquerda na câmara de Gondomar remonta a uma assinalável presença da APU entre 1979 e 1985 (2 eleitos) e do PCP-PEV, ainda que em menor grau (entre 1 a 2 vereadores), em 1989, 1993 e 2001. Na Assembleia Municipal, os eleitos pelo BE<sup>39</sup> e pelo PCP-PEV possibilitam, do ponto de vista dos discursos e das práticas, uma outra diversidade na discussão e tomada de decisões político-partidárias.

---

<sup>38</sup> Maia passou de 7 para 9 mandatos em 1979, Matosinhos de 9 para 11 em 1985, Póvoa de Varzim de 7 para 9 em 2001, Valongo de 7 para 9 em 1989 e Vila do Conde de 7 para 9 em 1985. Atente-se aos dados disponíveis para cada concelho que constam das tabelas deste Capítulo.

<sup>39</sup> Este cenário político é, de certa forma, transversal ao órgão Assembleia Municipal nos restantes concelhos da AMP. O BE tem assento em 8 dos 9 concelhos da AMP: não conseguiu eleger nenhum mandato no concelho de Póvoa de Varzim. O PCP-PEV, ainda que com uma presença diferenciada, elegeu sempre candidatos para o órgão legislativo. Atente-se, mais uma vez, aos dados disponíveis para cada concelho que constam das tabelas deste Capítulo.

**Tabela 4.8**

Eleitos locais do concelho de Gondomar para o órgão Câmara Municipal, 1976-2005 (resultados oficiais)

Eleição Autárquica	Partido político vencedor	Composição político-partidária										Total de eleitos
		AD	APU	CDS	FEPU	MDP/CDE	PCP-PEV	PPD/PSD	PPD/PSD.CDS-PP	PS	II	
12-12-1976	PS			1	2			2		4		9
16-12-1979	AD	4	2							3		9
12-12-1982	PS		2					3		4		9
15-12-1985	PS		2					3		4		9
17-12-1989	PS			1		1	2	3		4		11
12-12-1993	PSD						1	5		5		11
14-12-1997	PPD/PSD							9		2		11
16-12-2001	PPD/PSD						1	7		3		11
09-10-2005	II								1	2	8	11

**Legenda**

AD - Aliança Democrática  
 APU - Aliança Povo Unido  
 CDS - Centro Democrático Social  
 CDS-PP - Centro Democrático Social-Partido Popular  
 FEPU - Frente Eleitoral Povo Unido  
 MDP/CDE - Movimento Democrático Português/Comissões Democráticas Eleitorais

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária  
 PPD/PSD - Partido Social Democrata  
 PPD/PSD.CDS-PP - Coligação "Viver Gondomar"  
 PS - Partido Socialista  
 II - "Valentim" Valentim Loureiro - Gondomar no Coração

**Tabela 4.9**

Eleitos locais do concelho de Gondomar para o órgão Assembleia Municipal, 1976-2005 (resultados oficiais)

Eleição Autárquica	Partido político vencedor	Composição político-partidária													Total de eleitos
		AD	APU	BE	CDS	CDS-PP	FEPU	MDP/CDE	PCP-PEV	PPD/PSD	PPD/PSD.CDS-PP	PRD	PS	UDP	
12-12-1976	PS				4		5			6			11		26
16-12-1979	AD	18	10										16	1	45
12-12-1982	PS		10		3					14			18		45
15-12-1985	PPD/PSD		6		1					9		2	9		27
17-12-1989	PS				2			3	5	11			12		33
12-12-1993	PS					1			3	14			15		33
14-12-1997	PPD/PSD								3	21			9		33
16-12-2001	PPD/PSD					1			3	19			10		33
09-10-2005	II			1					3		3		7	19	33

**Legenda**

AD - Aliança Democrática  
 APU - Aliança Povo Unido  
 BE - Bloco de Esquerda  
 CDS - Centro Democrático Social  
 CDS-PP - Centro Democrático Social-Partido Popular  
 FEPU - Frente Eleitoral Povo Unido  
 MDP/CDE - Movimento Democrático Português/Comissões Democráticas Eleitorais  
 PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

PPD/PSD - Partido Social Democrata  
 PPD/PSD.CDS-PP - Coligação "Viver Gondomar"  
 PRD - Partido Renovador Democrático  
 PS - Partido Socialista  
 UDP - União Democrática Popular  
 II - "Valentim" Valentim Loureiro - Gondomar no Coração

Maia surge nestas três décadas como um concelho acentuadamente social-democrata. Apenas em 1976 o PS ganhou a eleição para a câmara maiata e, desde essa data até 2005, assumiu-se como a principal força de oposição local, face aos mandatos com maioria absoluta do PPD/PSD entre 1985 e 1997 (6 eleitos) e da coligação PPD/PSD.CDS-PP (6 eleitos) nas duas últimas autárquicas. O PCP-PEV sempre foi uma força residual (elegeu o último vereador em 1993), excepto nos anos subsequentes ao 25 de Abril (1979-1985) em que se representou sempre com um 1 vereador no seio da coligação APU. Da mesma forma, o CDS-PP: surge no quadro local em 1976 (1 eleito) e em 2001 e 2005 no quadro da coligação com os sociais-democratas.

**Tabela 4.10**

Eleitos locais do concelho da Maia para o órgão Câmara Municipal, 1976-2005 (resultados oficiais)

Eleição Autárquica	Partido político vencedor	Composição político-partidária								Total de eleitos
		AD	APU	CDS	FEPU	PCP-PEV	PPD/PSD	PPD/PSD.CDS-PP	PS	
12-12-1976	PS			1	1		2		3	7
16-12-1979	AD	5	1						3	9
12-12-1982	AD	4	1						4	9
15-12-1985	PPD/PSD		1				6		2	9
17-12-1989	PPD/PSD						6		3	9
12-12-1993	PPD/PSD					1	6		2	9
14-12-1997	PPD/PSD						6		3	9
16-12-2001	PPD/PSD. CDS/PP							6	3	9
09-10-2005	PPD/PSD. CDS/PP							6	3	9

**Legenda**

AD - Aliança Democrática  
 APU - Aliança Povo Unido  
 CDS - Centro Democrático Social  
 CDS-PP - Centro Democrático Social-Partido Popular  
 FEPU - Frente Eleitoral Povo Unido

PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária  
 PPD/PSD - Partido Social Democrata  
 PPD/PSD.CDS-PP - Coligação "Primeiro as Pessoas"  
 PS - Partido Socialista

 Fonte: CNE, [www.eleicoes.cne.pt](http://www.eleicoes.cne.pt)

**Tabela 4.11**

Eleitos locais do concelho da Maia para o órgão Assembleia Municipal, 1976-2005 (resultados oficiais)

Eleição Autárquica	Partido político vencedor	Composição político-partidária											Total de eleitos
		AD	APU	BE	CDS	CDS-PP	FEPU	PCP-PEV	PPD/PSD	PPD/PSD.CDS-PP	PRD	PS	
12-12-1976	PS				3		2		5			7	17
16-12-1979	AD	21	7									17	45
12-12-1982	AD	20	7									18	45
15-12-1985	PPD/PSD		3						16		2	6	27
17-12-1989	PPD/PSD				1			2	15			9	27
12-12-1993	PPD/PSD					1		2	16			8	27
14-12-1997	PPD/PSD							1	16			10	27
16-12-2001	PPD/PSD. CDS/PP							1		16		10	27
09-10-2005	PPD/PSD. CDS/PP			2				2		14		9	27

**Legenda**

AD - Aliança Democrática

APU - Aliança Povo Unido

BE - Bloco de Esquerda

CDS - Centro Democrático Social

CDS-PP - Centro Democrático Social-Partido Popular

FEPU - Frente Eleitoral Povo Unido

PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária

PPD/PSD - Partido Social Democrata

PPD/PSD.CDS-PP - Coligação "Primeiro as Pessoas"

PRD - Partido Renovador Democrático

PS - Partido Socialista

Fonte: CNE, [www.eleicoes.cne.pt](http://www.eleicoes.cne.pt)

Matosinhos, contrariamente, afirmou-se sempre, à semelhança de Vila do Conde, como um dos dois concelhos da AMP em que o PS ganhou todas as eleições autárquicas e, no caso, com maioria absoluta a partir de 1982.

Neste quadro, confrontou-se com a oposição do PPD/PSD (em 2001 e 2005, em coligação com o CDS-PP, elegeu 4 vereadores) e, mais residual e esporádica, do PCP-PEV (1 vereador em 1989, 2001 e 2005). Para além de alguns traços, já referidos para outros concelhos, desenharem também contornos em Matosinhos (a FEPU com 1 eleito em 1976, a APU e o CDS com eleitos para a Câmara Municipal no pós-25 de Abril), a liderança socialista tem marcado a vida política local, ainda que nos dois últimos actos eleitorais as forças da oposição tenham conseguido eleger mais vereadores.

**Tabela 4.12**

Eleitos locais do concelho de Matosinhos para o órgão Câmara Municipal, 1976-2005 (resultados oficiais)

Eleição Autárquica	Partido político vencedor	Composição político-partidária								Total de eleitos	
		AD	APU	CDS	FEPU	PCP-PEV	PPD/PSD	PPD/PSD.CDS-PP	PS		
12-12-1976	PS			1	1			2		5	9
16-12-1979	PS	4	1							4	9
12-12-1982	PS		1	1				1		6	9
15-12-1985	PS		1					4		6	11
17-12-1989	PS						1	3		7	11
12-12-1993	PS							2		9	11
14-12-1997	PS							3		8	11
16-12-2001	PS						1		4	6	11
09-10-2005	PS						1		4	6	11

**Legenda**

AD - Aliança Democrática  
 APU - Aliança Povo Unido  
 CDS - Centro Democrático Social  
 CDS-PP - Centro Democrático Social-Partido Popular  
 FEPU - Frente Eleitoral Povo Unido

PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária  
 PPD/PSD - Partido Social Democrata  
 PPD/PSD.CDS-PP - Coligação "Matosinhos Feliz"  
 PS - Partido Socialista

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

**Tabela 4.13**

Eleitos locais do concelho de Matosinhos para o órgão Assembleia Municipal, 1976-2005 (resultados oficiais)

Eleição Autárquica	Partido político vencedor	Composição político-partidária											Total de eleitos	
		AD	APU	BE	CDS	CDS-PP	FEPU	GDUP's	PCP-PEV	PPD/PSD	PPD/PSD.CDS-PP	PRD		PS
12-12-1976	PS				4		3	1		6			12	26
16-12-1979	PS	18	7										20	45
12-12-1982	PS		7		5					8			25	45
15-12-1985	PS		4		1					10		2	16	33
17-12-1989	PS				1				3	9			20	33
12-12-1993	PS					1			2	8			22	33
14-12-1997	PS					1			3	8			21	33
16-12-2001	PS			1					3		11		18	33
09-10-2005	PS			3					3		11		16	33

**Legenda**

AD - Aliança Democrática  
 APU - Aliança Povo Unido  
 BE - Bloco de Esquerda  
 CDS - Centro Democrático Social  
 CDS-PP - Centro Democrático Social-Partido Popular  
 FEPU - Frente Eleitoral Povo Unido

GDUP's - Grupos Dinamizadores da Unidade Popular  
 PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária  
 PPD/PSD - Partido Social Democrata  
 PPD/PSD.CDS-PP - Coligação "Matosinhos Feliz"  
 PRD - Partido Renovador Democrático  
 PS - Partido Socialista

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Porto, concelho de centralidade política regional, traduz um xadrez político igualmente feito de alternâncias partidárias.

**Tabela 4.14**

Eleitos locais do concelho do Porto para o órgão Câmara Municipal, 1976-2005 (resultados oficiais)

Eleição Autárquica	Partido político vencedor	Composição político-partidária									Total de eleitos
		AD	APU	CDS	FEPU	PCP-PEV	PPD/PSD	PPD/PSD.CDS-PP	PRD	PS	
12-12-1976	PS			3	2		3			5	13
16-12-1979	AD	7	2							4	13
12-12-1982	AD	6	2							5	13
15-12-1985	PPD/PSD		2	1			5		1	4	13
17-12-1989	PS			1		1	5			6	13
12-12-1993	PS					1	3			9	13
14-12-1997	PS					1		4		8	13
16-12-2001	PPD/PSD. CDS/PP					1		6		6	13
09-10-2005	PPD/PSD. CDS/PP					1		7		5	13

**Legenda**

AD - Aliança Democrática  
 APU - Aliança Povo Unido  
 CDS - Centro Democrático Social  
 CDS-PP - Centro Democrático Social-Partido Popular  
 FEPU - Frente Eleitoral Povo Unido

PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária  
 PPD/PSD - Partido Social Democrata  
 PPD/PSD.CDS-PP - Coligação "Pelo Porto, Uma Vez Mais"  
 PRD - Partido Renovador Democrático  
 PS - Partido Socialista

Fonte: CNE, [www.eleicoes.cne.pt](http://www.eleicoes.cne.pt)

Entre 1989 e 1997 foi câmara socialista, elegendo, do total de 13 mandatos, 6 a 9 membros. O PRD elegeu 1 membro em 1985 e o domínio dos sociais-democratas entre 1979 e 1985, dois deles com a coligação AD, passou de maioria absoluta em 79 para maioria relativa em 82 e 85, com uma oposição mais diluída por forças políticas como o PS, a APU, o CDS e o PRD. Actualmente, e desde 2001, é uma câmara com maioria da coligação PPD/PSD.CDS-PP (de 4 passou para 7 membros eleitos) e com oposição do PS (de 6 para 5 eleitos) e do PCP-PEV (1 eleito).

**Tabela 4.15**

Eleitos locais do concelho do Porto para o órgão Assembleia Municipal, 1976-2005 (resultados oficiais)

Eleição Autárquica	Partido político vencedor	Composição político-partidária													Total de eleitos
		AD	APU	BE	CDS	CDS-PP	FEPU	GDUP's	PCP-PEV	PPD/PSD	PPD/PSD.CDS-PP	PRD	PS	UDP	
12-12-1976	PS				8		6	1		10			15		40
16-12-1979	AD	33	11										20	1	65
12-12-1982	AD	29	14										22		65
15-12-1985	PPD/PSD		7		3					16		3	9		38
17-12-1989	PS				3				5	15			16		39
12-12-1993	PS					2			3	12			22		39
14-12-1997	PS								5		13		21		39
16-12-2001	PPD/PSD. CDS/PP			1					4		18		16		39
09-10-2005	PPD/PSD. CDS/PP			2					4		18		15		39

**Legenda**

AD - Aliança Democrática  
 APU - Aliança Povo Unido  
 BE - Bloco de Esquerda  
 CDS - Centro Democrático Social  
 CDS-PP - Centro Democrático Social-Partido Popular  
 FEPU - Frente Eleitoral Povo Unido  
 GDUP's - Grupos Dinamizadores da Unidade Popular

PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária  
 PPD/PSD - Partido Social Democrata  
 PPD/PSD.CDS-PP - Coligação "Pelo Porto, Uma Vez Mais"  
 PRD - Partido Renovador Democrático  
 PS - Partido Socialista  
 UDP - União Democrática Popular

Fonte: CNE, [www.eleicoes.cne.pt](http://www.eleicoes.cne.pt)

Póvoa de Varzim, concelho centrista até 1985 e social-democrata desde esta data em diante, traduz a leitura inversa do posicionamento político-partidário de concelhos como Espinho, Matosinhos ou Vila do Conde.

As maiorias absolutas são claras entre 1997 e 2005 (6 a 7 vereadores), e o CDS, que no pós-25 de Abril era a força política dominante no concelho, assegurou tal legitimidade até finais dos anos 80, perdendo nos anos seguintes, e com particular incidência entre 1997 e 2005, para os sociais-democratas e socialistas locais. Estes últimos elegeram, em 2005, 3 vereadores, reflectindo a oposição crescente à liderança absoluta dos sociais-democratas. O PCP-PEV elegeu o seu último vereador em 1993 e desde essa data não tem tido assento no órgão executivo. Mesmo após a Revolução, a APU apenas elegeu 1 vereador em 1982.

**Tabela 4.16**

Eleitos locais do concelho de Póvoa de Varzim para o órgão Câmara Municipal, 1976-2005 (resultados oficiais)

Eleição Autárquica	Partido político vencedor	Composição político-partidária						Total de eleitos
		APU	CDS	CDS-PP	PCP-PEV	PPD/PSD	PS	
12-12-1976	CDS		3			2	2	7
16-12-1979	CDS		3			2	2	7
12-12-1982	CDS	1	3			2	1	7
15-12-1985	CDS		4			2	1	7
17-12-1989	PPD/PSD		2			3	2	7
12-12-1993	PPD/PSD			3	1	3		7
14-12-1997	PPD/PSD					6	1	7
16-12-2001	PPD/PSD			1		7	1	9
09-10-2005	PPD/PSD					6	3	9

**Legenda**

APU - Aliança Povo Unido

CDS - Centro Democrático Social

CDS-PP - Centro Democrático Social-Partido Popular

Fonte: CNE, [www.eleicoes.cne.pt](http://www.eleicoes.cne.pt)

PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária

PPD/PSD - Partido Social Democrata

PS - Partido Socialista

**Tabela 4.17**

Eleitos locais do concelho de Póvoa de Varzim para o órgão Assembleia Municipal, 1976-2005 (resultados oficiais)

Eleição Autárquica	Partido político vencedor	Composição político-partidária								Total de eleitos
		APU	CDS	CDS-PP	FEPU	PCP-PEV	PPD/PSD	PS	PSN	
12-12-1976	CDS		6		1		5	4		16
16-12-1979	CDS	3	14				10	8		35
12-12-1982	CDS	4	13				10	8		35
15-12-1985	CDS	2	10				6	3		21
17-12-1989	PPD/PSD		5			1	10	5		21
12-12-1993	PPD/PSD			8		2	8	2	1	21
14-12-1997	PPD/PSD			3		1	13	4		21
16-12-2001	PPD/PSD			3		1	18	5		27
09-10-2005	PPD/PSD			2		1	16	8		27

**Legenda**

APU - Aliança Povo Unido

CDS - Centro Democrático Social

CDS-PP - Centro Democrático Social-Partido Popular

FEPU - Frente Eleitoral Povo Unido

Fonte: CNE, [www.eleicoes.cne.pt](http://www.eleicoes.cne.pt)

PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária

PPD/PSD - Partido Social Democrata

PS - Partido Socialista

PSN - Partido da Solidariedade Nacional



Similar enquadramento político tem tido o concelho de Valongo na eleição do órgão executivo.

Ainda que com equilíbrios temporários de certas forças políticas em determinados momentos eleitorais (1976 e 1979 foram anos em que se alternaram na gestão da autarquia, respectivamente, socialistas e sociais-democratas), é, desde 1993, um concelho social-democrata e com maiorias absolutas a partir de 1997.

Valongo foi um concelho socialista entre 1982 e 1989. Embora nos primeiros actos eleitorais a APU tenha tido alguma presença (1 eleito entre 1979 e 1985), nos últimos anos apenas elegeu 1 membro em 1989 e 1993 com a coligação PCP-PEV. Mais residual tem sido o lugar do CDS-PP: elegeu 1 vereador em 1976.

#### **Tabela 4.18**

Eleitos locais do concelho de Valongo para o órgão Câmara Municipal, 1976-2005 (resultados oficiais)

Eleição Autárquica	Partido político vencedor	Composição político-partidária							Total de eleitos
		AD	APU	CDS	FEPU	PCP-PEV	PPD/PSD	PS	
12-12-1976	PS			1	1		2	3	7
16-12-1979	AD	3	1					3	7
12-12-1982	PS		1				2	4	7
15-12-1985	PS		1				3	3	7
17-12-1989	PS					1	3	5	9
12-12-1993	PPD/PSD					1	4	4	9
14-12-1997	PPD/PSD						6	3	9
16-12-2001	PPD/PSD						6	3	9
09-10-2005	PPD/PSD						5	4	9

#### **Legenda**

AD - Aliança Democrática

APU - Aliança Povo Unido

CDS - Centro Democrático Social

FEPU - Frente Eleitoral Povo Unido

PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária

PPD/PSD - Partido Social Democrata

PS - Partido Socialista

Fonte: CNE, [www.eleicoes.cne.pt](http://www.eleicoes.cne.pt)

**Tabela 4.19**

Eleitos locais do concelho de Valongo para o órgão Assembleia Municipal, 1976-2005 (resultados oficiais)

Eleição Autárquica	Partido político vencedor	Composição político-partidária										Total de eleitos
		AD	APU	BE	CDS	FEPU	PCP-PEV	PPD/PSD	PPD/PSD.CDS-PP	PRD	PS	
12-12-1976	PS				2	2		5			7	16
16-12-1979	AD	15	6								14	35
12-12-1982	PS		7		3			9			16	35
15-12-1985	PS		3		1			7		1	9	21
17-12-1989	PS				1		3	10			13	27
12-12-1993	PPD/PSD						3	13			11	27
14-12-1997	PPD/PSD						2	14			11	27
16-12-2001	PPD/PSD.CDS/PP						2		14		11	27
09-10-2005	PS			1			2		12		12	27

**Legenda**

AD - Aliança Democrática  
 APU - Aliança Povo Unido  
 BE - Bloco de Esquerda  
 CDS - Centro Democrático Social

PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária  
 PPD/PSD - Partido Social Democrata  
 PPD/PSD.CDS-PP - Coligação "Continuar a Obra"  
 PRD - Partido Renovador Democrático

Fonte: CNE, [www.eleicoes.cne.pt](http://www.eleicoes.cne.pt)

Vila do Conde, congénere limítrofe da Póvoa de Varzim, apresenta um historial político contrário ao desta última.

É um concelho com câmara socialista e de maioria absoluta desde 1976. As forças da oposição situaram-se entre, por um lado, os sociais-democratas, com especial incidência nos anos de 1985 até 1997 e actualmente com a coligação PPD/PSD.CDS-PP, e, por outro, a AD nos tempos idos de 1979 e 1982. O PCP-PEV é uma força partidária inexistente no mapa político da gestão da câmara - mesmo na Assembleia Municipal tem eleito apenas 1 representante político desde 1989 - e o CDS-PP adquiriu visibilidade na coligação com os sociais-democratas - desde 1976 que não elegia 1 vereador.

**Tabela 4.20**

Eleitos locais do concelho de Vila do Conde para o órgão Câmara Municipal, 1976-2005 (resultados oficiais)

Eleição Autárquica	Partido político vencedor	Composição político-partidária					Total de eleitos
		AD	CDS	PPD/PSD	PPD/PSD. CDS-PP	PS	
12-12-1976	PS		1	2		4	7
16-12-1979	PS	3				4	7
12-12-1982	PS	2				5	7
15-12-1985	PS			2		5	7
17-12-1989	PS			3		6	9
12-12-1993	PS			3		6	9
14-12-1997	PS			3		6	9
16-12-2001	PS				4	5	9
09-10-2005	PS				4	5	9

**Legenda**

AD - Aliança Democrática  
 CDS - Centro Democrático Social  
 PPD/PSD - Partido Social Democrata

PPD/PSD.CDS-PP - Coligação "Sentir Vila do Conde"  
 PS - Partido Socialista

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

**Tabela 4.21**

Eleitos locais do concelho de Vila do Conde para o órgão Assembleia Municipal, 1976-2005 (resultados oficiais)

Eleição Autárquica	Partido político vencedor	Composição político-partidária										Total de eleitos	
		AD	APU	BE	CDS	CDS-PP	FEPU	PCP-PEV	PPD/PSD	PPD/PSD. CDS-PP	PRD		PS
12-12-1976	PS				6		3		9			13	31
16-12-1979	PS	14	3									18	35
12-12-1982	PS	13	3									19	35
15-12-1985	PS		2		2				8		1	18	31
17-12-1989	PS							1	11			19	31
12-12-1993	PS					1		1	10			19	31
14-12-1997	PS					1		1	10			19	31
16-12-2001	PS							1		13		17	31
09-10-2005	PS			1				1		12		17	31

**Legenda**

AD - Aliança Democrática  
 APU - Aliança Povo Unido  
 BE - Bloco de Esquerda  
 CDS - Centro Democrático Social  
 CDS-PP - Centro Democrático Social-Partido Popular  
 FEPU - Frente Eleitoral Povo Unido

PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária  
 PPD/PSD - Partido Social Democrata  
 PPD/PSD.CDS-PP - Coligação "Sentir Vila do Conde"  
 PRD - Partido Renovador Democrático  
 PS - Partido Socialista

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Vila Nova de Gaia, por fim, alberga especificidades atrás indicadas: constitui um outro concelho da AMP em que os equilíbrios político-partidários traduzem momentos particulares da gestão do concelho e a alternância no jogo político das principais forças partidárias da AMP (socialistas *versus* sociais-democratas) e, porque não, do tabuleiro político nacional.

Nos últimos anos tem sido um concelho que elege 11 membros para a câmara e com maioria absoluta da coligação PPD/PSD.CDS-PP, com oposição do PS (entre 5 a 3 eleitos) e, em 2005, também do PCP-PEV (1 vereador). Foi câmara socialista entre 1989 e 1993 e em 1976 e 1982. E elegeu para o órgão executivo forças políticas residuais: PRD em 1985 e FEPU em 1976. A APU entre 1979 e 1985 elegeu 2 vereadores e, recentemente, acompanhando as próprias características nacionais do PCP-PEV, 1 vereador.

**Tabela 4.22**

Eleitos locais do concelho de Vila Nova de Gaia para o órgão Câmara Municipal, 1976-2005 (resultados oficiais)

Eleição Autárquica	Partido político vencedor	Composição político-partidária								Total de eleitos	
		AD	APU	CDS	FEPU	PCP-PEV	PPD/PSD	PPD/PSD.CDS-PP	PRD		PS
12-12-1976	PS			2	1		3			5	11
16-12-1979	AD	5	2							4	11
12-12-1982	PS		2	1			3			5	11
15-12-1985	PPD/PSD		2				4		1	4	11
17-12-1989	PS					1	4			6	11
12-12-1993	PS					1	4			6	11
14-12-1997	PPD/PSD						6			5	11
16-12-2001	PPD/PSD. CDS/PP							8		3	11
09-10-2005	PPD/PSD. CDS/PP					1		7		3	11

**Legenda**

AD - Aliança Democrática  
 APU - Aliança Povo Unido  
 CDS - Centro Democrático Social  
 CDS-PP - Centro Democrático Social-Partido Popular  
 FEPU - Frente Eleitoral Povo Unido

PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária  
 PPD/PSD - Partido Social Democrata  
 PPD/PSD.CDS-PP - Coligação "Gaia na Frente"  
 PRD - Partido Renovador Democrático  
 PS - Partido Socialista

Fonte: CNE, [www.eleicoes.cne.pt](http://www.eleicoes.cne.pt)

**Tabela 4.23**

Eleitos locais do concelho de Vila Nova de Gaia para o órgão Assembleia Municipal, 1976-2005 (resultados oficiais)

Eleição Autárquica	Partido político vencedor	Composição político-partidária													Total de eleitos
		AD	APU	BE	CDS	CDS-PP	FEPU	GDUP's	PCP-PEV	PPD/PSD	PPD/PSD.CDS-PP	PRD	PS	UDP	
12-12-1976	PS				6		5	1		9			15		36
16-12-1979	AD	25	8										21	1	55
12-12-1982	PS		10		5					16			24		55
15-12-1985	PPD/PSD		5		2					12		3	11		33
17-12-1989	PS				1				4	13			15		33
12-12-1993	PS					1			4	13			15		33
14-12-1997	PS					13			3				17		33
16-12-2001	PPD/PSD. CDS/PP								2		19		12		33
09-10-2005	PPD/PSD. CDS/PP			2					3		16		12		33

Fonte: CNE, [www.eleicoes.cne.pt](http://www.eleicoes.cne.pt)

**Legenda**

AD - Aliança Democrática

APU - Aliança Povo Unido

BE - Bloco de Esquerda

CDS - Centro Democrático Social

CDS-PP - Centro Democrático Social-Partido Popular

FEPU - Frente Eleitoral Povo Unido

GDUP's - Grupos Dinamizadores da Unidade Popular

PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária

PPD/PSD - Partido Social Democrata

PPD/PSD.CDS-PP - Coligação "Gaia na Frente"

PRD - Partido Renovador Democrático

PS - Partido Socialista

UDP - União Democrática Popular

Particularizemos a análise da configuração dos resultados eleitorais globais para a eleição do órgão executivo dos municípios entre 1976 e 2005<sup>40</sup>.

Em primeiro lugar, as taxas de abstenção. A média da taxa de abstenção da AMP, quando comparada com a verificada ao nível do país, não se afasta dos valores de referência: 34,83%. Ainda que os valores de Matosinhos e Vila Nova de Gaia para 1979 e 1985 estejam em falta na tabela 4.24<sup>41</sup>, o que reposiciona o valor médio da abstenção supramunicipal, algumas considerações são possíveis quanto à participação política local nos momentos de escolha dos eleitos:

- a subida generalizada dos valores de abstenção nos concelhos a partir de 1989, com valores acima dos 30%, marcando uma tendência de subida já verificada nalguns concelhos em 1985; assinala-se que o valor mais baixo, nesta ordem de dimensões, foi o de Vila do Conde que não só na média final de 30 anos de poder

<sup>40</sup> As variações observadas nos resultados eleitorais para o órgão Assembleia Municipal são pouco significativas quando comparadas com os obtidos para o executivo camarário.

<sup>41</sup> Não disponíveis em DR nem nas bases *on-line* da CNE.

local assinala o valor mais baixo – 27,70% - como, do mesmo modo, mantém valores abaixo dos 30% até 1997;

**Tabela 4.24**

Taxa de abstenção na eleição do órgão executivo nos concelhos da AMP, 1976-2005 (%)

Concelhos	12-12 1976	16-12 1979	12-12 1982	15-12 1985	15-12 1989	17-12 1993	14-12 1997	16-12 2001	09-10 2005	Média
Espinho	26,96	20,52	24,77	28,76	35,14	32,39	33,98	36,45	32,10	30,12
Gondomar	29,06	22,85	23,17	34,95	40,07	32,76	34,65	42,14	36,17	32,87
Maia	29,40	23,46	25,45	33,26	36,71	33,32	36,80	41,64	37,93	33,11
Matosinhos	27,53	a)	25,68	35,78	40,70	35,89	43,76	47,48	43,86	37,58
Porto	26,62	20,76	25,81	39,95	45,63	41,78	51,89	51,74	41,57	38,42
Póvoa de Varzim	26,70	22,03	25,15	30,38	33,67	32,76	36,08	40,81	40,76	32,04
Valongo	30,90	24,83	26,85	36,09	40,95	34,48	37,46	42,50	38,42	34,72
Vila do Conde	27,55	20,81	24,26	27,79	27,32	26,71	31,66	33,13	30,04	27,70
Vila Nova de Gaia	28,56	23,39	24,94	a)	41,39	37,08	38,24	42,31	39,27	34,40
AMP	27,82	22,24	25,21	36,14	40,74	36,40	41,39	44,37	39,14	34,83
Continente e Ilhas	35,34	28,26	28,95	36,98	39,14	36,57	39,90	39,88	39,06	36,01

Fonte: CNE, [www.eleicoes.cne.pt](http://www.eleicoes.cne.pt)

a) Sem dados disponíveis.

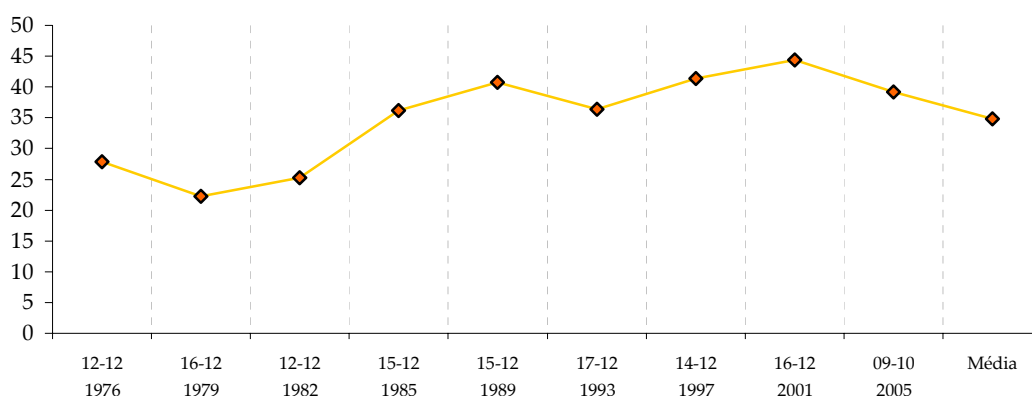
- a subida da taxa de abstenção na AMP acompanha a média de abstenção no Continente e Ilhas a partir de 1985, com valores entre 36,98% e 39,06%, registando-se ligeiras descidas nas eleições de 1993 e 2005, curiosamente aquelas em que, nalguns concelhos, se deu a inversão das listas político-partidárias vencedoras ou dos líderes autarcas ou, de igual modo, a confirmação de escolhas partidárias feitas no momento eleitoral imediatamente anterior;

- 1989 foi um ano em que os primeiros picos da abstenção na AMP foram atingidos, com valores na ordem dos 40% (Gondomar e Matosinhos), 41% (Valongo e Vila Nova de Gaia) e 46% (Porto), valores que voltarão a ser referência nos dois últimos actos eleitorais, com alguns concelhos a atingirem valores acima dos 50%;

- a participação significativa nos dois actos eleitorais pós-25 de Abril quando comparada com a dos anos seguintes<sup>42</sup>.

### Figura 4.3

Variação da taxa de abstenção na eleição do órgão executivo na AMP, 1976-2005 (%)



Fonte: CNE, [www.eleicoes.com.pt](http://www.eleicoes.com.pt)

Por outro lado, os partidos mais votados na eleição deste órgão a nível municipal tipificam regularidades verificadas a nível nacional mas, igualmente, posicionamentos político-partidários descoincidentes com aquele e característicos deste espaço supramunicipal<sup>43</sup>. Em 1976, os valores obtidos pelos três partidos mais votados na AMP (PS, PPD/PSD e CDS) distanciam-se ligeiramente dos verificados a nível nacional, não no que diz respeito às forças políticas dominantes, cujos valores na AMP são ligeiramente superiores, mas nas forças menos votadas. Em contrapartida, e num outro sentido, o confronto político-partidário entre sociais-democratas e socialistas na AMP em 1979 fragmentou o peso político de terceiras forças partidárias, quando comparado com o que estas obtiveram à escala nacional,

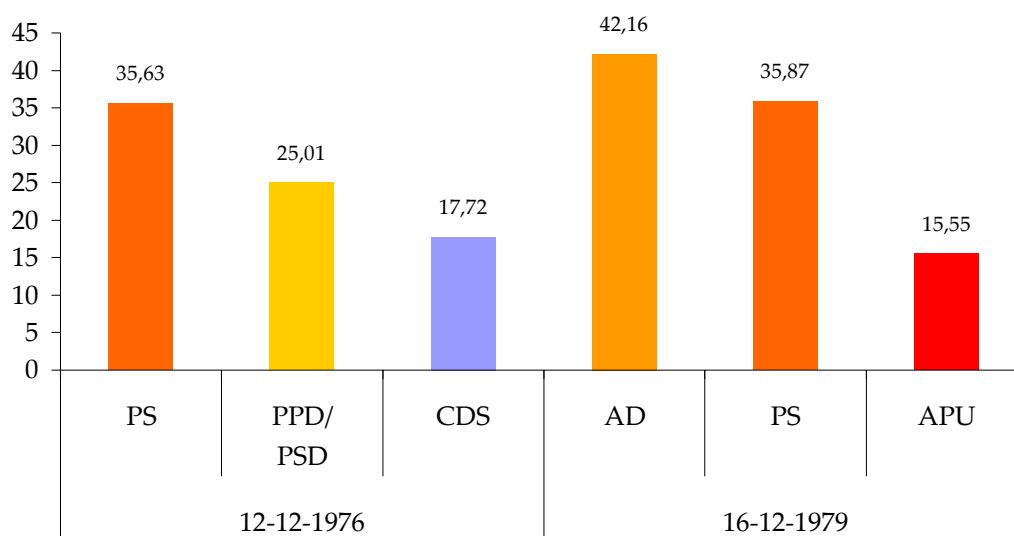
<sup>42</sup> No Anexo 4BA dispomos de informação detalhada quanto à variação da taxa de abstenção em cada um dos concelhos da AMP relativamente à eleição do corpo executivo.

<sup>43</sup> Os Anexos 4CA a 4TA reúnem a informação detalhada quanto à configuração dos resultados na eleição do órgão executivo nos municípios da AMP entre 1976 e 2005. São privilegiadas as variáveis de caracterização seguintes: total de inscritos, total de votantes, taxa de abstenção, total de votos brancos e votos nulos, votação por partido e total de mandatos. Não foram encontrados todos os dados disponíveis *on-line* quanto a Matosinhos em 16-12-1979 e Vila Nova de Gaia em 15-12-1985.

como também traduziu um peso daquelas, AD e PS, contrário ao obtido no território nacional: o PS ganhou as eleições autárquicas no país (28,74%) mas perdeu-as para a AD no espaço metropolitano (35,87% contra 42,16%)<sup>44</sup>.

#### Figura 4.4

Três partidos mais votados na eleição do órgão executivo nos concelhos da AMP, 1976-1979 (%)



#### Legenda

AD - Aliança Democrática  
 APU - Aliança Povo Unido  
 CDS - Centro Democrático Social

PPD/PSD - Partido Social Democrata  
 PS - Partido Socialista

Fonte: CNE, [www.eleicoes.cne.pt](http://www.eleicoes.cne.pt)

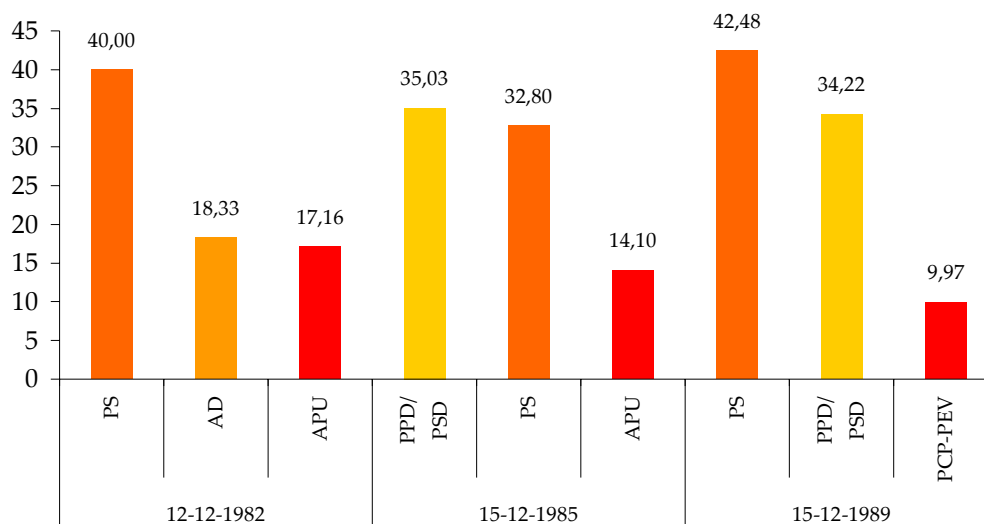
Nos actos eleitorais seguintes, a proximidade entre os valores dos partidos vencedores à escala metropolitana e à escala nacional mantém-se, com pequenas oscilações, que adquirem algum significado particularmente quanto à APU ou ao PCP/PEV e ao CDS: os valores destas forças partidárias são mais baixos no espaço metropolitano. Assinale-se, porém, que quando em coligação o CDS-PP adquire outra visibilidade no espaço supramunicipal: entre 1997 e 2005 a coligação PPD/PSD.CDS-PP obteve valores assinaláveis na AMP (em 1997, 5,57%; em 2001, 34,23% e em 2005, 35,53%), tornando-a um palco menos socialista e mais social-democrata.

<sup>44</sup> Veja-se a informação mais detalhada no Anexo UA.



**Figura 4.5**

Três partidos mais votados na eleição do órgão executivo nos concelhos da AMP, 1982-1989 (%)



**Legenda**

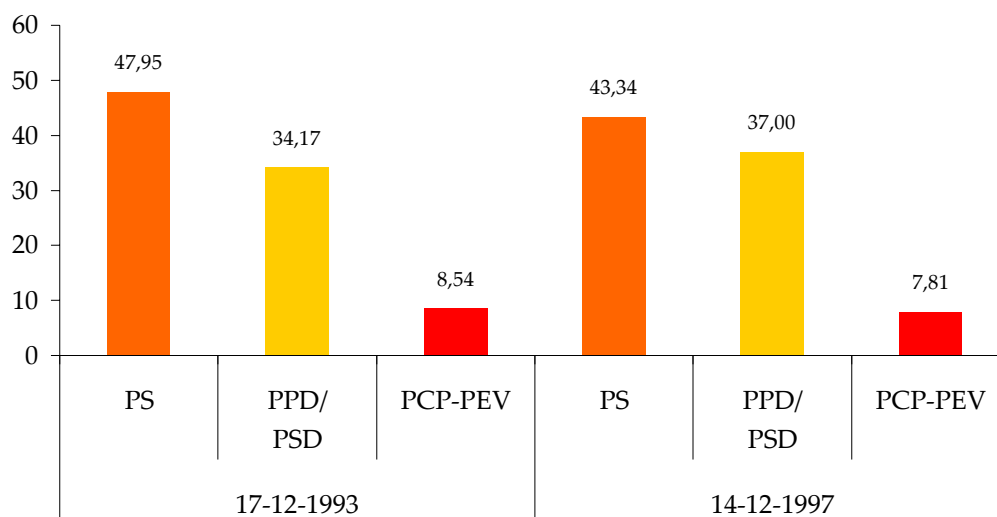
AD - Aliança Democrática  
 APU - Aliança Povo Unido  
 PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária

PPD/PSD - Partido Social Democrata  
 PS - Partido Socialista

Fonte: CNE, [www.eleicoes.cne.pt](http://www.eleicoes.cne.pt)

**Figura 4.6**

Três partidos mais votados na eleição do órgão executivo nos concelhos da AMP, 1993-1997 (%)



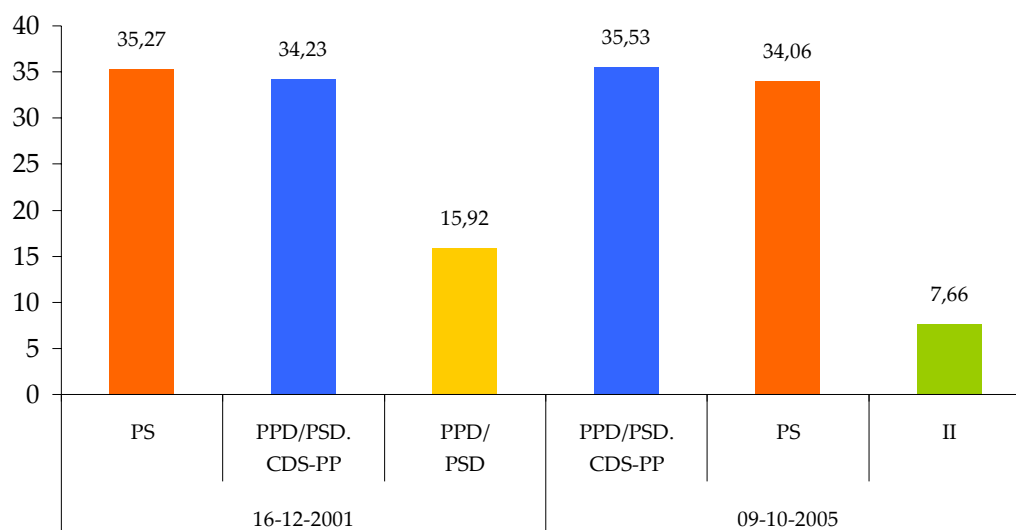
**Legenda**

PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária  
 PPD/PSD - Partido Social Democrata  
 PS - Partido Socialista

Fonte: CNE, [www.eleicoes.cne.pt](http://www.eleicoes.cne.pt)

**Figura 4.7**

Três partidos mais votados na eleição do órgão executivo nos concelhos da AMP, 2001-2005 (%)

**Legenda**

PPD/PSD - Partido Social Democrata

PPD/PSD.CDS-PP - Coligação presente em 2005 todos os concelhos excepto no de Póvoa de Varzim

PPD/PSD.CDS-PP - Coligação presente em 2001 nos concelhos de Maia, Matosinhos, Porto, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia

PS - Partido Socialista

II - "Valentim" Valentim Loureiro - Gondomar no Coração

Fonte: CNE, [www.eleicoes.cne.pt](http://www.eleicoes.cne.pt)

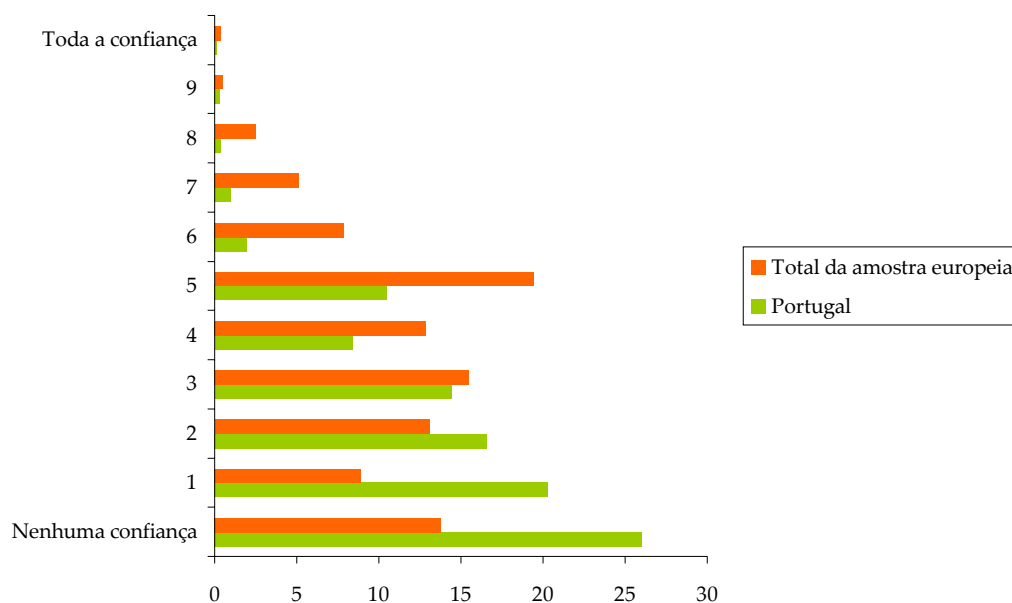
Não é nossa intenção analisar aqui (e, como tal, nem as dimensões analíticas nem os dados construídos o traduzem) as representações sobre a política e os políticos que os actores sociais locais têm e o seu posicionamento global numa escala de “esquerda/direita”. Contudo, regularidades anotadas à escala nacional e à escala europeia poderiam ser perspectivadas como variáveis relevantes numa análise transversal quer do fenómeno da abstenção quer das escolhas partidárias. Segundo dados do European Social Survey (projecto de investigação europeu que, desde 2002, procura medir atitudes e valores dos europeus numa perspectiva comparativa e transversal)<sup>45</sup>, as atitudes dos portugueses face à política caracterizam-se por um painel de coordenadas base.

<sup>45</sup> O projecto *European Social Survey* (ESS) procura medir de 2 em 2 anos (e desde 2002), através de entrevistas estruturadas, as atitudes, os valores, as crenças e as orientações comportamentais dos europeus em relação a uma variedade de temas. Em 2002 participaram 22 países; em 2004, 26. Em Outubro de 2006 foi realizado o terceiro inquérito do ESS. Em Portugal, o ESS está integrado no

Em primeiro lugar, o pouco ou nenhum interesse pela política (22,3% e 33,1% respectivamente). Quando comparado com o da média europeia (todos os países europeus, Portugal incluído), ainda que nesta seja substancialmente inferior a percentagem de europeus que detêm algum interesse pela política (35,2%), a média dos que manifestam interesse pela política destaca-se da dos portugueses: 35,2% face a 22,3%<sup>46</sup>. Na origem do facto poderá estar uma percepção da política como um campo pouco acessível ao cidadão no conjunto de discursos, de competências e de práticas: 20,9% e 23,8% consideram ser a política bastantes vezes e frequentemente complicada para percebê-la, médias acima da média europeia (23,4% e 14,8 %).

**Figura 4.8**

Confiança pessoal dos europeus nos partidos políticos, 2004



Fonte: ESS/ICS, Inquérito social europeu 2004

programa *Atitudes Sociais dos Portugueses* do ICS, coordenado por Jorge Vala e Manuel Villaverde Cabral. A amostra portuguesa integrou 2882 indivíduos, dos quais 2052 foram entrevistas válidas (71,2% de taxa de resposta). Os dados das edições já realizadas encontram-se disponíveis em [www.europeansocialsurvey.org](http://www.europeansocialsurvey.org). Para mais informações veja-se Vala; Torres; Ramos (2007).

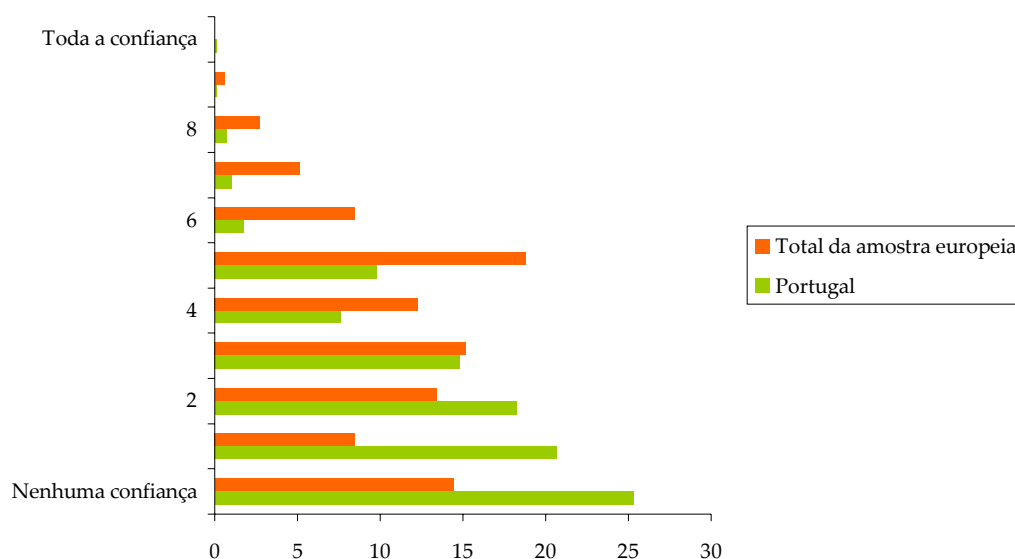
<sup>46</sup> Nos Anexos 4VA e 4WA encontramos informação mais detalhada a propósito do interesse e da representação dos europeus sobre a política.

Em segundo lugar, a confiança nos partidos políticos e nos actores políticos entre os portugueses afasta-se no sentido inverso ao verificado entre os europeus: os índices mais baixos de confiança situam-se entre os 26% (nenhuma confiança) e os 14,4% (alguma confiança) enquanto os valores da média europeia são ligeiramente superiores nos níveis mais altos de confiança.

Por seu turno, a confiança nos actores políticos revela-se pouca ou nenhuma: os valores mais elevados situam-se entre os portugueses nos níveis mais baixos ou nenhuns de confiança na classe política.

**Figura 4.9**

Confiança pessoal dos europeus nos políticos, 2004

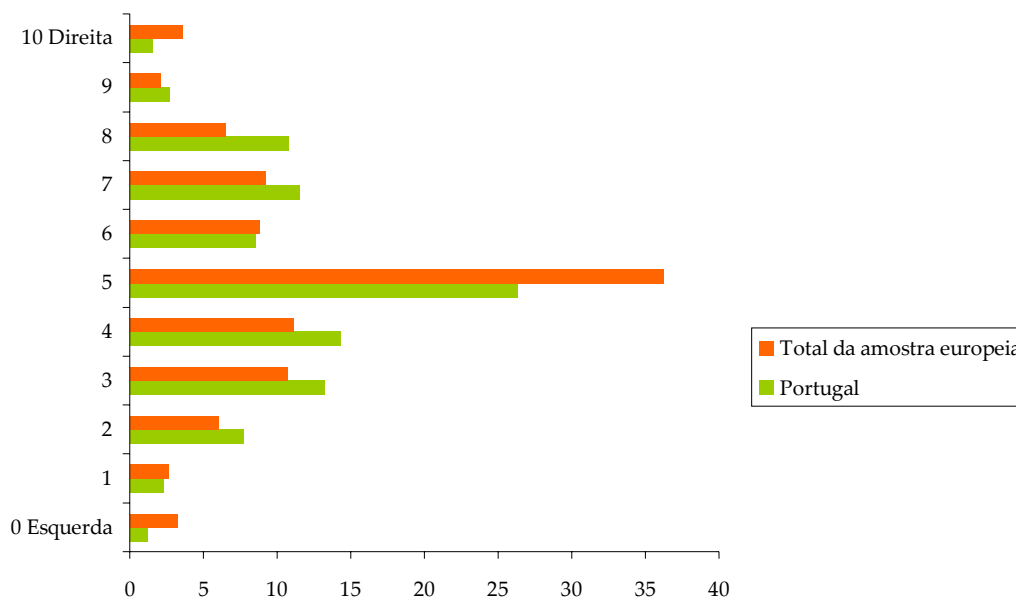


Fonte: ESS/ICS, *Inquérito social europeu 2004*

De igual modo, e se quisermos visualizar o posicionamento dos actores cidadãos em termos de direita/esquerda, os portugueses situam-se maioritariamente à esquerda (38,7%), ainda que 33,5% estejam à direita e 26,3% ao centro. O posicionamento médio europeu é ao centro e à esquerda.

**Figura 4.10**

Posicionamento dos europeus numa escala esquerda/direita, 2004



Fonte: ESS/ICS, *Inquérito social europeu 2004*

De 1976 a 2005 pode observar-se um maior equilíbrio entre as forças partidárias presentes, com uma clara perda de influência política do PS no território metropolitano: em 1976 eram 8 as câmaras PS; em 1985, 5; em 1997, 5 e em 2005, 3.

A tradição política do exercício do poder pelos líderes masculinos reproduz-se pelas práticas dos eleitos locais no quadro da configuração dos partidos. O centralismo da autoridade política local e a personalização do poder político transparecem na AMP, mesmo que não se considere como dimensão estruturante o efeito que a pertença político-partidária poderá ter sobre esta configuração.

De facto, concelhos tanto socialistas como sociais-democratas ou centristas apresentam uma trajetória de liderança assente na continuidade dos mandatos liderados por certos actores políticos<sup>47</sup>. A tal ponto que Maia, Matosinhos e Vila do

<sup>47</sup> A partir de 1984, e pelo decreto-lei 100/84 de 29 de Março, ficou estipulado que o período do mandato dos titulares dos órgãos eleitos das autarquias locais seria de 4 anos. A lei 46/2005 de 29 de Agosto veio estabelecer limites à renovação sucessiva dos mandatos dos presidentes dos órgãos executivos das autarquias locais, Câmara Municipal e Junta de Freguesia: só podem ser eleitos para 3 mandatos consecutivos, excepto se no momento da entrada em vigor da lei (1 de Janeiro de 2006) tiverem cumprido ou estiverem a cumprir, pelo menos, o terceiro mandato consecutivo, caso em que

Conde são, entre os concelhos da AMP, aqueles que até 2001 e 2005 melhor o exemplificam: 7 são os mandatos consecutivos com o mesmo presidente da edilidade. Não menos curiosa é a trajectória das lideranças políticas da Assembleia Municipal. Os mesmos concelhos apresentam lideranças estáveis e duradouras: entre 5 e 8 mandatos consecutivos, acompanhando a trajectória político-partidária das listas vencedoras mas não deixando de fazer notar a estabilidade dos representantes/cabeças de lista escolhidos pelos partidos políticos e com incidência local. A articulação entre os dois órgãos, nas vertentes legislativa e executiva, tece assim, e para além do programa político vencedor, lógicas partilhadas de consenso político e de proximidade entre eleitos para presidências com competências autónomas. A estabilidade governativa da câmara, pela relativa manutenção das equipas executivas, e concretamente na figura do presidente de câmara, revê-se, num jogo de reciprocidades de efeitos, na estabilidade governativa de outro órgão de gestão municipal<sup>48</sup>.

Se atendermos às pertenças partidárias dos presidentes de câmara e de assembleia municipal, a dicotomização processa-se ao longo das décadas em análise pela antinomia de posicionamentos e contra-propostas de projectos para os concelhos em causa. Relembre-se que a alternância entre mandatos relativamente duradouros faz-se com mudança do quadro político-partidário local (ou do PS para o PPD/PSD ou do PPD/PSD, e nos últimos anos em coligação com os centristas, para o PS).

---

poderão candidatar-se e ser eleitos por mais um mandato (art. 1.º). O presidente da Câmara e o presidente da Junta, depois de concluídos os mandatos referidos, não podem assumir aquelas funções durante o quadriénio imediatamente subsequente ao último mandato consecutivo (art. 2.º).

<sup>48</sup> A título de curiosidade, e de forma a cruzarmos informação mais detalhada, confrontemos o universo de competências previstas por lei quanto aos órgãos deliberativo e executivo dos municípios e às respectivas figuras políticas dos presidentes (Anexos 4XA a 4YA).

**Tabela 4.25**

Número mais elevado de mandatos consecutivos dos Presidentes de Câmara e da Assembleia Municipal dos concelhos da AMP, 1976-2005

Concelho	Mandatos consecutivos	
	Câmara Municipal	Assembleia Municipal
Espinho	4 [1993-2005] José Barbosa Mota (PS)	3 [1993-2005] Carlos Afonso Pinheiro de Morais Gaio (PS)
Gondomar	4 [1993-2005] Valentim dos Santos de Loureiro (PPD/PSD e II)	2 [1989-1993] e 2 [1997-2001] Fernando Antão de Oliveira Ramos (PS) e Raúl Chagas Fernandes Ramos (PPD/PSD)
Maia	7 [1979-2001] <sup>1</sup> José Vieira de Carvalho (AD e PPD/PSD)	5 [1989-2005] Luciano da Silva Gomes (PPD/PSD e PPD/PSD.CDS-PP)
Matosinhos	7 [1979-2001] <sup>1</sup> José Narciso Rodrigues de Miranda (PS)	8 [1976-2001] José Manuel Soares de Oliveira (PS)
Porto	3 [1989-1997] Fernando Manuel dos Santos Gomes (PS)	3 [1989-1997] Manuel Duarte Baganha (PS)
Póvoa de Varzim	4 [1979-1989] e 4 [1993-2005] Manuel Vaz da Silva (CDS e PPD/PSD) e José Macedo Vieira (PPD/PSD)	3 [1997-2005] Álvaro António Vasconcelos Moreira (PPD/PSD)
Valongo	4 [1993-2005] Fernando Horácio Pereira de Melo (PPD/PSD)	[sem acumulação de mandatos]
Vila do Conde	7 [1982-2005] Mário Moreira de Almeida (PS)	8 [1976-2001] António José de Sousa Pereira (PS)
Vila Nova de Gaia	3 [1997-2005] Luís Filipe Menezes Lopes (PPD/PSD e PPD/PSD.CDS-PP)	3 [1989-1997] Manuel Lencastre de Sousa Figueiredo (PS)

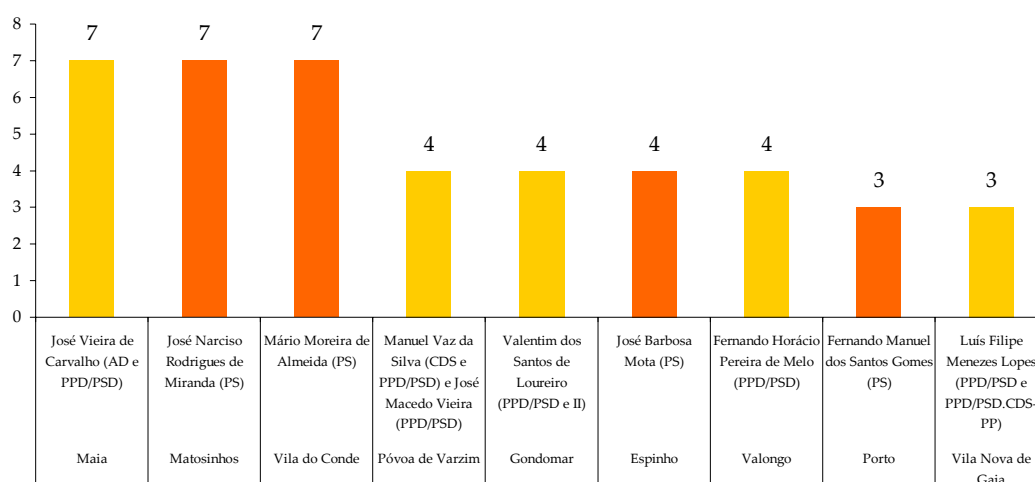
**Legenda**

AD - Aliança Democrática  
 CDS - Centro Social Democrático  
 PPD/PSD - Partido Social Democrata  
 PPD/PSD.CDS-PP - Coligação "Gaia na Frente" (Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia)  
 PPD/PSD.CDS-PP - Coligação "Primeiro as Pessoas" (Assembleia Municipal da Maia)  
 PS - Partido Socialista  
 II - "Valentim" Valentim Loureiro - Gondomar no Coração  
<sup>1</sup> Não chegou a concluir o mandato das Autárquicas de 16/12/2001

Numa outra perspectiva, a estabilidade dos mandatos nas câmaras ocorre ora no pós-25 de Abril (Maia, Matosinhos e Vila do Conde), ora no momento de substituição de um posicionamento partidário duradouro anterior (Póvoa de Varzim e Valongo), ora, nalguns outros concelhos, dos anos 90 até à actualidade (Espinho, Gondomar, Póvoa de Varzim, Valongo e Vila Nova de Gaia). Outros há em que a alternância do poder é mais significativa ao longo da própria história do poder local: Porto, ainda que com 3 mandatos consecutivos do PS entre 1989 e 1997, e, pelo menos nas primeiras duas décadas do poder local, Espinho, Gondomar e Vila Nova de Gaia.

**Figura 4.11**

Número mais elevado de mandatos consecutivos dos Presidentes de Câmara dos concelhos da AMP, por ordem decrescente, 1976-2005

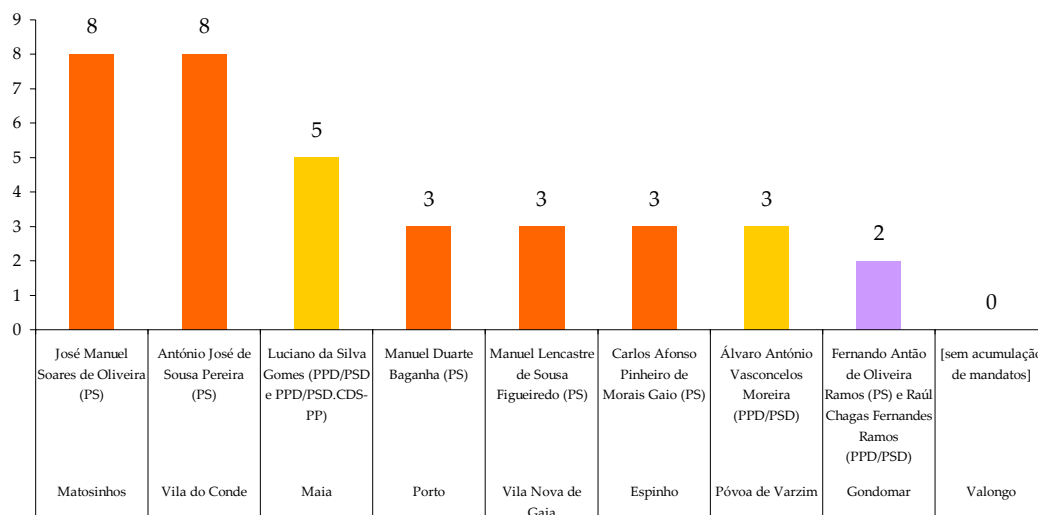


Face à continuidade dos eleitos locais da AMP não deixa de ser curioso registar que na Assembleia Municipal de Valongo não houve entre 1976 e 2005 acumulação de mandatos, tendo-se constatado uma alternância significativa de eleitos das listas vencedoras. Gondomar, em contrapartida, detém uma maior alternância nas presidências da Assembleia Municipal, registando-se apenas, e quando em comparação com os outros concelhos, 2 mandatos consecutivos e por dois momentos específicos.



**Figura 4.12**

Número mais elevado de mandatos consecutivos dos Presidentes da Assembleia Municipal dos concelhos da AMP, por ordem decrescente, 1976-2005



Os dados oficiais disponíveis<sup>49</sup> não sustentam uma aproximação completa ao retrato sócio-demográfico dos eleitos locais da AMP. Contudo, e mesmo que as assimetrias e regularidades político-partidárias transpareçam lógicas mais globais do funcionamento do sistema político português, e sejam aquelas que fracturam, em parte, o nosso objecto em análise, relancemos um olhar empírico à variação dos eleitos consoante o género<sup>50</sup>.

<sup>49</sup> Os resultados das eleições autárquicas de 1976, 1979, 1982 e 1985 não foram alvo de publicação oficial em DR. A partir de 1989, o mapa com os resultados das eleições autárquicas, por municípios e freguesias, passaram a constar dos Suplementos da Série-B do DR. Entre a diversidade das variáveis apresentadas - número total de eleitores inscritos, votantes, votos em branco, votos nulos, votos e respectiva percentagem e mandatos atribuídos a cada partido/coligação/grupo de cidadãos – uma em particular permite-nos a caracterização por género dos eleitos locais: o nome dos candidatos eleitos para cada órgão. Com excepção do ano de 1989, que não contempla esta última variável, todos os actos eleitorais seguintes seguem as dimensões acima indicadas. Os dados aqui apresentados resultam da consulta cruzada da base de dados *on-line* da CNE, dos DR com os resultados oficiais dos actos eleitorais e de algumas Actas da Assembleia de Apuramento Geral das Eleições para as Autarquias Locais.

<sup>50</sup> A lei da paridade (lei orgânica 3/2006 de 21 de Agosto) veio estabelecer, na eleição para os órgãos das autarquias locais, a obrigatoriedade da composição das listas assegurar a representação mínima de 33% de cada um dos sexos, com excepção das listas para os órgãos das freguesias com 750 ou menos eleitores e para os órgãos com 7500 ou menos eleitores.

De acordo com os dados analisados<sup>51</sup>, não só é clara a presença residual dos eleitos do sexo feminino nos órgãos de gestão municipal, ainda que com assento mais visível na Assembleia Municipal, como também é nos concelhos mais urbanizados que a representação política feminina no órgão executivo se torna desde os primeiros actos eleitorais mais vincada. É o caso do concelho do Porto que em 1993 e em 1997 tinha, num total de 13 mandatos, 4 mulheres vereadoras, 3 delas do PS, partido vencedor. Nas autárquicas de 2001, em contrapartida, assistiu-se a um relativo decréscimo dos mandatos do sexo feminino no órgão executivo (de um total de 9 mandatos em 1993 nos concelhos da AMP, passou-se para 14 em 1997 e 9 em 2001). Na Assembleia Municipal, o número total de mandatos femininos aumentou de acto eleitoral para acto eleitoral: de 19 em 1993 para 28 em 1997 e 53 em 2001.

O Porto é o concelho que apresenta uma maior presença de mulheres no órgão executivo no período em análise (17,09%), seguido de Valongo (10,96%) e de Matosinhos (10,75%). Póvoa de Varzim (4,48%) e Maia (5,06%), pelo contrário, os que apresentam presenças mais residuais de mulheres nas vereações. Para a Assembleia Municipal o cenário político-partidário reúne uma presença mais significativa de mulheres em mais de metade da AMP, com particular destaque para o concelho do Porto (17,72%). No total da AMP, entre 1976 e 2001, 8,74% de mulheres foram eleitas para o órgão executivo e 13,87% para o órgão legislativo. Com a GAMP as alterações no cenário não são particularmente significativas: 9,05% e 14,29%, respectivamente.

---

<sup>51</sup> No Anexo 4ZA encontramos informação mais detalhada, com a composição por sexo dos eleitos locais para os órgãos do município em cada acto eleitoral autárquico.

**Tabela 4.26**

Composição por sexo dos eleitos locais para os órgãos Câmara Municipal e Assembleia Municipal dos concelhos da AMP, 1993-2005 <sup>a)</sup>

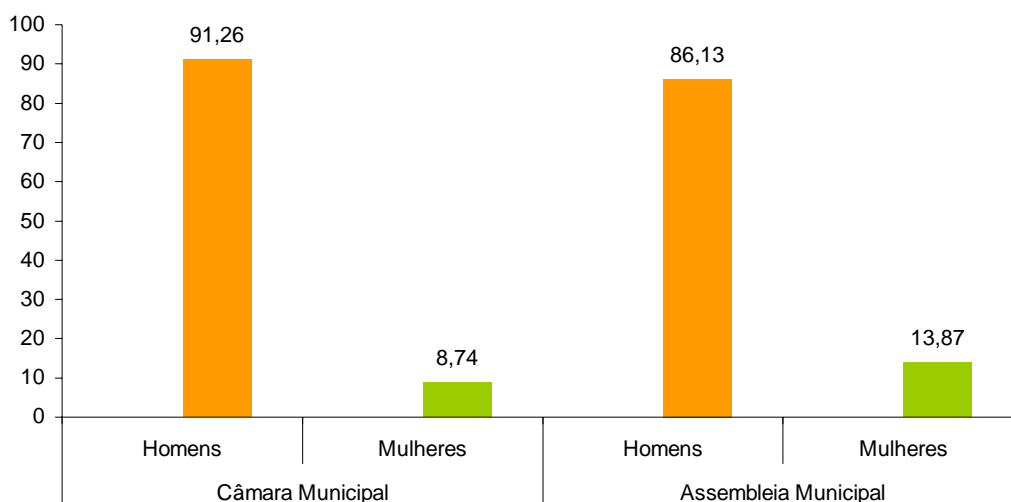
Concelho	Câmara Municipal			Assembleia Municipal		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Espinho	59	4	63	71	13	84
	93,65	6,35		84,52	15,48	
Gondomar	85	6	91	111	21	132
	93,41	6,59		84,09	15,91	
Maia	75	4	79	91	17	108
	94,94	5,06		84,26	15,74	
Matosinhos	83	10	93	112	20	132
	89,25	10,75		84,85	15,15	
Porto	97	20	117	130	28	158
	82,91	17,09		82,28	17,72	
Póvoa de Varzim	64	3	67	84	12	96
	95,52	4,48		87,50	12,50	
Valongo	65	8	73	99	9	108
	89,04	10,96		91,67	8,33	
Vila do Conde	68	5	73	111	13	124
	93,15	6,85		89,52	10,48	
Vila Nova de Gaia	93	6	99	116	16	132
	93,94	6,06		87,88	12,12	
<b>Total AMP</b>	<b>689</b>	<b>66</b>	<b>755</b>	<b>925</b>	<b>149</b>	<b>1074</b>
	<b>91,26</b>	<b>8,74</b>	<b>100,0</b>	<b>86,13</b>	<b>13,87</b>	<b>100,0</b>
<i>Arouca</i>	7	0	7	17	4	21
	100,00	0,00		80,95	19,05	
<i>Santa Maria da Feira</i>	7	2	9	22	5	27
	77,78	22,22		81,48	18,52	
<i>Santo Tirso</i>	5	2	7	17	4	21
	71,43	28,57		80,95	19,05	
<i>São João da Madeira</i>	6	1	7	28	5	33
	85,71	14,29		84,85	15,15	
<i>Trofa</i>	10	1	11	17	4	21
	90,91	9,09		80,95	19,05	
<i>Total GAMP</i>	724	72	796	1026	171	1197
	90,95	9,05	100,0	85,71	14,29	100,0

Fontes: CNE, [www.eleicoes.cne.pt](http://www.eleicoes.cne.pt); DR, <http://dre.pt>

<sup>a)</sup> Não houve publicação oficial dos resultados eleitorais das eleições autárquicas de 1976, 1979, 1982 e 1985. Os resultados oficiais de 1989 não contemplam a identificação dos eleitos locais.

**Figura 4.13**

Total por sexo dos eleitos locais para os órgãos Câmara Municipal e Assembleia Municipal da AMP, 1993-2005 (%)



Fontes: CNE, [www.eleicoes.cne.pt](http://www.eleicoes.cne.pt); DR, <http://dre.pt>

Deste modo, o cenário político global da AMP tem traduzido regularidades que destacam tanto a transversalidade dos fenómenos políticos mais globais – taxas de abstenção relativamente significativas ou posicionamentos maioritários nas facções partidárias dominantes no quadrante nacional (PS e PPD/PSD) - como especificidades locais quanto à permanência dos líderes políticos, à estabilidade dos projectos político-partidários e à inscrição territorial dos municípios socialistas e sociais-democratas.

## **Redes de equipamentos culturais e desportivos e potencialidades turísticas dos concelhos**

Consubstanciar uma rede de equipamentos na AMP, de carácter supramunicipal, parece-nos ser uma dimensão peculiar de afirmação deste território. Entendemos por rede de equipamentos um sistema de mediação e de articulação entre entidades, equipamentos e projectos e actividades, de forma a viabilizar cooperação e qualificação metropolitana dos actores, dos espaços e dos objectos culturais. À luz das bases de dados disponíveis, a AMP sempre se pautou pela relativa insuficiência e disparidade de equipamentos culturais. Quando procurámos constatar a disponibilidade de equipamentos concelhios, e em momentos diferentes, apercebemo-nos da raridade das bases de dados, quer concelhias (inexistência de levantamentos sistematizados e actualizados de uma realidade até certa altura no rol distante das prioridades políticas do concelho), quer dos organismos regionais da administração pública. A dicotomia administrativa nas tipologias dos levantamentos efectuados – cultural *versus* desportivo – reassume um protagonismo tanto nos dados consultados, justificando as categorias diferenciadas para cada uma das realidades sociais, como nos próprios testemunhos discursivos dos actores políticos que entrevistámos. Se nos confrontarmos com o levantamento de 2005 da DGAL (Portugal, 2006e)<sup>52</sup>, segundo uma categorização sectorial de equipamentos<sup>53</sup> para além das dimensões cultural e desportiva, e tendo presente a

---

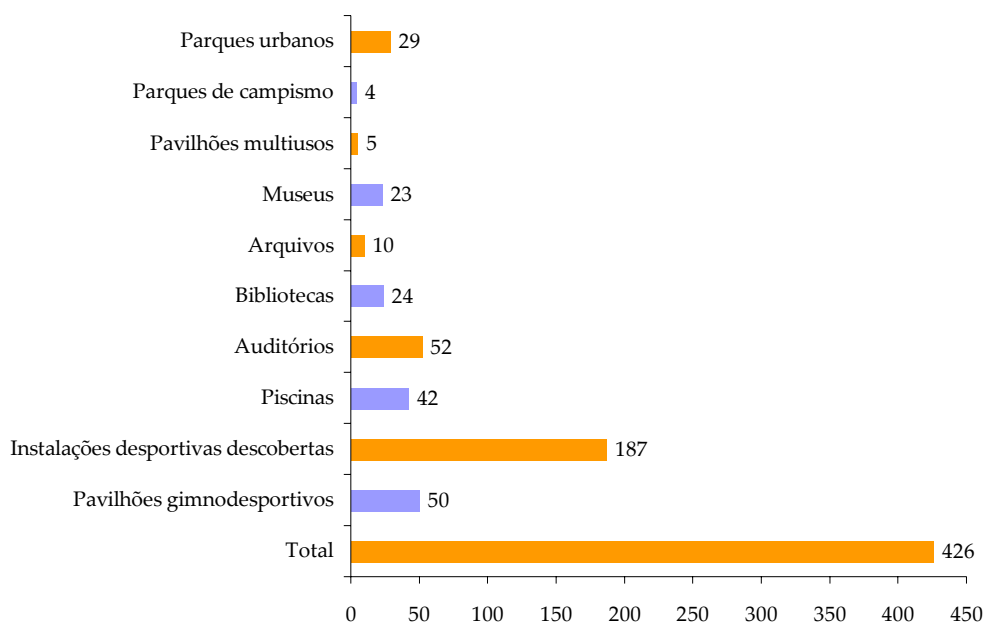
<sup>52</sup> Levantamento de 4 em 4 anos feito pela DGAL em torno da administração local, acompanhando o calendário político das eleições autárquicas, que, no caso dos equipamentos municipais, apresenta informação resultante da administração de um inquérito por questionário junto dos municípios (Portugal, 2006e, p. 357-402). Segundo indicações dadas pela DGAL, foram obtidas 295 respostas ao inquérito num total de 304 municípios inquiridos. Presume-se que os dados reportam a 31-12-2004. Contudo, e pela informação apresentada, não conseguimos aferir a adequação da classificação quantitativa aqui apresentada. Alguns montantes sugerem-nos mais a falta de resposta apresentada pelo município ou a inadequação da resposta obtida, face à grelha do próprio questionário, do que a ausência efectiva de equipamento. Por exemplo, no concelho da Póvoa de Varzim, interroga-nos a inexistência de instalações desportivas descobertas. O Anexo 4AB contém informação detalhada, por município, sobre o número total de equipamentos municipais da AMP.

<sup>53</sup> A tipologia adoptada para equipamentos municipais é composta por 20 categorias assim ordenadas: pavilhões gimnodesportivos, instalações desportivas descobertas, piscinas, parques infantis, auditórios, bibliotecas, arquivos, museus, creches, escolas do pré-escolar, escolas do ensino básico,

tutela administrativa municipal, constatamos a centralidade das instalações desportivas na maioria dos concelhos: num total de 426 equipamentos na AMP, 187 são instalações desportivas descobertas, 50 são pavilhões desportivos e 42 são piscinas, ou seja, 65,49 % do total. Ainda que não deixe de ser significativa a presença dos auditórios (52), das bibliotecas (24) e dos museus (23), com um peso de 23,24%, e mesmo que possamos questionar a pertinência analítica da tipologia construída, estamos perante uma situação de relativa assimetria de prioridades políticas e sociais por parte dos municípios.

**Figura 4.14**

Número de equipamentos municipais, desportivos e culturais, da AMP, por tipo de equipamento, 2005



Fonte: DGAL, *Administração local em números 2005*

Por outro lado, os parques urbanos (29) e os pavilhões multiusos (5), espaços passíveis de apropriação cultural, desportiva e turística, potenciam o alargamento da diversidade municipal das intervenções e dos usos e modos de apropriação local.

---

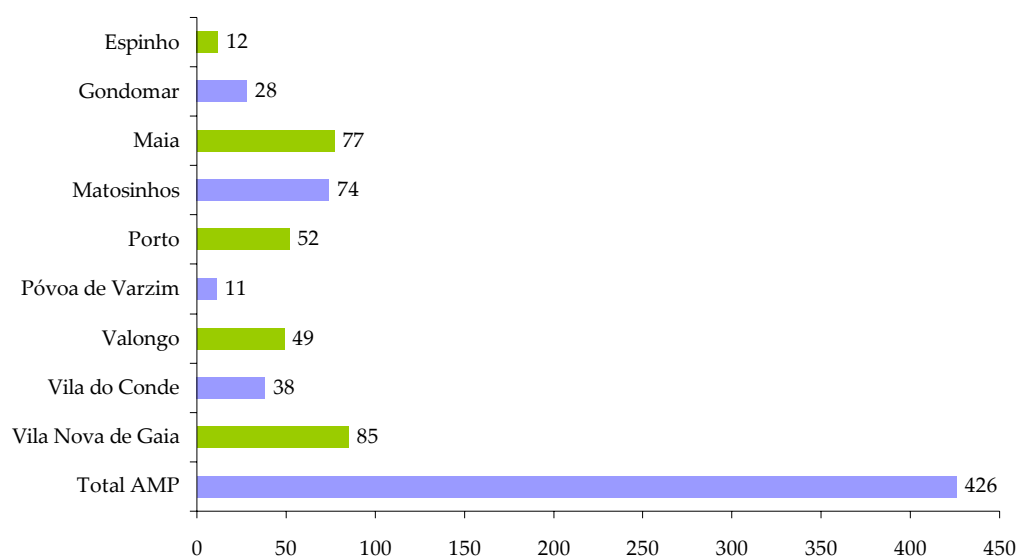
lares, estabelecimentos de saúde, pavilhões multiusos, mercados, parques de campismo, parques urbanos, parques de estacionamento, parques industriais e áreas de localização empresarial (Portugal, 2006e).

Até os mercados, num total de 31, enquanto espaços públicos alvo de intervenções culturais e turísticas, se tornam objectos possíveis de um enquadramento deste tipo<sup>54</sup>.

Perspectivemos a distribuição de tais equipamentos por concelho: à luz desta tipologia, Vila Nova de Gaia (85), Maia (77) e Matosinhos (74) são aqueles cujos equipamentos com potencialidades culturais e desportivas se distanciam dos demais, inclusive, e de acordo com o levantamento feito, do concelho do Porto (52). O total destes equipamentos da AMP, 426, representa tão pouco 6,90% do total nacional de equipamentos deste tipo (6174).

**Figura 4.15**

Número de equipamentos municipais, desportivos e culturais, por concelho da AMP, 2005



Fonte: DGAL, *Administração local em números 2005*

Mas para além deste registo mais recente, parece-nos relevante aqui referir dois estudos temporalmente diferentes, protagonizados pela CCRN: o estudo de 1991 (Portugal, 1991) e o estudo de 1999 (Portugal, 1999b), com níveis de

<sup>54</sup> Veja-se, mais uma vez, o Anexo 4AB com informação detalhada, por município, sobre o número total de equipamentos municipais da AMP.

desagregação da informação semelhantes (concelho e freguesia); porém, com escalas territoriais diferentes (no primeiro caso, Região Norte; no segundo, AMP), dimensões específicas e reponderadas nas tipologias de equipamentos construídas, e com um esforço de análise da rede de equipamentos concelhia e metropolitana particular e prospectivo<sup>55</sup>. São estudos realizados em dois momentos diferentes da década de 90 do século passado, década relevante do ponto de vista da construção de infra-estruturas culturais e desportivas nos concelhos do território nacional, em particular nos da orla litoral e nos mais desenvolvidos económica e socialmente. No conjunto da AMP foi a década na qual se constatou um investimento político acrescido e estrategicamente assumido na dinamização de equipamentos deste tipo.

Analisemos o estudo de 1999. Face ao contexto de afirmação territorial da AMP, nomeadamente de construção de infra-estruturas culturais e desportivas ao longo da referida década, e à proximidade do então atribuído estatuto de Capital Europeia da Cultura à cidade do Porto em 2001, este trabalho actualizou informação já disponível e avaliou as alterações ocorridas na rede de equipamentos de utilização colectiva no espaço metropolitano (Portugal, 1999b). Parece-nos um trabalho de referência se atendermos a alguns dos critérios adoptados na construção das tipologias e à abordagem metodológica assumida<sup>56</sup>, numa área que, só muito recentemente, tem sido alvo de uma preocupação administrativa e política com os

---

<sup>55</sup> O estudo de 1991 – *Inventário dos equipamentos culturais e recreativos da Região do Norte* – é um inventário sectorial dos concelhos da Região Norte, com identificação das freguesias que acolhem certos equipamentos, enquanto o estudo de 1999, *Levantamento e caracterização dos equipamentos culturais e desportivos da AMP*, releva a rede de equipamentos do espaço metropolitano, tipificando-a por concelho e por freguesia e numa lógica supramunicipal. Os Anexos 4BB a 4EB contêm as grelhas de tipos de equipamentos utilizadas na classificação e respectiva definição dos termos utilizados. No estudo de 1991, a grelha de equipamentos culturais e desportivos contemplou 13 e 5 equipamentos, respectivamente. No estudo de 1999, e na grelha relativa aos equipamentos culturais, foram contemplados 14 tipos de equipamentos de utilização colectiva; na grelha dos equipamentos desportivos, 21.

<sup>56</sup> O estudo foi arquitectado com base na pesquisa bibliográfica em torno de informação já existente sobre os equipamentos culturais e desportivos da AMP e de tipologias de classificação possíveis; de pedidos de informação aos 9 municípios da AMP, para recolha de informação à escala das freguesias, e a entidades como o Instituto Nacional do Desporto (IND), o MC, o Instituto Português dos Arquivos (IPA), o Instituto Português do Livro e da Biblioteca (IPLB), a Inspeção-Geral das Actividades Culturais (IGAC) e o Instituto Português dos Museus (IPM) (Portugal, 1999b). Foram contabilizados todos os equipamentos existentes à data do inquérito ou em conclusão até Julho de 1999.



recenseamentos periódicos e centralizados de informação estatística. A tipologia construída, não necessariamente exaustiva, foi uma tentativa de caracterização dos equipamentos a nível concelhio e por freguesia que, enquanto esforço de desagregação analítica, potenciou, e potencia ainda, níveis de leitura mais profícuos. Adoptou-se um conceito de equipamento “num sentido estrito pelo que só são considerados os equipamentos de utilização colectiva.” (Portugal, 1999b, p. 11) e de âmbito municipal, “não descurando uma perspectiva supramunicipal, reconhecendo que, em termos de área de influência, a distribuição de uma rede de equipamentos equilibrada ultrapassa os limites administrativos.” (Ibidem)<sup>57</sup>. Para além destas coordenadas, outras se estabeleceram: identificou-se o conjunto de equipamentos de uso específico, cultural e desportivo<sup>58</sup>, com especial destaque para os locais onde ocorriam diversas actividades num mesmo espaço, e, perante dúvidas quanto à relevância territorial de qualquer equipamento, não se o incluiu na tipologia<sup>59</sup>.

---

<sup>57</sup> Como acrescentam os autores, e de alguma forma destacando dificuldades subjacentes à construção de uma tipologia municipal e supramunicipal de equipamentos, “cada sector implica a intervenção de diversas entidades nos diferentes níveis de planeamento, programação, promoção e financiamento das redes de equipamentos, bem como a sua gestão e manutenção o que constitui, muitas vezes, um constrangimento quando se pretende uma abordagem temática a nível municipal.” (Portugal, 1999b, p. 11). Outras dificuldades advieram da própria tipificação e usos de equipamento, nomeadamente a dimensão e a diversidade de funções dos equipamentos em causa.

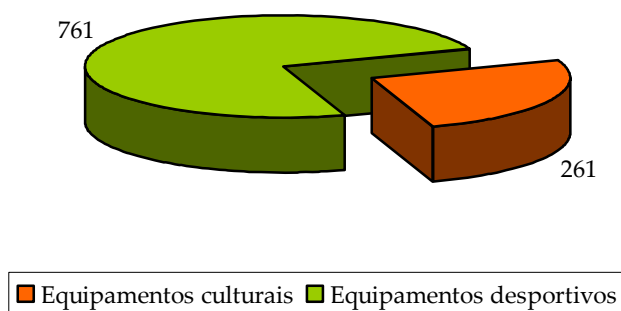
<sup>58</sup> Os equipamentos culturais e desportivos foram definidos à luz das Normas para a Programação de Equipamentos Colectivos do Gabinete de Estudos e Planeamento da Administração do Território (GEPAT) (Portugal, 1990). Os equipamentos culturais básicos para a população do concelho que servem são as bibliotecas municipais (uma unidade localizada na sede de concelho e de dimensão variável consoante a população), os arquivos (uma unidade localizada na sede de concelho e por concelho) e os auditórios. Os equipamentos desportivos definem-se em 4 grupos: equipamentos desportivos/formativos básicos (grandes campos de jogos, pequenos campos de jogos, pistas de atletismo, pavilhões e piscinas), equipamentos recreativos básicos (circuitos de manutenção), equipamentos desportivos especiais (instalações para desportos náuticos, campos de *golf* e campos de tiro) e equipamentos especiais de competição/espectáculo (estádios de futebol, estádios de atletismo, estádios de rãguebi, piscinas olímpicas, pavilhões de competição, palácios de desportos, velódromos, hipódromos, autódromos e kartódromos). No trabalho em causa não foi feita a distinção, face aos restantes equipamentos, dos equipamentos especiais de competição, integrando-os na totalidade da tipologia construída (Portugal, 1999b, p. 16).

<sup>59</sup> Não foram incluídos equipamentos de acesso restrito como equipamentos desportivos inseridos em parques de campismo, equipamentos culturais cuja visita implique aviso prévio, equipamentos pertencentes a associações de nível paroquial, de bairro ou cuja actividade seja predominantemente local (Ibidem, p. 13); nem equipamentos pertencentes a entidades particulares e de utilização não livre: locais de ensino particular, hotéis, unidades fabris e outras (Ibidem).

Em 1999, o número de equipamentos culturais e desportivos existentes na AMP é de 261 e 761, respectivamente<sup>60</sup>. Com os critérios da concentração espacial - concentração de um ou vários equipamentos numa determinada localidade, no caso concelho e freguesia – e da dispersão espacial - dispersão do mesmo tipo de equipamentos por várias freguesias do concelho – avançamos para uma leitura dos dados resultantes deste estudo que tipificam algumas situações particulares nos finais dos anos 90 na AMP.

**Figura 4.16**

Total de equipamentos culturais e desportivos da AMP, 1999



Fonte: CCRN, *Levantamento e caracterização dos equipamentos culturais e desportivos da AMP*

Do ponto de vista da concentração e dispersão espacial, ambas se retratam na AMP enquanto conjunto de 9 concelhos. Na realidade, e atendendo aos equipamentos de índole cultural, verifica-se que o concelho do Porto ultrapassa em larga escala todos os outros concelhos da AMP quanto ao número de equipamentos

<sup>60</sup> Um outro critério assumido, e de registar, é o que diz respeito ao número de valências de um espaço cultural ou desportivo. Por um lado, verificou-se a existência de equipamentos culturais com várias valências, num só lugar, e ligadas apenas a actividades culturais. São exemplos as fundações (que têm, em muitos casos, auditórios, salas de exposições, bibliotecas e museus), os museus e/ou as bibliotecas (que, por sua vez têm auditórios) que prevêm mais do que um espaço para actividades culturais e que não foram quantificados separadamente (Portugal, 1999b, p. 14). Quanto aos equipamentos desportivos, perante a existência destes com várias valências apenas desportivas, do tipo “complexo desportivo”, foram incluídos nas respectivas tipologias de acordo com a modalidade desportiva em causa (Ibidem, p. 16).

culturais de que dispõe (118). Vila Nova de Gaia (41), Maia (29) e Matosinhos (20) são os concelhos que se seguem, ainda que com totais de equipamentos distantes daquele. Espinho (7) e Gondomar (7) apresentam-se, na altura, como os concelhos mais limítrofes e periféricos porque dotados de menos equipamentos. A centralidade funcional do Porto reflecte-se, de igual maneira, na diversidade dos equipamentos: no que diz respeito ao tipo de equipamentos, aquilo que se verifica é uma forte concentração de salas de cinema (82) e de galerias de arte (64), por oposição a outro tipo de equipamentos como biblioteca (6), centro cultural (6), arquivo (9) ou sala de espectáculos (1). De notar que o equipamento biblioteca é o único que existe em todos os concelhos da AMP, indiciando, de alguma forma, o conjunto de projectos de criação das bibliotecas municipais no âmbito da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, também designada Rede de Leitura Pública<sup>61</sup>.

Quando analisados à escala freguesia poucas dissonâncias observamos na centralidade territorial de certos equipamentos<sup>62</sup>. À data do estudo, vários equipamentos previstos na tipologia não existiam nos concelhos da AMP, inclusive no do Porto (neste caso, contudo, apenas no que diz respeito à categoria casino). Ainda que com pequenas variações interconcelhias, em 1999 todos os concelhos, excepto o do Porto, não dispunham de sala de espectáculos, associado nalguns casos à inexistência de teatro (Gondomar, Maia, Matosinhos, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia) e de centro de exposições (Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Póvoa de Varzim, Valongo e Vila do Conde). Acresce o facto, do nosso ponto de vista também significativo, que à luz deste trabalho, ainda que os nossos dados de observação directa e o conhecimento prévio dos próprios concelhos indiquem uma situação nem sempre coincidente, os museus eram equipamentos inexistentes em

---

<sup>61</sup> A Rede de Leitura Pública foi criada em 1987 pelo decreto-lei n.º 111/87 de 11 de Março: estabelece as regras gerais para o lançamento da Rede no âmbito da cooperação técnica e financeira entre o Estado e os municípios. Com o lançamento deste projecto, que procurou constituir-se como instrumento de democratização cultural, em 308 municípios, 262 bibliotecas integram a Rede e 154 foram inauguradas até Dezembro de 2006. 108 bibliotecas encontram-se em fase de instalação. Assinale-se que em 2005 foram inauguradas as bibliotecas de Gondomar, Matosinhos e Valongo. Consulte-se o *site* oficial do Instituto Português do Livro e da Leitura, designado a partir de Março de 2007, pelo decreto-lei n.º 92/2007 de 29 de Março, Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas ([www.iplb.pt](http://www.iplb.pt)).

<sup>62</sup> Os Anexos 4FB a 4NB contêm a respectiva informação desagregada por freguesia.

Espinho, Maia e Póvoa de Varzim. O equipamento juvenil, direccionado para a população jovem local – habitualmente designado por casa da juventude – não existia, de igual modo, em 5 dos 9 concelhos: Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim e Vila do Conde eram, à data, os concelhos com um espaço para a população juvenil local.

**Tabela 4.27**

Equipamentos culturais dos concelhos da AMP, 1999

	Biblioteca	Arquivo	Museu	Cinema	Teatro	Auditório	Fundação	Galeria	Equipamento juvenil	Centro cultural	Sala de espectáculos	Planetário	Centro de exposições	Casino	Total
Espinho	2	1		1	1			1		1 <sup>a)</sup>				1	7
Gondomar	1		2			1	1			2					7
Maia	3	1		12		3		9		1					29
Matosinhos	1		4	9		2		2	1				1		20
Porto	1	4	17	22	11	2	10	44	3	1	1	1	1		118
Póvoa de Varzim	1			8	1	1		1	1					1	14
Valongo	2	1	1		1	2		3		1					11
Vila do Conde	1	1	9			1		1	1						14
Vila Nova de Gaia	1	1	2	30		2		3		1			1		41
Total AMP	13	9	35	82	14	14	11	64	6	6	1	1	3	2	261

Fonte: CCRN, *Levantamento e caracterização dos equipamentos culturais e desportivos da AMP*

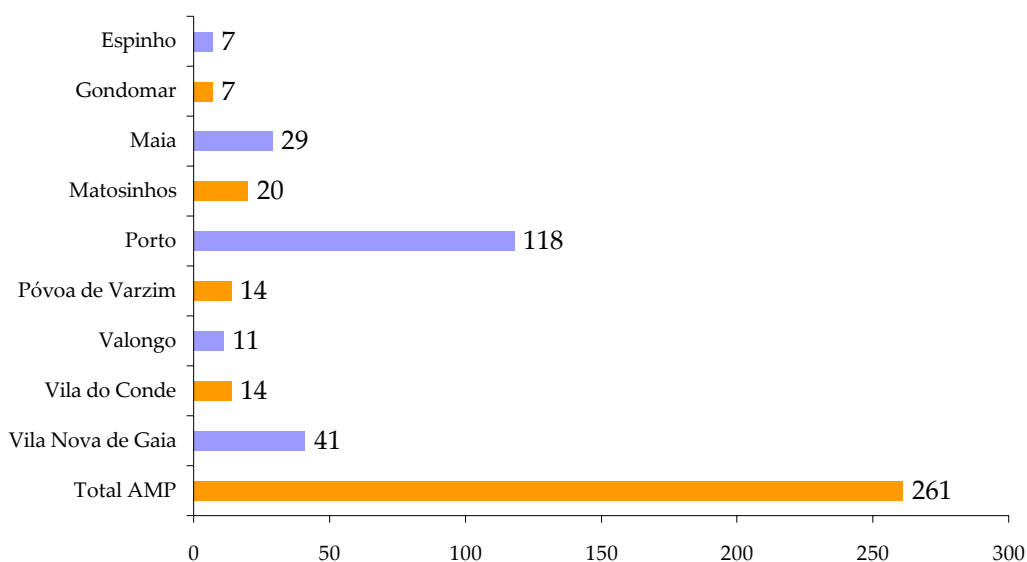
<sup>a)</sup> Não incluído por se encontrar em fase de construção.

Por outro lado, poder-se-á reter uma outra regularidade: a grande concentração de equipamentos culturais na sede de concelho (verificada em quase todos os municípios), nalguns casos contrariada pela existência de um grande número de salas de cinema, localizadas em centros comerciais/grandes superfícies, na maior parte dos casos, nas freguesias periféricas do concelho (casos de Maia, Matosinhos, Póvoa de Varzim, Vila Nova de Gaia com 11, 8, 8 e 30 salas de cinema,

respectivamente)<sup>63</sup>. Registe-se, também, em 1999, a ausência de salas de cinema nos concelhos de Gondomar, Valongo e Vila do Conde.

**Figura 4.17**

Número de equipamentos culturais por concelho da AMP, 1999



Fonte: CCRN, *Levantamento e caracterização dos equipamentos culturais e desportivos da AMP*

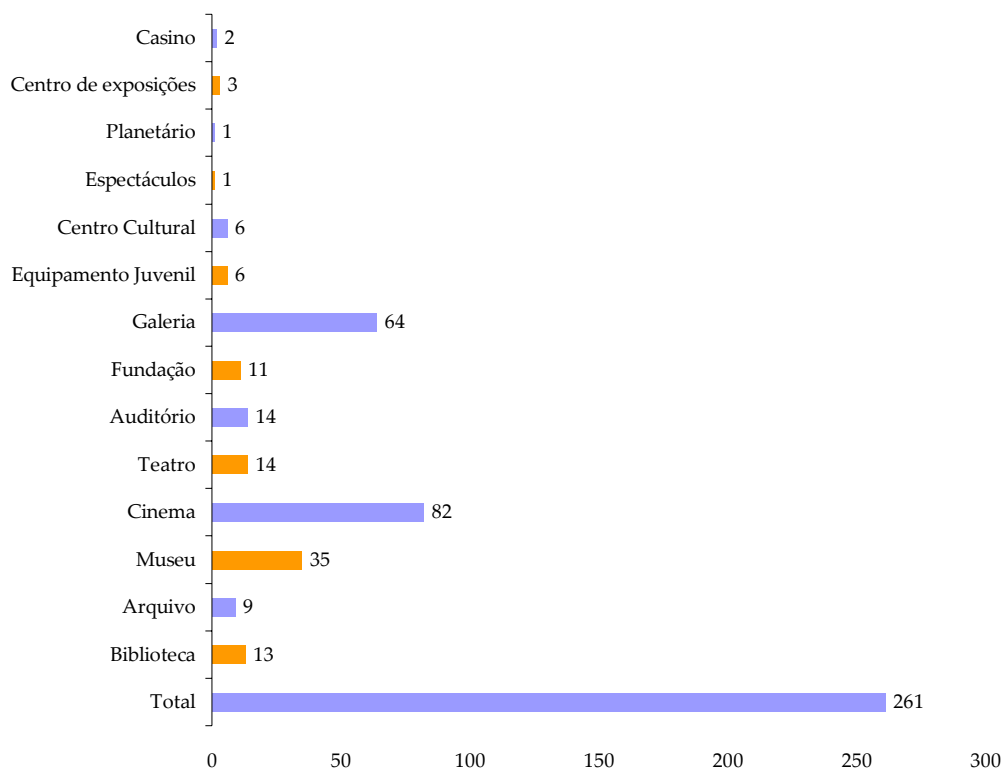
Em terceiro lugar, o Porto é o único concelho que tem quase todos os equipamentos culturais da tipologia, à excepção de um casino. É de todos os concelhos da AMP aquele que possui mais e diversos equipamentos culturais. Para além de serem em maior número, num total de 118 equipamentos, estão dispersos pelo concelho, não se concentrando numa única freguesia. Registe-se, porém, que Nevogilde é a única freguesia que não possui um equipamento cultural; Massarelos, Bonfim, Santo Ildefonso e Vitória são as freguesias mais equipadas - ultrapassam os 10 equipamentos; e Aldoar, Campanhã, Foz do Douro, Paranhos e Ramalde são as menos equipadas, com totais inferiores a 5. Quanto ao tipo de equipamentos,

<sup>63</sup> Ainda que no levantamento feito pelo estudo da CCRN as 8 salas de cinema do concelho da Póvoa de Varzim apareçam atribuídas à freguesia, sede de concelho, Póvoa de Varzim, 6 dessas salas situavam-se, na altura, na freguesia de Argivai, numa grande superfície comercial. O concelho do Porto apresentava 22 salas de cinema, distribuídas por 5 freguesias, algumas delas por centros comerciais do centro da cidade, outras pelos espaços convencionais de exibição de cinema.

destacam-se as galerias de arte (44, 10 delas em Massarelos), as salas de cinema (22, 8 em Bonfim), os museus (17, distribuídos por 11 das 15 freguesias) e os teatros (11, 4 deles na freguesia de Santo Ildefonso).

**Figura 4.18**

Número de equipamentos culturais da AMP, por tipo de equipamento, 1999



Fonte: CCRN, *Levantamento e caracterização dos equipamentos culturais e desportivos da AMP*

Quando confrontados com este cenário, os concelhos e freguesias limítrofes, tanto da primeira como da segunda coroa municipal, tipificam situações de relativa periferia cultural e de falta de centralidade funcional quanto à oferta de serviços e equipamentos culturais e de lazer. Casos de concelhos relativamente desprovidos de equipamentos de utilização colectiva são os de Espinho e Gondomar. No total das 5 freguesias, Espinho contabiliza 7 equipamentos culturais no seu todo, com uma forte concentração na própria cidade de Espinho (6), mas com uma relativa diversidade, particularmente no que diz respeito a espaços consagrados para um certo tipo de oferta cultural. Para além das bibliotecas e arquivo, possui um espaço

para teatro, cinema, exposições, e um casino, para além de ter na altura em construção um centro cultural hoje designado Centro Multiusos de Espinho. Gondomar, por sua vez, constituído por 12 freguesias, não apresenta em 1999 uma concentração exclusiva dos seus 7 equipamentos na cidade sede de concelho, mas uma distribuição por São Cosme (1 museu e 1 auditório) e São Pedro da Cova (1 museu e 1 centro cultural). Os outros 3 equipamentos distribuem-se por Fânzeres (biblioteca), Rio Tinto (centro cultural) e Valbom (fundação). Ainda que com uma relativa dispersão territorial para além da freguesia sede de concelho, não deixa de ser significativa uma certa exiguidade quantitativa e qualitativa dos equipamentos locais.

Os casos de concelhos com elevado número de freguesias também espelham ora a concentração espacial de equipamentos na freguesia sede de concelho ou freguesias limítrofes, ora a insuficiência de equipamentos e serviços para o total das freguesias existentes. O concelho da Maia, no total de 29 equipamentos, e para 17 freguesias, apresenta uma concentração espacial forte do equipamento cinema (11), na freguesia de Águas Santas, e uma concentração espacial forte de outros equipamentos na sede de concelho (16), havendo uma predominância de galerias de arte (9). Vila do Conde, concelho da AMP com maior número de freguesias (30) e cuja dimensão não se faz sentir no número de equipamentos que detém, dos 14 equipamentos culturais, 12 ficam localizados na cidade de Vila do Conde e 2 em Vairão (1 museu) e em Vilar (1 museu). Por sinal, destes 14 equipamentos 9 são museus, 7 localizados na sede de concelho. A concentração espacial dos equipamentos em Vila do Conde é, como se pode ver, notória. Por fim, Vila Nova de Gaia, o segundo maior concelho da AMP, com 25 freguesias, segue a linha do de Vila do Conde quando se afirma que a dimensão territorial não tem correspondência imediata no número de equipamentos culturais à disposição dos munícipes. Por outro lado, embora siga uma concentração espacial forte reunindo 9 dos seus equipamentos culturais na sede de concelho, 2 outras freguesias detêm um maior número de salas de cinema, por efeito das grandes superfícies comerciais:

Santa Marinha (9) e São Pedro da Afurada (21). Os outros 2 equipamentos que completam os 41 são 1 auditório em Avintes e 1 centro cultural em Canelas.

Matosinhos e Valongo, com 10 e 5 freguesias, respectivamente, surgem como concelhos com certas especificidades: no primeiro, com 20 equipamentos de utilização colectiva em 1999, há uma concentração espacial do equipamento cinema na freguesia da Senhora da Hora (8), mas também de diferentes equipamentos na cidade de Matosinhos (1 biblioteca, 1 cinema, 1 auditório e 1 equipamento juvenil), 8 que se dispersam pelas outras freguesias e, no reverso do cenário, 3 freguesias (Custóias, Guifões e Santa Cruz do Bispo) sem equipamentos deste tipo. Valongo apresenta uma relativa concentração espacial dos equipamentos, uma vez que 8 dos 11 que existem estão localizados na cidade sede de concelho, e os outros 3 repartem-se pelas freguesias de Ermesinde (1 biblioteca e 1 galeria) e Alfena (1 centro cultural). Das 12 freguesias que pertencem ao concelho de Póvoa de Varzim, a cidade da Póvoa é mesmo a única localidade que detém equipamentos culturais (14), com uma total concentração espacial e sectorial dos equipamentos. Não possuindo qualquer arquivo, museu, fundação, centro cultural, sala de espectáculos, planetário ou centro de exposições, todos os outros equipamentos se distribuem equitativamente (1) pela cidade da Póvoa de Varzim.

Quando nos confrontamos com a distribuição dos equipamentos desportivos da AMP em 1999, e à luz do estudo em questão, verificamos um relativo alargamento do número de equipamentos e da distribuição territorial pelas freguesias, como que acentuando a prioridade dada às valências desportivas de um concelho<sup>64</sup>. No que diz respeito ao tipo de equipamentos, verifica-se uma forte concentração das categorias pequenos campos de jogos (223) e grandes campos de jogos (142), que no seu conjunto perfazem quase metade do número total de equipamentos desportivos da AMP (761). Há, por um lado, uma elevada concentração de pequenos e grandes campos de jogos em todos os concelhos da AMP, e, por outro lado, uma distribuição visível de outros equipamentos como a

---

<sup>64</sup> Veja-se a informação detalhada por freguesia nos Anexos 4OB a 4WB.



piscina coberta (41), o pavilhão (133) e os courts de ténis (136). Todos os outros se distribuem de forma desigual pelos 9 concelhos da AMP. Vila Nova de Gaia (130), Porto (128) e Matosinhos (118) são os concelhos com mais equipamentos desportivos, enquanto Espinho, Gondomar, Póvoa de Varzim e Valongo detêm, comparativamente, 40, 51, 51 e 53 equipamentos deste tipo.

Acrescente-se que à escala intraconcelhia, e tendo por referência os 21 tipos de equipamentos desportivos contemplados na grelha de análise, os concelhos que apresentam o maior défice de equipamentos são Valongo (15), Gondomar (13) e Vila do Conde (11). Adquire pertinência na análise da distribuição territorial dos equipamentos desportivos o facto de 3 concelhos da orla litoral não terem em 1999 um complexo para desportos náuticos (casos de Espinho, Porto e Vila do Conde); de 6 concelhos não possuírem pistas de atletismo (Espinho, Matosinhos, Póvoa de Varzim, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia); de equipamentos básicos do ponto de vista da oferta local, como as piscinas, não fazerem parte da rede concelhia (Gondomar e Valongo não tinham em 1999 piscinas descobertas); de concelhos com traços de ruralidade, politicamente assumida como potencialidade turística endógena, não disporem em 1999 de um campo de tiro ou de um centro de equitação (casos de Gondomar, Valongo e Vila do Conde); e dos circuitos de manutenção não fazerem parte dos concelhos de Espinho, Maia, Póvoa de Varzim e Valongo.

Uma outra regularidade atravessa o espaço metropolitano em 1999: a dispersão de equipamentos desportivos pelas freguesias dos 9 concelhos, exceptuando-se Póvoa de Varzim e Vila do Conde, que concentram na sede de concelho o maior número (30 e 32, respectivamente); a localização dos equipamentos desportivos nas freguesias sem equipamentos culturais, e a dispersão equilibrada de um único equipamento por todas as freguesias de um concelho, geralmente o pequeno ou grande campo de jogos e os courts de ténis. Neste caso, Espinho, Póvoa de Varzim e Valongo são os únicos concelhos que têm pelo menos um equipamento desportivo comum em todas as freguesias.

**Tabela 4.28**  
Equipamentos desportivos dos concelhos da AMP, 1999

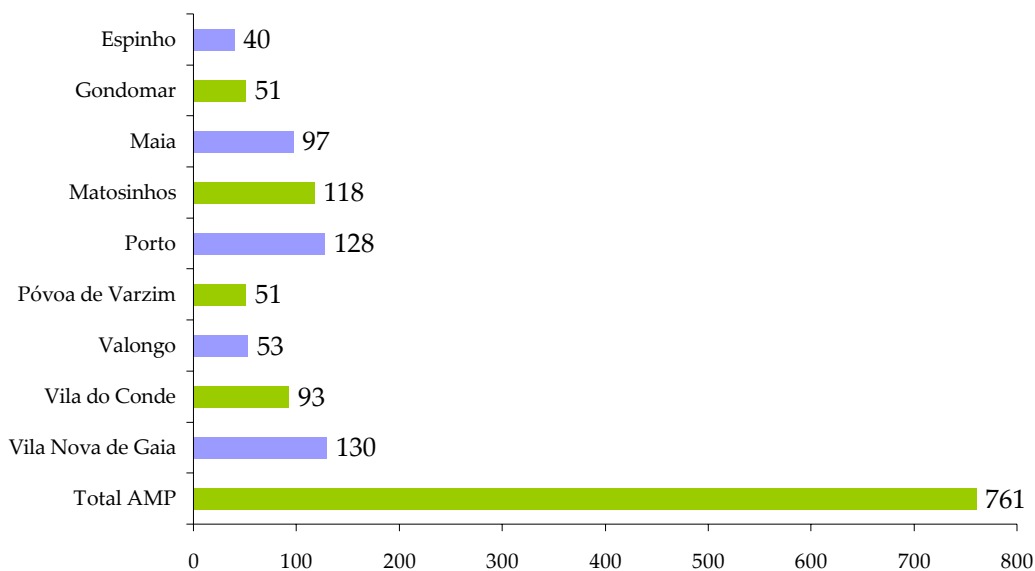
	Piscina coberta	Piscina descoberta	Pavilhão	Grande campo de jogos	Pequeno campo de jogos	Courts de ténis	Campo de squash	Pista de atletismo	Centro de equitação	Circuito de manutenção	Campo de golf	Mini-golf	Pista de motocross	Kartódromo	Aeródromo	Paraqueidismo	Modelismo	Campo de tiro	Desportos náuticos	Desportos radicais	Patinação no gelo	Total
Espinho	2	1	4	7		16	4		1		1				1	1	1			1		40
Gondomar	3		14	18	7	4		1		1										3		51
Maia	11 <sup>a)</sup>	4	18	16	21	16		1	1				1	1	1	1	3			1	1	97
Matosinhos	4	3	26	19	41	20			1	1				1				1	1			118
Porto	5	1	18	13	27	47	7	2	1	3		3						1			1	128
Póvoa de Varzim	3	2	8	13	12	8	2				1							1	1			51
Valongo	5		8	7	25	7														1		53
Vila do Conde	3	1	7	26	43	6	2			1		1	1							2		93
Vila Nova de Gaia	5	1	30	23	47	12			2	3	1							1	5			130
<b>Total AMP</b>	<b>41</b>	<b>13</b>	<b>133</b>	<b>142</b>	<b>223</b>	<b>136</b>	<b>15</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>9</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>10</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>761</b>

Fonte: CCRN, Levantamento e caracterização dos equipamentos culturais e desportivos da AMP

<sup>a)</sup> 7 piscinas em construção não incluídas.

**Figura 4.19**

Número de equipamentos desportivos por concelho da AMP, 1999



Fonte: CCRN, *Levantamento e caracterização dos equipamentos culturais e desportivos da AMP*

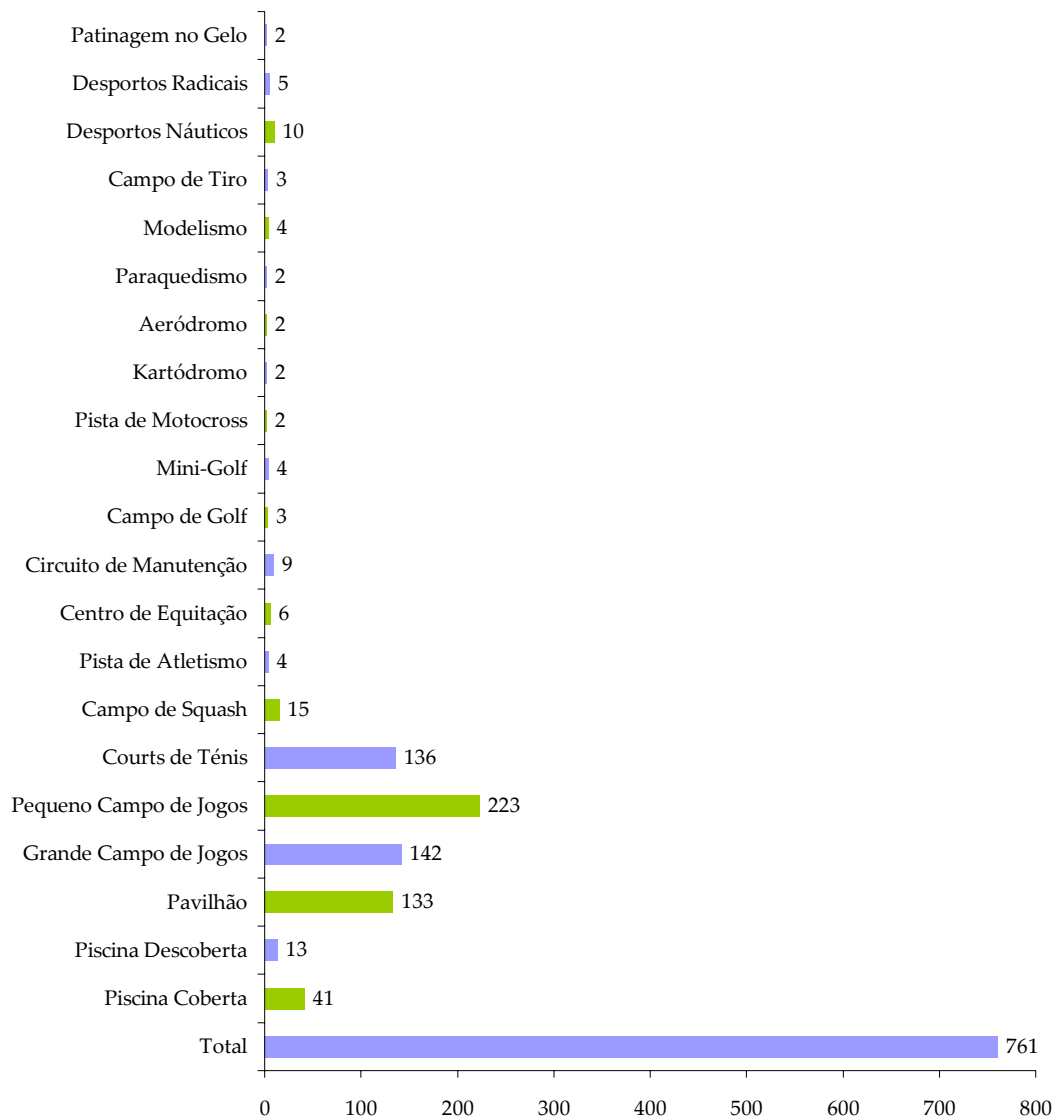
Contudo, há nos concelhos da AMP freguesias que não possuem qualquer tipo de equipamento: Maia (S. Pedro Avioso), Porto (Miragaia, Nevogilde e Vitória) e Vila Nova de Gaia (Seixezelo e Sermonde). Maia e Matosinhos são concelhos com uma dispersão mais equilibrada dos equipamentos pelo conjunto das freguesias, Póvoa de Varzim e Vila do Conde os que apresentam uma maior concentração de equipamentos na sede de concelho. Na maior parte dos concelhos do território metropolitano, inclusive no do Porto, rareiam os equipamentos menos habituais: aeródromo, kartódromo, paraquedismo, pista de motocross, modelismo, desportos radicais e patinagem no gelo. Maia é o concelho que possui todos estes equipamentos; Gondomar, Póvoa de Varzim, Valongo e Vila Nova de Gaia não possuem qualquer tipo de equipamento como este.

As grelhas de categorização dos equipamentos usadas nos estudos da CCRN não permitem, na totalidade, o confronto analítico entre 1991 e 1999<sup>65</sup>.

<sup>65</sup> Não só as escalas de observação são diferentes (Região Norte e AMP) como os critérios utilizados e as categorias de equipamentos culturais e desportivos construídas não são totalmente coincidentes, fazendo variar os totais globais e por concelho e a cartografia possível da rede de equipamentos.

**Figura 4.20**

Número de equipamentos desportivos da AMP, por tipo de equipamento, 1999



Fonte: CCRN, *Levantamento e caracterização dos equipamentos culturais e desportivos da AMP*

Porém, se visualizarmos as mesmas categorias utilizadas nos dois estudos, verificamos que houve alteração no quantitativo de equipamentos culturais e desportivos da AMP: de 180 equipamentos culturais em 1991 passou-se para 254 em 1999; e de 435 piscinas, campos de jogos e pistas de atletismo em 1991 para 423 em 1999. Da mesma forma, as galerias de arte (48), os cinemas (39), os museus (25) e as bibliotecas (20) foram os equipamentos de cultura e recreio mais visíveis no

território metropolitano, tendência verificada também em 1999; a centralidade funcional e sectorial do concelho do Porto (103 equipamentos em 1991) e o alargamento territorial, à escala intraconcelho, dos equipamentos entre 1991 e 1999, foram dois outros traços verificados.

À luz dos critérios utilizados nas normas para a programação e caracterização dos equipamentos colectivos, entre 1991 e 1999, e nas categorias equivalentes, os ditos equipamentos básicos foram alvo de investimento político e financeiro, local e central, na tentativa de facultar territorialmente, e dentro de uma relativa autonomia e suficiência intramunicipal, um conjunto de serviços culturais e desportivos à população local.

**Tabela 4.29**

Equipamentos de utilização colectiva - cultura e recreio, 1991

	Bibliotecas	Arquivos	Fundações	Museus	Centros culturais	Equipamentos juvenis	Teatros	Auditórios	Cinemas	Galerias de arte	Imprensa	Outros espaços	Espaços de actividades recreativas	Total
Espinho	1	1			1		1		2	1	3		1	11
Gondomar	1	1		1					4		4	2		13
Maia	5	1			1				2		4	2	1	16
Matosinhos	2	1		1					6	2	7	1	1	21
Porto	1	2	8	17		3	14	3	15	40	6	9	3	121
Póvoa de Varzim	2	1		1					2	1	3		1	11
Valongo	3	1		1	1			2	2	1	3	1		15
Vila do Conde	1	1		3	1				1	1	4	1		13
Vila Nova de Gaia	4	1		1	1		2		5	2	8	2	2	28
Total AMP	20	10	8	25	5	3	17	5	39	48	42	18	9	249
Região Norte	119	79	14	54	40	20	29	9	116	68	199	23	13	783

Fonte: CCRN, *Inventário dos equipamentos culturais e recreativos da Região do Norte*

Mantêm-se, por esse mesmo estatuto, como elementos prioritários nalguns concelhos. Do mesmo modo, e também por outros factores, são elementos prioritários na rede de equipamentos concelhia, tanto pelo âmbito dos

financiamentos envolvidos como pela disponibilidade de recursos financeiros, organizacionais e políticos para a criação de outras infra-estruturas que não as que dizem respeito ao saneamento ou à habitação.

**Tabela 4.30**

Equipamentos de utilização colectiva - desporto, 1991

	Campos de jogos			Pistas de atletismo	Piscinas				Salas de desporto		Centros de estágio	Total
	Estádios	Grandes	Pequenos		Cobertas		Descobertas		Grandes	Pequenas		
					Grandes	Pequenas	Grandes	Pequenas				
Espinho	1	3	9		3		2		8	5		31
Gondomar		18	23				3		8	5		57
Maia	1	9	18	1			1		5	2		37
Matosinhos	1	12	16		2	2	4	2	12	6		57
Porto	3	9	78	4	5	1	7	4	34	28		173
Póvoa de Varzim	1	6	31		1		6	5	4	5		59
Valongo		7	20		2	4	1	1	6	2		43
Vila do Conde	1	20	31		1	1	1	1	4	7		67
Vila Nova de Gaia		20	35		3		2		22	15		97
Total AMP	8	104	261	5	17	8	27	13	103	75		621
Região Norte	20	774	1479	42	29	15	76	39	274	148	1	2897

Fonte: CCRN, *Inventário dos equipamentos culturais e recreativos da Região do Norte*

Perante os levantamentos feitos junto das câmaras da AMP, no sentido da actualização dos equipamentos de âmbito municipal e de utilização colectiva<sup>66</sup>, foi-nos possível recolher a informação que consta das tabelas 4.31 e 4.32. Por um lado, contraditória com alguns dos dados disponíveis para momentos anteriores, noutros

<sup>66</sup> A partir do levantamento feito pela CCRN, e atendendo aos critérios enunciados, solicitou-se a cada uma das câmaras que revisse os dados e que reposicionasse a informação. As respostas foram recolhidas entre Setembro de 2002 e Janeiro de 2003. Maia e Vila Nova de Gaia foram os municípios dos quais não obtivemos resposta. Os dados foram apresentados pelos serviços culturais das câmaras. Foram considerados os mesmos critérios de 1999 quanto à identificação e contagem possível dos equipamentos. Por indicação das autarquias, e não integrando em nenhuma das categorias já existentes, optámos por acrescentar nas tipologias algumas categorias que retratam a especificidade de alguns concelhos: nos equipamentos culturais, centro de congressos, sala polivalente, praça de touros e centro ciência viva (tabela 4.31); nos equipamentos desportivos, praça de touros, autódromo, complexo desportivo, ginásio/sala desportiva, campo de voleibol, campo de basquetebol e clube de caçadores (tabela 4.32).

casos revelando falta de sistematicidade das informações de que dispõem os municípios, noutros ainda a disparidade possível dos critérios assumidos para a construção das tipologias e a diversidade de tutelas organizacionais e administrativas<sup>67</sup>. A um outro nível, de igual modo, recolhemos um conjunto de informações na linha de continuidade das já reunidas nos levantamentos anteriores.

Aquilo que de alguma maneira nos parece relevante analisar, atendendo à informação que foi possível reconstituir<sup>68</sup>, traduz-se num conjunto de pontos. Em primeiro lugar, mantém-se a tendência intramunicipal de que é maior o número de equipamentos desportivos do que o número disponível de infra-estruturas culturais: 496 face a 137 equipamentos. Em segundo, mantêm-se alguns dos equipamentos básicos os privilegiados do ponto de vista da dotação financeira e da distribuição territorial: as bibliotecas (10) e os auditórios (17) e, associados, os museus (15). Sobressaem, de novo, as salas de cinema (32, por efeito do número de salas das grandes superfícies do Porto e de concelhos limítrofes), as galerias e as salas de exposições (10) e, como novas infra-estruturas, espaços como os centros culturais polivalentes (9) e as salas polivalentes (15). No caso dos equipamentos desportivos, destacam-se, de igual forma, os pequenos e grandes campos de jogos (179 e 66, respectivamente), os courts de ténis (65) e os pavilhões (56) e, por fim, as piscinas (36).

Espinho, entre 1999 e 2003, tem uma repartição sectorial e territorial dos equipamentos culturais muito semelhante, se bem que o total de equipamentos

---

<sup>67</sup> Não faremos aqui, por insuficiência de dados, tais diferenciações. Nalguns casos, os equipamentos principais do concelho, pela sua projecção e pelo seu impacto local, são propriedade das autarquias (câmara municipal e junta de freguesia), noutros são geridos pela autarquia, noutros ainda são propriedade das paróquias e/ou geridos pelas paróquias das freguesias. As tutelas confundem-se e os próprios serviços municipais não têm em consideração tais diferenciações.

<sup>68</sup> As últimas normas consultadas no âmbito deste trabalho foram as relativas ao ano de 2002 (Portugal, 2002c) e que actualizam as versões anteriores (Portugal, 1990; decreto-lei n.º 317/97 de 25 de Novembro). Constatámos que os concelhos têm diferentes formas de organizar a informação sobre os equipamentos culturais e de contabilizar os existentes: alguns estabelecem a sua listagem de acordo com as categorizações previstas na legislação, outros não; poucos indicam a propriedade e o tipo de gestão (municipal e privada) dos equipamentos; outros contabilizam os espaços e as valências disponíveis em cada um deles. Por outro lado, e mesmo apresentando a listagem e os critérios do levantamento da CCRN de 1999 às autarquias, não são contempladas por todas elas, nos levantamentos municipais oficiais, todas as categorias de equipamentos, particularmente os culturais.

passe de 7 para 20. São as diversas valências do Centro Cultural Multimeios, em construção à data de 1999, que alargam a diversidade de equipamentos. Dispõe de 1 biblioteca (Cosmoteca), 1 sala de cinema, 1 auditório, 1 galeria de arte, 1 fundação, 1 planetário, 1 observatório de astronomia, 1 sala polivalente e 1 espaço de acesso gratuito à internet. Acresce ainda a construção do equipamento FACE – Fórum de Arte e Cultura de Espinho com mais valências semelhantes às referidas, e entre elas estúdios para cinema de animação, espaço para formação e núcleo museológico. Quanto aos equipamentos desportivos, não há propriamente uma variação assinalável, mantendo-se a relativa diversidade dos equipamentos disponíveis (40 em 1999 e 39 em 2003).

Gondomar, por sua vez, e de acordo com a informação recebida, acrescenta apenas mais 1 centro cultural ao total já existente em 1999, perfazendo em 2003 8 equipamentos culturais. Ressalve-se que só em 2005 é que o concelho disporá de uma biblioteca municipal da Rede de Leitura Pública. Os centros culturais apresentados incluem ainda 2 auditórios e salas para exposições. Os totais de equipamentos desportivos traduzem disparidades na organização da informação pois entre as duas datas reduz-se substancialmente o número de equipamentos disponíveis (de 51 para 33).

Matosinhos, que em 1999 tinha 20 equipamentos deste tipo, em 2002 apresenta 33. Mas as discrepâncias de critérios de anotação existem: não só não são integradas as 8 salas de cinema da grande superfície localizada na freguesia de Senhora da Hora como são contabilizadas 13 salas e salões polivalentes. Para além disto, registre-se terem aumentado, de forma geral, alguns equipamentos de referência: bibliotecas, casas da juventude, espaços para exposições, auditórios e salas de espectáculos. Os equipamentos juvenis têm ainda 3 espaços interactivos. Os equipamentos desportivos, e pela leitura dos dados disponíveis, aumentaram no concelho (de 97 para 147) e diversificaram-se, destacando-se os ginásios/salas desportivas (17).



**Tabela 4.31**

Equipamentos culturais dos concelhos da AMP, 2003 <sup>a)</sup>

	Biblioteca	Arquivo	Museu	Cinema	Teatro	Audatório	Fundação	Galeria	Equipamento juvenil (Casa da juventude)	Centro cultural	Sala de Espectáculos	Planetário	Centro de congressos	Casino	Centro de exposições	Sala polivalente	Praça de touros	Centro Ciência Viva	Total
Espinho	1	1	1	1	1	1		2		1 <sup>b)</sup>				1		2			11
Gondomar	1		1		2	1				3									8
Maia																			
Matosinhos	3		2		3	3		4	3		3					13			31
Porto				23	4	6			4										37
Póvoa de Varzim	4	1	1	8 <sup>c)</sup>	1 <sup>d)</sup>	2		3	1				1	1			1		24
Valongo		1	1							5					1				8
Vila do Conde	1	1	10			3		1	1									1	18
Vila Nova de Gaia																			
Total AMP	10	4	15	32	6	17	1	10	5	9	7		1	2	1	15	1	1	137

Fonte: Documentos fornecidos pelas câmaras municipais

<sup>a)</sup> Informação recolhida entre Setembro de 2002 e Janeiro de 2003 e que reporta a este período. Maia e Vila Nova de Gaia foram os municípios que não enviaram resposta ao pedido feito.

<sup>b)</sup> Para além do Centro Cultural Multimeios, Espinho tem, à data, um outro em construção: FACE (Fórum de Arte e Cultura de Espinho) que inclui 1 auditório, 1 núcleo museológico, 1 galeria, estúdios para cinema de animação e espaço de formação. Não incluído por se encontrar em fase de construção.

<sup>c)</sup> 1 fechada.

<sup>d)</sup> Fechado para obras.

Quanto ao concelho do Porto, e perante a discrepância e a não disponibilidade de informações cedidas pelos serviços culturais da autarquia, podemos dizer que a listagem de que dispusemos ficou aquém daquela apresentada em 1999. As informações cedidas aparecem sob a designação de Casas de Espectáculos da Cidade do Porto licenciadas pela Inspeção-Geral de Espectáculos (IGE) e não integram o levantamento de vários dos equipamentos contidos na tipologia inicial: bibliotecas, museus, arquivos, galerias e fundações, apenas para referir alguns deles. Em contrapartida, foi-nos dada a informação de que as associações geriam 56 auditórios/salões de festas, 28 com palco e 28 sem palco. O concelho que desde sempre teve a centralidade sectorial e funcional da rede de equipamentos, e de alguma forma recursos organizacionais disponíveis para a centralidade e articulação interdepartamental da informação, revelou-se o organismo, política e administrativamente, menos disponível para a reconstrução dos levantamentos feitos. Os equipamentos desportivos, cuja informação datada de 2001 estava disponível na Carta Desportiva Municipal (Porto, 2001), referenciam uma rede que, num total de 552 equipamentos disponíveis à data na cidade, constitui 17,6% do seu total. Face a 1999, mais uma vez, estarão os critérios de organização da informação e as mudanças de tutela nalguns deles a justificarem as disparidades dos dados.

No concelho de Póvoa de Varzim a informação obtida pela autarquia remete para um ligeiro aumento dos equipamentos culturais disponíveis (de 14 em 1999 para 22 em 2003), acentuando-se os equipamentos básicos (4 bibliotecas, 1 arquivo e 2 auditórios) e a revitalização arquitectónica e funcional da praça de touros local, património local de referência. Os dados apresentados para os equipamentos desportivos, ainda que de acordo com a distinção juridicamente prevista entre instalações desportivas de base recreativa e instalações desportivas de base formativa, acabam por traduzir montantes diferentes de 1999 e novos espaços não contemplados na tipologia apresentada à própria autarquia (caso das ditas salas desportivas num total de 13).

**Tabela 4.32**  
Equipamentos desportivos dos concelhos da AMP, 2003 <sup>a)</sup>

	Piscina coberta	Piscina descoberta	Pavilhão	Grande campo de jogos	Pequeno campo de jogos	Court de ténis	Campo de squash	Pista de atletismo	Centro de equitação	Circuito de manutenção	Campo de golf	Mini-golf	Pista de motocross	Kartódromo	Aeródromo	Paraqueidismo	Modelismo	Campo de tiro	Desportos náuticos	Desportos radicais	Patinação no gelo	Praça de touros	Autódromo	Complexo desportivo	Ginásio/Sala desportiva	Campo de voleibol	Campo de basquetebol	Clube de caçadores	Total
Espinho	2	1	7	7	1	10	4	1	1	1	1				1	1	1			1									39
Gondomar	6	7 <sup>b)</sup>	2	4	4	12	1	1	1	1																			33
Maiã																													
Matosinhos	7	6	27	22	58	20		2	1	1				2					1					17	3	4	1	172	
Porto	4		5	8	52	7			3		3							3				1		13				99	
Póvoa de Varzim		2		1	11	8													1			1		13				37	
Valongo	5		2		10	2						1								1			1					22	
Vila do Conde	2	1	8	26	43	6	2			1	1	1	1							2			1					94	
Vila Nova de Gaia																													
Total AMP	e)	e)	56	66	179	65	6	4	5	3	4	2	1	2	1	1	1	1	3	2	4	1	1	2	43	3	4	1	496

Fonte: Documentos fornecidos pelas câmaras municipais

<sup>a)</sup> Informação recolhida entre Setembro de 2002 e Janeiro de 2003 e que reporta a este período. Maia e Vila Nova de Gaia foram os municípios que não enviaram resposta ao pedido feito.

<sup>b)</sup> 1 em fase de finalização.

<sup>c)</sup> Não integra os totais de Gondomar e Valongo.

Valongo caracteriza-se, e de acordo com a informação recebida, pela pluralidade de valências que alguns dos seus equipamentos culturais de referência têm e que no levantamento de 1999 de alguma forma estava prevista: os 8 equipamentos contabilizados em 2003 integram, por isso, 1 centro de exposições e 5 centros culturais, estes últimos com a tal diversidade de valências (6 espaços previstos para exposições, temporárias e permanentes; 5 auditórios; 1 biblioteca municipal; 3 pólos bibliotecários; 2 salas polivalentes; 1 sala de actividades; 1 núcleo museológico, 1 sala multimédia e 1 sala de espectáculos. Os equipamentos desportivos apresentados, distantes dos previstos na classificação de 1999, traduzem, mais uma vez, a disparidade nos modos de organização da informação disponível.

Em Vila do Conde, o Centro Ciência Viva, espaço plurifuncional de ciência e tecnologia, criado a 2 de Março de 2002 e que faz parte da rede de centros de ciência viva do Ministério da Ciência e do Ensino Superior (MCES), constitui-se como equipamento único na AMP e com especificidade municipal. Do ponto de vista dos equipamentos já existentes, o concelho mantém a relevância quanto aos museus (10) e aumenta o seu número de auditórios (de 1 para 3). Os equipamentos desportivos, na linha do observado para outros concelhos, contemplam as dotações em equipamentos básicos e as infra-estruturas já verificadas em 1999. Registe-se, e independentemente de ser um efeito de categorização, que mantém montantes semelhantes entre as duas datas (93, não integrando a nova categoria anexada à tipologia, no caso, complexo polidesportivo).

Com base num levantamento de 2002 (Portugal, 2002d)<sup>69</sup> sobre a acessibilidade das populações locais aos equipamentos e serviços existentes e/ou

---

<sup>69</sup> Projecto Carta de Equipamentos e Serviços de Apoio à População da Região Norte (CESAP - Norte 2002), que surgiu na sequência dos Inventários Municipais realizados pelo INE em 1992 e 1998, e que consistiu num inquérito realizado à totalidade das 2026 freguesias da Região Norte, com recolha de informação reportada a 2 de Maio de 2002 e segundo uma pluralidade de categorias de equipamentos e serviços: serviços e comércio, locais de culto, acolhimento empresarial, ambiente e energia, transportes e comunicações, ensino, saúde e segurança social, desporto, cultura e lazer, alojamento turístico e atracções turísticas. Para mais informações, veja-se o trabalho editado pelo INE (Portugal, 2002d).

disponíveis, verificamos que as freguesias dos concelhos da AMP se encontram relativamente equipadas quanto às áreas do desporto, da cultura e lazer e do turismo<sup>70</sup>, mesmo que haja uma disparidade sectorial e territorial dos equipamentos e serviços.

Na totalidade do espaço metropolitano destaca-se a prevalência da disponibilidade e acesso das populações locais aos equipamentos desportivos, nomeadamente aos campos de jogos descoberto: 119 freguesias dotadas de equipamentos e serviços (39 das quais integradas em cidades). Destacam-se, ainda que com valores inferiores, as salas de espectáculos/salas de conferência/congressos, que servem 75 freguesias, e os pavilhões desportivos ou ginásios, com 71 freguesias, com quase metade das freguesias a integrarem cidades: 30 e 34, respectivamente.

Estas regularidades, comparativamente, espelham, a uma outra escala, as verificadas no Continente e na Região Norte. Segundo os dados apresentados pelo INE (Portugal, 2002d), a AMP destaca-se por apresentar apenas 3% de freguesias sem qualquer equipamento desportivo, o que representa menos de 1% da população residente. Por outro lado, é na AMP que se observa a maior proporção (18%) de freguesias bem equipadas (com 6 ou mais equipamentos desportivos), que representam pouco mais de um terço da população total metropolitana (à data de 2001, 1.260.680 habitantes). Quanto aos equipamentos e serviços culturais e de lazer, a AMP apresenta a menor proporção de freguesias não equipadas (3%) e a maior (54%) de freguesias bem equipadas (com 3 ou mais equipamentos), nas quais residiam quase quatro quintos da respectiva população. Quanto aos alojamentos turísticos, e segundo os mesmos dados (Ibidem), focalizemos a atenção nas referências à Região Norte: mais de dois terços das freguesias da Região Norte não possuem qualquer alojamento turístico do conjunto em análise; cerca de um quinto das freguesias detém apenas um tipo de alojamento e apenas 2,5% das freguesias dispõem de mais de três tipos de alojamento turístico. No Entre Douro e Vouga e no Alto Trás-os-Montes, cerca de 75% (a maior proporção da Região Norte) das

---

<sup>70</sup> Nos Anexos 4XB a 4HC está disponível a informação desagregada para o Continente e Região Norte e por concelho da AMP.

freguesias não possuem qualquer alojamento turístico, enquanto a menor proporção se observa na AMP (50%). Cerca de 60% dos concelhos da Região Norte não dispõem de qualquer freguesia equipada com três ou mais tipos de alojamentos turísticos<sup>71</sup>.

Quando perspectivados os concelhos<sup>72</sup>, é a categoria de equipamentos desportivos que adquire maior visibilidade municipal, quer quanto aos campos de jogos (a categoria que maior número de freguesias serve no total dos concelhos da AMP), quer quanto às piscinas e aos pavilhões desportivos. Segue-se-lhe a categoria de cultura/lazer, particularmente as salas de espectáculos e as bibliotecas. Os alojamentos turísticos aparecem com menor presença no espaço municipal e metropolitano, a dotarem de serviços um menor número de freguesias e, particularmente, as que se situam em cidades. Registe-se que nem todos os concelhos têm alojamentos de turismo rural (Matosinhos, Porto, Valongo e Vila Nova de Gaia), e há freguesias da Maia e de Valongo não equipadas com parques de campismo e/ou caravanismo. Destaquemos alguns traços:

- em Espinho, os alojamentos turísticos que existem servem a população urbana pois todos os que existem servem uma freguesia situada em cidade; por outro lado, todas as freguesias (5) são dotadas de campos de jogos, 3 de bibliotecas e 2 de piscinas;

- Gondomar, por sua vez, num total de 12 freguesias, apresenta mais freguesias equipadas/com equipamentos e serviços que não se situam em cidade; tem 11 freguesias com pavilhões desportivos/ginásios (2 em cidades) e 9 com salas de espectáculos (2 em cidades); a oferta de alojamento turístico situa-se em freguesias, igualmente, não integradas em cidades;

---

<sup>71</sup> Refira-se que nas respostas ao inquérito a lógica do serviço imperou sobre a lógica do equipamento: contabilizou-se um equipamento tantas vezes quantas o número de serviços que prestava; não se contabilizaram equipamentos inactivos nem equipamentos cujo serviço fosse para usufruto exclusivo do seu proprietário; e quando não existiam equipamentos ou serviços nas freguesias, perguntava-se onde se dirigia habitualmente a maior parte dos habitantes para terem acesso àqueles, isto é, pedia-se a indicação de uma freguesia alternativa. Para mais informações, quer quanto a notas metodológicas quer quanto a conceitos utilizados, veja-se o trabalho já referido (Portugal, 2002d).

<sup>72</sup> Atente-se de novo aos Anexos 4ZB a 4HC, com os dados para cada concelho da AMP.

**Tabela 4.33**

Número de freguesias equipadas e população residente em freguesias equipadas por equipamento e serviços culturais, desportivos e turísticos nos concelhos da AMP, 2002

Equipamentos e Serviços	Número		População residente		
	Total	Integradas em cidades	N.º de habitantes	Integradas em cidades	
				N.º de habitantes	%
	47	27	869 405	635 819	73,1
Desporto	119	39	1170 056	712 004	60,9
	71	34	1035 575	688 427	66,5
Cultura e Lazer	75	30	925 632	613 050	66,2
	33	21	609 712	489 575	80,3
	42	18	564 916	354 581	62,8
	33	25	539 984	465 095	86,1
Alojamento	36	22	600 402	461 976	76,9
Turístico	12	5	116 209	90 060	77,5
	11	1	53 419	10 225	19,1

Fonte: INE, CESAP-Norte 2002

- Maia, com 17 freguesias, destaca-se por ter 12 das suas freguesias com campos de jogos, 8 com salas de espectáculos e uma oferta turística situada fora de cidades;

- Matosinhos, em 10 freguesias, tem 10 servidas por campos de jogos e pavilhões desportivos, 8 por salas de espectáculos e 7 por bibliotecas e piscinas; 6 freguesias têm pensões, 3 em cidade;

- o Porto apresenta-se mais equilibrado, sectorial e territorialmente, já que, das 15 freguesias, entre 12 a 10 têm equipamentos desportivos, entre 8 a 12 têm bibliotecas e salas de cinema e 11 têm uma oferta de equipamentos hoteleiros/residenciais;

- a oferta hoteleira da Póvoa de Varzim não deixa de ser relevante: em 12 freguesias 4 são servidas por hotéis e 3 por pensões, respectivamente 3 e 1 freguesias em cidades; todas as freguesias são servidas por campos de jogos e 6 têm acesso a salas de espectáculos;

- Valongo apresenta quase a totalidade das suas freguesias com todos os equipamentos culturais previstos na tipologia: 5 por freguesia; é o concelho em que os campos de jogos não se suplantam aos demais equipamentos desportivos; salientam-se a ausência de parques de campismo e de equipamentos de turismo rural e a oferta hoteleira situada em freguesias que se integram em cidades;

- Vila do Conde, com 30 freguesias, é aquele concelho que tem apenas 28 freguesias equipadas com campos de jogos e 13 com salas de espectáculos pois nas restantes categorias são menos de 6 as freguesias equipadas; a oferta de turismo rural e de parques de campismo é significativa abrangendo 4 freguesias;

- Vila Nova de Gaia, num total de 24 freguesias, 24 são servidas com campos de jogos, 16 com pavilhões desportivos, 12 e 10 com salas de espectáculos e bibliotecas, respectivamente; sem oferta de turismo rural e com oferta hoteleira em particular nas freguesias abrangidas por cidades.

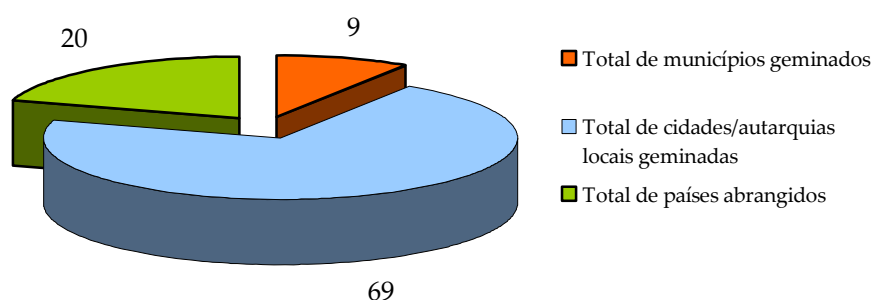
Vejamos agora as parcerias institucionais dos concelhos da AMP. As parcerias estabelecidas pelos municípios da AMP com outros municípios e/ou



idades estrangeiras assentam na partilha estratégica de actividades e de projectos culturais, desportivos e turísticos.

**Figura 4.21**

Total de municípios com geminações, de cidades/autarquias locais geminadas e de países abrangidos na AMP, 2005



Fontes: DGAL, *Administração local em números 2005*; ANMP, [www.anmp.pt](http://www.anmp.pt); *sites* oficiais dos municípios

De acordo com dados de 2005 (Portugal, 2006e), cruzados com a consulta e análise dos *sites* oficiais das câmaras e da ANMP, todos os municípios da AMP têm protocolos de cooperação externa<sup>73</sup>. Os 9 municípios da AMP mantêm acordos de cooperação com 69 autarquias/cidades<sup>74</sup>, que correspondem a um total de 20 países abrangidos. Se visualizarmos o nosso objecto na sua delimitação jurídica e social actual, a GAMP, os esforços políticos de cooperação cultural, de traços identitários localmente circunscritos, alargam-se a 13 concelhos, com excepção da Trofa<sup>75</sup>. Porto é o concelho com maior número de geminações (19), seguido da Maia (10) e de Vila

<sup>73</sup> Para além destes, estabelecem igualmente as geminações internas, ou seja, os protocolos de cooperação com outros municípios, cidades ou vilas portuguesas como esforços de troca de experiências e de projectos de gestão política, financeira e económico-cultural e reflexo da autonomia do poder local e da descentralização das práticas do desenvolvimento local e regional. Segundo dados da DGAL, em 2005 o total nacional de municípios geminados era de 222, com 789 cidades/autarquias geminadas e 67 países abrangidos (Portugal, 2006e).

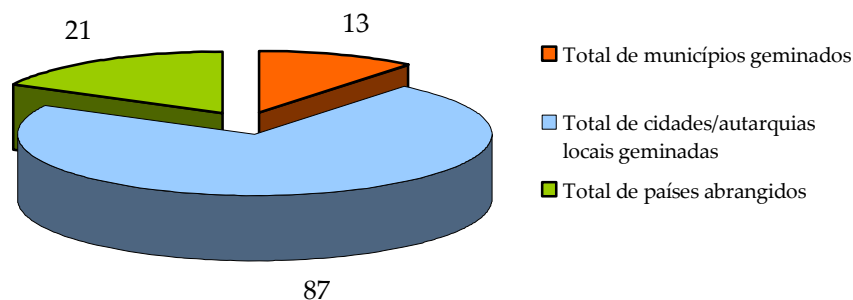
<sup>74</sup> De acordo com os levantamentos feitos, apenas os concelhos da Maia, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia têm geminações com autarquias/cidades portuguesas: Mirandela e Valpaços no primeiro caso; Portalegre no segundo; e São João da Pesqueira no terceiro. No caso da GAMP, São João da Madeira tem acordo de cooperação com Alcobaça e Felgueiras.

<sup>75</sup> Veja-se a este propósito o Anexo 4IC com informação detalhada sobre os municípios geminados da AMP e da actual GAMP e as autarquias e respectivos países geminados.

do Conde (9). O leque de países abrangidos reflecte proximidades culturais e simbólicas entre Estados – geminações com os Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), com países que noutros momentos da história económica, política e social nacional foram pontos de chegada da emigração portuguesa ou com países da União Europeia e do continente asiático. As geminações pautam-se por critérios diferenciados entre os municípios, se bem que, e segundo consulta das fontes documentais da ANMP, as alterações políticas nos executivos camarários, as diferenças políticas entre municípios geminados e as distâncias físicas e económicas dificultam a dinamização dos acordos formais estabelecidos a partir da concretização periódica dos projectos.

**Figura 4.22**

Total de municípios com geminações, de cidades/autarquias locais geminadas e de países abrangidos na GAMP, 2005



Fontes: DGAL, *Administração local em números 2005* ; ANMP, [www.anmp.pt](http://www.anmp.pt); sites oficiais dos municípios

Se estes acordos de cooperação intermunicipal internacional são factores que potenciam as trocas culturais e turísticas entre os concelhos, de igual modo perspectivam trocas económicas endógenas.

Os concelhos da AMP, do ponto de vista das potencialidades turísticas intraconcelhias, apresentam-se com peculiaridades. Segundo dados de 1998 (Portugal, 1998a), na AMP os equipamentos e serviços que funcionam como pólos de atracção turística nas freguesias são as festas populares e religiosas (85,4% das

freguesias), os locais de interesse paisagístico (62,3%), os monumentos e lugares históricos e arquitectónicos (55,4%), a gastronomia (37,7%), a praia marítima ou fluvial (34,6%) e as actividades de caça e pesca (33,1%).

**Tabela 4.34**

Freguesias com pólos de atracção turística (%) nos concelhos da AMP, 1998

	Região Norte	Grande Porto	Espinho	Gondomar	Maia	Matosinhos	Porto	Póvoa de Varzim	Valongo	Vila do Conde	Vila Nova de Gaia
Sala de jogo	1,4	7,7	20		5,9		33,3	8,3	20		4,2
Local de interesse paisagístico	54,4	62,3	40	83,3	52,9	60	86,7	50	40	50	75
Local de peregrinação	24,4	19,2	20	16,7	23,5	20	6,7	25	20	23,3	16,7
Praia (marítima ou fluvial)	17,2	34,6	60	50		40	13,3	50		43,3	45,8
Marina, porto de recreio	1	3,8		25		10		8,3			
Exposição, mostra e feira especializada	3,8	9,2	20	16,7	5,9	10	20	8,3	20	3,3	4,2
Parque de diversão ou lazer	9,4	19,2	20	25	23,5	20	26,7	25	20		29,2
Monumento, lugar histórico, arquitectónico	46	55,4	60	58,3	29,4	80	86,7	58,3	60	40	58,3
Actividade de caça e pesca	37,1	33,1	60	33,3	5,9	50	26,7	41,7	40	26,7	45,8
Estância termal	2,3	2,3		8,3			6,7				4,2
Artesanato local	27,1	31,5	80	50	11,8	20	26,7	50	40	6,7	54,2
Festa popular, religiosa, etc.	90,3	85,4	100	91,7	100	90	66,7	100	80	73,3	87,5
Feira	15,9	31,5	20	50	23,5	60	33,3	25	60	13,3	37,5
Local de diversão nocturna	12,8	30,8	20	25	17,6	40	73,3	33,3	20	13,3	37,5
Instalação de talassoterapia	0,4	0,8	20								
Gastronomia	23	37,7	100	66,7	29,4	40	40	33,3	40	6,7	54,2
Total de freguesias (N.º)	2024	130	5	12	17	10	15	12	5	30	24

Fonte: INE, *Inventário Municipal. Região Norte 1998*

Do ponto de vista dos concelhos, todas as freguesias apresentam potencialidades de atracção com as festas populares e religiosas (com valores entre os 66,7% no Porto e os 100% em Espinho, Maia e Póvoa de Varzim). Os locais de interesse paisagístico e os monumentos e lugares históricos e arquitectónicos

constituem os equipamentos que melhor potenciam a vinda de visitantes aos concelhos da AMP. Equipamentos e serviços como a talassoterapia (apenas disponível em Espinho), a estância termal (em Gondomar, Porto e Vila Nova de Gaia), a marina e porto de recreio (em Gondomar, Matosinhos e Póvoa de Varzim), a sala de jogo (inexistente em Gondomar, Matosinhos e Vila do Conde) e a praia marítima e fluvial (nos concelhos da orla litoral e em Gondomar) rareiam e/ou não existem nas freguesias de alguns concelhos.

Registe-se ainda que os locais de diversão nocturna localizam-se, preferencialmente, no centro urbano portuense. Para além deste, Matosinhos, Vila Nova de Gaia e Póvoa de Varzim são outros concelhos com potencialidades de oferta desse tipo. A gastronomia é um serviço comum a todos os concelhos mas com níveis de atracção diferenciados, destacando-se as freguesias maiatas e vilacondenses com os valores mais baixos, 29,4% e 6,7% respectivamente. Maia e Vila do Conde surgem, de igual modo, como os concelhos com freguesias com menos potencialidades turísticas: um, de características próprias de um concelho industrial e limítrofe ao Porto, com uma certa interioridade, não usufruindo de equipamentos associados a um turismo balnear ou fluvial ou a um turismo termal; outro, da orla marítima, de tradição balnear mas sem marina, estância de talassoterapia e termal, parque de diversão ou lazer e sala de jogo. As feiras locais, de projecção regional, surgem nalguns concelhos como serviços de potencialidades económicas e turísticas (Gondomar, Matosinhos e Valongo, com os valores mais elevados) e os locais de peregrinação, associados a um turismo religioso, adquirem visibilidade nos concelhos, ainda que urbanizados, com festas e cultos religiosos tradicionais de longa data (Maia, Póvoa de Varzim e Vila do Conde).

Para além dos acordos de cooperação interna e externa, o território metropolitano, e na sua actual configuração jurídica e territorial, GAMP, estabeleceu, particularmente a partir de meados dos anos 90, parcerias económicas, turísticas, de desenvolvimento local e de levantamento e caracterização do espaço metropolitano com actores locais e regionais, da administração pública central, e

internacionais<sup>76</sup>. Destacam-se, do nosso ponto de vista, as parcerias com o INE, no sentido de desenvolver um observatório de informação estatística actualizado e sistemático do espaço metropolitano (formalmente assumido desde 1995); com redes de regiões e áreas metropolitanas europeias (Rede de Regiões e Áreas Metropolitanas Europeias - Metrex e Rede Europeia de Regiões e Cidades com Estuário - Esturiales) de forma a intercambiar informações e experiências locais de planeamento e desenvolvimento territorial, a realizar estudos e propostas de ordenamento territorial à luz das convenções europeias e dos programas de financiamento comunitário e a participar nas acções de defesa do património ambiental local e europeu dos membros associados; com actores locais e regionais ligados ao turismo e à promoção turística da Região Norte e da GAMP, concebendo a projecção interna e externa das potencialidades (serviços e equipamentos) turísticas dos concelhos e do espaço metropolitano. São os casos da Associação para o Desenvolvimento do Turismo na Região Norte (ADETURN) e da associação sem fins lucrativos, composta por membros dos sectores público e privado do Norte de Portugal e da GAMP, o Porto Convention & Visitors Bureau (PCB)<sup>77</sup>. De igual modo, e numa vertente de desenvolvimento local, a GAMP tem procurado investir, na base do parceria local e regional, e de acordo com financiamentos nacionais e comunitários, na construção e viabilização de sistemas de transporte urbano (a rede de metro ligeiro), de captação e abastecimento de água e de tratamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos.

Factores vários justificam uma rede de equipamentos e serviços metropolitana: factores de ordem histórica, como a autonomia do poder local e a consagração constitucional das autarquias; factores de ordem institucional, como as políticas municipais, a rede de parcerias políticas e económico-sociais, a articulação regional e metropolitana dos projectos, dos equipamentos/serviços e dos

---

<sup>76</sup> Consulte-se o Anexo 4JC com a informação recolhida no *site* oficial da GAMP ([www.amp.pt](http://www.amp.pt)), cujo último acesso, e no âmbito da análise documental deste trabalho, teve lugar entre Fevereiro e Março de 2007.

<sup>77</sup> Nos Capítulos 5 e 6 exploramos o posicionamento destes actores locais e regionais a partir das entrevistas realizadas.

financiamentos, o planeamento cultural e turístico concertado, a viabilização das competências previstas juridicamente para os territórios municipais e metropolitanos; e factores da ordem do conhecimento da realidade cultural, desportiva e turística actual, a saber, características da oferta e da procura, dificuldades e potencialidades locais dos equipamentos e serviços locais. A análise e a institucionalização de uma rede de equipamentos metropolitana exigem a atenção sobre o dito plano tipológico e o plano tutelar (Camacho; Freire-Pignatelli; Monteiro, 2001), ou seja, ver qual a representatividade dos equipamentos culturais no território metropolitano, ver até que ponto há ou não uma heterogeneidade e diversidade de tutelas, com efeitos na programação local e metropolitana, e uma disparidade de recursos logísticos, técnicos, científicos e financeiros disponíveis. O princípio básico da rede de equipamentos metropolitana, parece-nos, é o da potenciação dos recursos locais e regionais, de forma a fragmentar a assimetria no acesso aos bens e serviços culturais e os desequilíbrios regionais na distribuição destes equipamentos e serviços. A análise dos dados disponíveis permite-nos constatar o alargamento das infra-estruturas culturais e desportivas na AMP e das potencialidades turísticas da oferta cultural e desportiva, a diminuição da centralidade funcional e sectorial do concelho do Porto nas três dimensões – cultural, desportiva e turística – e o aparecimento de equipamentos e serviços locais que se coadunam com a valorização do património natural e arquitectónico dos concelhos e com a territorialização da oferta cultural local.

## Historicidades concelhias e percursos sócio-demográficos recentes

### A propósito das *historicidades locais*...

Os concelhos da AMP, tal como por nós configurada, sugerem olhares transversais para traços que remontam à historicidade concelhia e a potencialidades que, de alguma forma, prefiguram investimentos políticos e económicos posteriores. Desde a delimitação territorial até aos atributos naturais e sociais, passando pelas actividades que as sucessivas aglomerações de povoados foram implementando, os concelhos da AMP constituíram história própria, de especial acento, e para além das origens romanas e medievais, de meados de oitocentos em diante.

*A orla dos concelhos defronte para o Atlântico* – de Póvoa de Varzim a Espinho, passando por Vila do Conde, Matosinhos, Porto e Vila Nova de Gaia – beneficia, antes de mais, de uma valência natural. Qualquer um deles mantém, desde sempre, uma relação de proximidade com o mar.

### *Espinho*

As origens etimológicas da palavra *espinho*<sup>78</sup> coadunam-se, até certo ponto, com a memória colectiva daqueles que têm retratado outras origens das terras de Espinho. A versão popular, que constrói a “lenda dos galegos”<sup>79</sup>, imprecisa no tempo, e curiosa nos traços de fabulação que aproximam terras de pescadores do norte costeiro, não encontra eco entre alguns dos olhares etnográficos locais. Segundo a versão defendida pelo Padre André de Lima, a origem do termo *Espinho* dever-se-ia ou à natureza da costa – feita de penedias xistosas deixadas a descoberto

---

<sup>78</sup> Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa, e não atendendo aos significados das áreas científicas (botânica e ictiológica), *espinho* (do latim *spina*, “espinha”) é “s. m. pico; planta espinhosa; pua; cerda rija de alguns animais”; no sentido figurado, “dificuldade; suspeita; remorso”; na abordagem popular, “acúleo” (Costa; Melo, 1999, p. 678).

<sup>79</sup> Conta-se o episódio de dois galegos cuja embarcação naufragara por águas destas paragens e que se salvaram porque agarrados a uma prancha de madeira jogada pelas ondas do mar até ao areal. Enquanto discutiam se a madeira que os salvara era de castanho ou de pinho, um deles terá proferido a exclamação desoladora: “És piño!” (é de pinho). Tal expressão teria estado na origem etimológica da palavra *Espinho* (Gaio, 1999, p. 51-52).

com as marés baixas - ou ao tipo de vegetação mais frequente na zona, os arbustos espinhosos (cit. por Gaio, 1999, p. 52). Pese embora as dissonâncias em torno das origens etimológicas de Espinho, as primeiras referências históricas remontam ao período da ocupação romana da Península Ibérica e ao ano de 985: a *Vila Romana de Spino*<sup>80</sup> - localizada a poente do monte de Seitela (perto do mar) e charneira com o Lugar de Brito (a norte) e com Anta (a sul) (Quinta, 1999, p. 11-12) – teria ficado conhecida nessa altura por Espinho-Terra, demarcando-se da zona da praia, temporalizada como a zona de Espinho-Mar ou Costa de Espinho.

A pesca e o turismo de praia foram actividades que, desde logo, sobressaíram na região. Pouco antes de 1737, alguns pescadores iniciavam com xávegas<sup>81</sup> as suas lides da pesca na costa de Espinho, fixando-se por ali com as famílias, enquanto os veraneantes afluíam, em número crescente, e ao longo do século XIX, àquelas praias durante o Verão<sup>82</sup>, a tal ponto que o núcleo piscatório primitivo<sup>83</sup> foi-se deslocando para sul à medida que Espinho se afirmava como “praia de banhos” e centro urbano burguês. A génese de Espinho, entendida como processo socioeconómico e político de oitocentos, configurou-se entre a segunda

---

<sup>80</sup> As referências à *Villa Spino* surgem em documentos dos séculos X e XI (apresentam-na como ponto privilegiado para estabelecer localizações geográficas) e em 1112 num documento de venda de uma herdade com este nome (Gaio, 1999). A *Vila Spino* enquadrava-se no povoamento próprio da época asturiana e constituía uma propriedade privada com uma configuração geográfica correspondente à do Lugar de Espinho, da freguesia de S. Félix da Marinha, actualmente freguesia do concelho de Vila Nova de Gaia.

<sup>81</sup> Do árabe *xábaka*, “rede”, designa a rede para pesca do peixe miúdo e o barco que leva essa mesma rede e que tem a forma de lua crescente (Quinta, 1999, p. 29); “s. f. rede usada na pesca de arrasto pelos pescadores da província portuguesa do Algarve; embarcação usada nessa pesca.” (Costa; Melo, 1999, p. 1718)

<sup>82</sup> “Comparando com as congéneres da Póvoa de Varzim ou da Foz do Douro, Espinho teve um nascimento tardio como estância recreativo-balnear. Até meados da década de sessenta do século XIX, o lugarejo é constituído, na sua esmagadora maioria, por palhoças de pescadores e uma ou outra casa de alvenaria. Nele vivem cerca de 500 pessoas, encontrando-se praticamente todas elas ligadas à faina marítima. E a prova da sua insignificância é que, quando a linha férrea entre Ovar e Gaia é construída, em 1863, Espinho nem sequer tem direito a apeadeiro. Os corajosos banhistas que para lá se deslocam têm de descer na Granja ou em Esmoriz, completando o percurso em ronceiros carros de bois.” (Almada, 2003a, p. 66)

<sup>83</sup> Este lugar aparece referenciado, pela primeira vez, como local de pesca numa Carta de D. Manuel I datada de 15 de Abril de 1510 e publicada no “Livro 13 da Estremadura” (cit. por Gaio, 1999, p. 51). Nesse local fixar-se-ia mais tarde uma aldeia de pescadores: em 1840 a costa de Espinho era uma colónia piscatória, de residência permanente nas habituais casas de madeira (os “palheiros”).



metade do século XIX e os primeiros anos do Estado Novo<sup>84</sup>. As características económicas, sociais e políticas vigentes em Portugal na segunda metade do século XIX permitiram um desenvolvimento rápido, e o pequeno povoado foi transformado numa estância balnear<sup>85</sup>. A partir de 1863 Espinho progrediu com a implantação da linha de caminho-de-ferro entre Aveiro e Porto e 1870 foi o ano em que a Companhia Real dos Caminhos-de-Ferro abriu o primeiro apeadeiro neste ainda lugar da freguesia de Anta. O crescimento exponencial passou pela influência de uma burguesia local mas, de igual modo, originária de outras localidades<sup>86</sup>, e que se afirmou aqui com a transformação urbana, o caminho-de-ferro e a criação da paróquia (contra o poder religioso de Anta) e do concelho (contra o poder político da Vila da Feira). A aldeia piscatória, em inícios de novecentos do século passado, coexistia com a estância balnear sazonal. Em 1889, e face ao número de habitantes e de eleitores que já tinha, Espinho passou a ser uma freguesia do concelho da Vila da Feira com capacidade para gerir receitas fiscais (Gaio, 1999). Apesar da sua área reduzida, abrangia na altura três realidades distintas – o núcleo piscatório, o centro urbano em crescimento e franjas com características rurais. Dez anos depois tornou-

---

<sup>84</sup> Inicialmente Espinho não era uma cidade mas “ (...) distinguia-se por um nível de qualidade acima da média, o comércio e o turismo garantiam-lhe uma dinâmica económica apreciável e a sua atratividade manifestava-se numa vasta área de influência. A evolução verificada a partir dos anos trinta mais não fez do que acentuar esses atributos (...)” (Gaio, 1999, p. 10)

<sup>85</sup> “Em 1874, a população balnear é constituída por três mil pessoas, seis vezes mais do que a que ali reside. Vem gente do Porto, das Beiras e até de Espanha. (...) A Espinho ocorre toda a sorte de gente. Desde nobres como o marquês da Graciosa, passando por proprietários rurais da Beira e de Trás-os-Montes, até pequenos comerciantes do Porto. Na divisão de Ramalho Ortigão, Espinho, tal como a Póvoa, a Nazaré e a Figueira da Foz, é uma «praia democrática», ao contrário de Cascais, da Granja ou da Foz do Douro, classificadas como aristocráticas. (...) Efectivamente, a rivalidade com a vizinha Granja chega a ser doentia. Os granjolas desdenham da pouca elegância e da baixa educação dos espinhenses. As poucas vezes que lá vão é somente para comprar doces e pastéis, fugindo imediatamente para o seu nobre refúgio. Espinho ressentia-se desta sobrançeria. (...) Nesta época (1876), Espinho divide-se, com fronteira imposta pelo largo mercado, claramente em duas zonas: a nascente até à estação do caminho-de-ferro, o bairro novo, habitado por classes mais endinheiradas, e para poente, até à praia, o bairro onde reside a população pobre, constituída na sua maioria por pescadores. Como infra-estruturas turísticas tem três hotéis, alguns cafés com bilhares e restaurante, e o clube, o grande ponto de reunião de todos os veraneantes de ambos os sexos.” (Almada, 2003a, p. 67-68)

<sup>86</sup> É por esta altura que se constitui uma pequena burguesia local em torno da Irmandade de N.ª Sr.ª da Ajuda, padroeira dos pescadores locais (pescadores que fundaram companhias de pesca, que comercializavam peixe para mercados externos e que alugavam barracas e casas a veraneantes, a preços mais acessíveis do que os praticados nas praias da Granja e da Foz do Douro (Gaio, 1999).

se concelho e consolidou-se como zona de turismo, de projecção internacional, e sede de uma das maiores exportadoras de conservas alimentícias da época<sup>87</sup>.

Com a implantação da República, o crescimento económico-social alargou-se, se bem que condicionado pela exiguidade física do território, o núcleo piscatório primitivo foi destruído pelas invasões do mar e o areal reduziu-se significativamente. Lutas políticas entre o grupo ligado à Brandão Gomes & Companhia (sector conservador) e novos actores (funcionários, comerciantes e profissionais liberais do Partido Democrático) configuraram a vida política e social deste concelho. A 11 de Outubro de 1926 deu-se o alargamento do concelho por influência de um eleito local, José Salvador (Presidente de Câmara entre 1919 e 1926), que anexava 7 freguesias (Anta, Silvalde, Paramos, Guetim, Oleiros, Nogueira e Esmoriz). Em 1928 Espinho desenhou os limites administrativos do seu território ao integrar as 5 freguesias actuais e a 12 de Junho de 1973, o governo português anunciou a elevação de Espinho à categoria de cidade. Tida como “alegre cidade cortada por largas ruas em quadrados simétricos”, cuja toponímia é designada com numeração, e “Rainha da Costa Verde”<sup>88</sup> pelas especificidades das suas areias e águas, acabou por ser marcada pelos traços do progresso industrial e do turismo balnear: o comboio trouxe e fixou população, a indústria, o comércio e os serviços, e a feira semanal de longa data fixaram investimentos e o turismo balnear e as salas de jogo criaram tertúlias, equipamentos hoteleiros e recreativos, práticas de lazer e de sociabilidade. A actividade comercial foi-se desenvolvendo à medida que aumentavam os seus moradores fixos e sazonais, e para além dos seus limites concelhios.

---

<sup>87</sup> Em 1894 foi fundada a fábrica de conservas Brandão Gomes & Companhia que configurou o mercado local de emprego, absorveu parte do produto da pesca, teceu uma rede de interesses políticos e económicos e protagonizou o poder político local. Como elite local, reivindicou o estatuto de concelho para a freguesia de Espinho (Gaio, 1999).

<sup>88</sup> A análise dos *sites* oficiais das autarquias permitiu-nos documentar expressões como estas. No caso do concelho de Espinho, e com base na mesma fonte, indica-se que por volta de 1870 é criada a primeira planta topográfica da praia de Espinho, incluída no Plano de melhoramentos da praia de Espinho e que serviu de base ao desenvolvimento urbano de Espinho. O seu traçado cortava a povoação no sentido Norte-Sul, subordinando a malha urbana à construção do caminho-de-ferro e propiciando a marcação de ruas no mesmo sentido e paralelas ao mar, cortadas em ângulo recto por outras perpendiculares. Para outras informações, consulte-se o *site* [www.cm-espinho.pt](http://www.cm-espinho.pt).

Da relação com o mar, actividades culturais e turísticas instalaram-se progressivamente em Espinho. A sua condição de localidade de atracção turística fez com que, quer infra-estruturas culturais e desportivas, quer eventos da mesma ordem, começassem a ter lugar, com alguma regularidade, ao longo dos séculos XIX e XX. O teatro era a arte cultural por excelência, não só porque era antiquíssima, mas também por não existirem alternativas de oferta local (Quinta, 1999)<sup>89</sup>. E, desde que começaram a existir cafés em Espinho, por volta de 1870, com a vinda dos primeiros veraneantes, o jogo passou a ser uma prática de sociabilidade nos principais cafés e em hotéis, alguns dos quais informalmente designados de casinos, tanto que, ao longo do século XX, e por acção dos locais espinhenses, veio a ser legalizada. Espinho adquiriu, também, o estatuto de zona de jogo, atribuído pelo poder central, e que, juntamente com a Póvoa de Varzim, permitiu suportar financeiramente, por exemplo, os investimentos culturais e turísticos do concelho.

### *Póvoa de Varzim*

Na orla atlântica, no extremo oposto de Espinho, Póvoa de Varzim delimita a norte a AMP. Para lá convergiram, desde sempre, as actividades urbanas relacionadas com o mar<sup>90</sup>. O seu estatuto de estância balnear e de zona de jogo desde cedo constituiu uma fonte de riqueza e de prestígio para o concelho. Como se referia Ramalho Ortigão, em 1876, à Póvoa durante a época estival, “Na Póvoa de Varzim, era a grande turba. Nenhuma praia oferecia uma afluência tão diversificada: o pequeno lavrador; os morgados rurais; todos os juizes, todos os delegados, todos os presidentes de câmaras, das comarcas e das municipalidades

---

<sup>89</sup> Remontam a antes de 1900 as vindas de veraneio da família Lentini para encenarem, num barracão, o “Amor de Perdição”, a “Rosa do Adro” e o “Zé do Telhado”. A primeira casa de espectáculos de teatro construída em Espinho foi o Teatro Aliança inaugurada em Agosto de 1890 (Quinta, 1999).

<sup>90</sup> Nas palavras de Luísa Dacosta: “O dia levantou-se há muito para as tarefas que não esperam. Seguiram nas rodas os que trabalham nas fábricas da Póvoa. Uns já vieram dos campos, neste tempo cheios de coucas de cebola a secar. Outros aparelham a carrocinha para irem à cidade ou às Caxinas. Outros rumam a ver o argaço, armados de ganha-pão e graveta. Outros catam na penedia o mexilhão, as lapas e o botelho. Para lá do abremar já há praiantes, afastados da chusma das barracas que servem o hotel, a Lagoa e Agro Velho. O voo, ventoinhado, das pombas veruma a claridade, aberta. Regressam os barcos da pesca. E ouço as queixas das pobres que terão de ir vender o peixe (...)” (1990, p.15).

circunvizinhas; o ‘sport’ de Braga; o ‘high-life’ de Guimarães, de Fafe, dos Arcos, de Santo Tirso, de Vila Nova de Famalicão, de Barcelos; os jogadores de toda a província e de outros pontos do país. Mas para aí se dirigiam também os ‘touristes’ em viagem pelo Minho e alguns residentes do Porto, ao domingo.” (cit. por Almada, 2003d, p. 82). As origens do povoamento do concelho, com vestígios significativos de uma cultura dolménica e castreja e de uma forte romanização, são anteriores à formação da nacionalidade. Nesta zona instalou-se uma comunidade humana, anterior em séculos à comunidade de poveiros<sup>91</sup>, em virtude dos recursos existentes: o mar (factor de atracção) e a terra (factor de fixação)<sup>92</sup>. Desde os primórdios da nacionalidade que a baía natural da Póvoa de Varzim serviu de ponto de partida para as embarcações de pesca<sup>93</sup>. Nos séculos XVIII e XIX era uma das maiores praças de pescado do país: daqui partiam os almocreves que distribuían o peixe, sobretudo a sardinha, pelo norte e interior nacionais. Desde os anos 80 do século XIX que Póvoa de Varzim, progressivamente, foi perdendo proeminência enquanto centro piscatório e aumentando a sua importância enquanto estância balnear<sup>94</sup>. Os

---

<sup>91</sup> Do ponto de vista de António Medeiros, no Prefácio à monografia de António dos Santos Graça, esta obra tornou «a Póvoa “poveira”» (Graça, 1992, p.VIII, prefácio) pois criou uma identidade localista entre os seus habitantes: criou referências míticas (heroísmo dos velhos mestres, identificação de usos e costumes do núcleo piscatório) e “(...) a identificação bairrista de uma localidade importante em termos económicos e populacionais que nunca dispusera de relevo político-administrativo, nem sediara elites tradicionais” (Ibidem) tal como a vizinha Vila do Conde, plena de antepassados aristocráticos. Refere Medeiros que, no início do século XIX, eram chamados de *povoenses* os habitantes da Póvoa alheios ao meio piscatório, expressão abandonada ao longo do tempo em favor da de *poveiro*, termo que outrora identificava apenas os pescadores locais (Ibidem).

<sup>92</sup> Na monografia temática de Santos Graça, que constitui, segundo António Medeiros, “(...) o primeiro estudo importante de uma comunidade – a dos pescadores residentes na Póvoa de Varzim -, que é identificada, construída como objecto de estudo e lugar suficiente de explicação, apesar de coincidir na ocupação do espaço com outros grupos sociais.” (Ibidem, p.VI, prefácio), encontramos a seguinte referência às origens do poveiro: “Qual é a ascendência do Poveiro? Sabe-se que anteriormente à fundação da nacionalidade já aqui existia uma colmeia laboriosa de navegadores e pescadores costeiros, empregando-se aqueles na permuta de géneros entre as diferentes povoações marítimas da Ibéria e estes no abastecimento de peixe verde e salgado das terras circunvizinhas.” (Ibidem, p.19)

<sup>93</sup> Entre elas a lancha poveira, embarcação com significativas qualidades de robustez e navegabilidade e que acompanhou e justificou o crescimento da actividade piscatória na Póvoa.

<sup>94</sup> “No princípio do século XX, a Póvoa torna-se cada vez mais cosmopolita. Uns vêm tratar de maleitas; outros vêm conviver com aquela população estival; outros ainda para arriscar umas coroas no pano verde do Café Chinês; e há quem venha para namoriscar donzelas oriundas de outras longitudes. Faziam tudo o que, por este ou aquele motivo, nas suas terras não lhes era permitido fazer. A vida também era acessível na Póvoa. Era corrente as famílias levarem consigo as fartas colheitas agrícolas do ano, desde o vinho ao azeite, passando pelas aves de capoeira e carnes fumadas. Para o

resultados da actividade pesqueira, contudo, mantinham-se à data de 1932 as principais fontes de receita da economia local<sup>95</sup> e a pesca uma actividade com assumida identidade simbólica<sup>96</sup>.

A indicação toponímica mais antiga que se lhe conhece data de 953<sup>97</sup> mas a localização específica da sua área habitacional continua uma incógnita. Os vestígios arqueológicos até hoje descobertos na área urbana (Alto de Martim Vaz e Rua da Junqueira) são anteriores ao século X e supostamente fundados, após a dispersão castreja, por um ilustre local de nome *Euracini* do qual derivou o topónimo Varzim. Em 1308, 54 chefes de família residentes no povoado de Varzim edificaram, por indicação régia, uma *poboa*<sup>98</sup>, inicialmente situada um pouco para o interior, a

---

dia-a-dia bastava comprar peixe fresco. (...) À noite trajava-se com as melhores roupas para ouvir os concertos nos cafés Universal, Suíço e Chinês, este último mais dedicado ao jogo. De quando em vez havia castanholas importadas de Sevilha. Antes disso, logo a seguir ao jantar, toda a colónia banhista se pavoneava, num movimento contínuo, pela Rua dos Banhos e pelo Passeio Alegre fronteiro ao mar. Para as senhoras, o passeio terminava na Assembleia. Para os homens, nas salas de jogo. Nos teatros Garrett e Sá da Bandeira representavam-se as peças das quadras invernosas de Lisboa e Porto. (...) No fim de Setembro, a vila desfazia-se como um baralho de cartas. As barracas da praia eram derrubadas, os banheiros voltavam à pesca, os hotéis esvaziavam-se. A Póvoa hibernava durante oito longos meses.” (Almada, 2003d, p. 84)

<sup>95</sup> A solução encontrada para algumas das crises da actividade piscatória local foi, muitas vezes, a emigração, o que explica a existência de várias Casas de Poveiros espalhadas pelo mundo (Gomes, 1998).

<sup>96</sup> Um dos aspectos mais tradicionais desta comunidade, e que ainda hoje permanece um traço identitário entre as famílias de pescadores locais, são as *marcas poveiras*, também designadas *siglas poveiras*: “As marcas são a escrita do Poveiro. Têm muita analogia com a escrita egípcia porque constituem imagens de objectos [...]. As marcas estão nas redes, nas velas, nos mastros, nos paus de varar, nos lemes, nos batedoiros, nos boiréis, nas talas, nas facas de cortiça, nas mesas, nas cadeiras, em todos os objectos que lhe pertençam, quer no mar, na praia ou em casa. A marca num objecto equivale ao registo de propriedade. O Poveiro lê essas marcas com a mesma facilidade com que nós procedemos à leitura do alfabeto. Não são marcas organizadas ao capricho de cada um, mas antes simbolismos ou brasões de famílias, que vão ficando por herança de pais para filhos e que só os herdeiros podem usar.” (Graça, 1992, p.25)

<sup>97</sup> Referência numa carta de venda do prédio rústico de Vila do Conde, onde se faz a confrontação deste, pelo lado norte, com Vila Euracini.

<sup>98</sup> À data da concessão do foral de D. Dinis, o povoado de Varzim pertencia à freguesia de Argivai e a sua posse estava, por sua vez, repartida entre fidalgos (Varzim de Susão) e terras do rei (reguengo de Varzim de Susão), dos quais não se conhecem os limites concretos. É a este reguengo que D. Dinis concede carta de foral, mandando que fizessem uma “*poboa*” com autonomia administrativa própria. Pouco depois, em 1312, o rei doou os direitos que estipulara para si, a seu filho bastardo Afonso Sanches e a sua mulher, D. Teresa Martins. Estes, por sua vez, em 1318, transferiram-nos para o convento de Vila do Conde, do qual eram os fundadores. As sucessivas queixas dos poveiros contra a jurisdição do mosteiro, e no caso da vizinha Vila do Conde, levaram D. Manuel I a conceder novo foral à Póvoa, em 1514, estabelecendo a sua autonomia jurisdicional, o que veio a ter plena eficácia, em 1537, pela incorporação de Varzim à coroa e a sua anexação à comarca do Porto.

nascente, e que se expandiu para o poente, em direcção à praia, onde a gente do mar edificou as actividades e instalações próprias da indústria pesqueira. No decurso do século XVI, desenvolveu-se o núcleo urbano, centro municipal da vila, com o agrupamento das casas nobres e os Paços do Concelho e a partir do século XVIII<sup>99</sup>, com a intensificação do povoamento da faixa litoral costeira, a vila prosperou, económica e demograficamente, formando-se, sobre as areias que bordavam a enseada, e em especial para sul, um novo aglomerado, o da população piscatória (Gomes, 1998). A concentração da classe piscatória no bairro sul da cidade resultou do aforamento realizado pela Câmara, no século XVIII, de todo o areal frente à enseada, na altura desocupado. Os profissionais da pesca que habitavam em diversas áreas da Póvoa ficaram, assim, concentrados numa zona com grande acessibilidade para o mar: o novo bairro assumia uma estrutura geométrica, onde as principais ruas foram traçadas paralelamente ao mar, entrecortadas perpendicularmente por vielas que levavam directamente ao oceano<sup>100</sup>.

O turismo, tradição secular da Póvoa de Varzim, foi-se desenvolvendo em torno das idas sazonais às praias poveiras. Num mapa estatístico do movimento populacional, datado de 1867, estabelece-se em 20 mil o número de pessoas que afluíam anualmente à Póvoa para banhos de mar (Almada, 2003d), provenientes do Norte (Minho, Trás-os-Montes e Alto Douro). Em 1886, a construção da linha-férrea

---

<sup>99</sup> O grande mentor dessa reforma foi o corregedor D. Francisco de Almada e Mendonça. Coube-lhe dar cumprimento à Provisão Régia de D. Maria I, de 1791, que determinava várias obras de grande serventia: a abertura de uma ampla praça, onde se passariam a realizar os mercados e feiras; a construção do aqueduto que conduziria as águas de Coelheiro até à dita praça; um novo edifício dos Paços do Concelho e um paredão, na enseada, para uma pequena doca de abrigo. Com um prazo mais ou menos dilatado, todas estas deliberações foram cumpridas.

<sup>100</sup> Aqui estabeleceram uma comunidade fechada ("Colmeia"), com hábitos e regras próprias, que sobreviveu até meados do século XX. Regida por um grupo de anciãos, esta comunidade obedecia a regras próprias e tinha uma certa relutância pela justiça oficial. A todo o custo procurava resolver internamente as suas questões. O isolamento estendia-se à combinação conjugal. O membro da comunidade que casasse com alguém que não estivesse ligado à pesca (da Póvoa ou de outra comunidade piscatória), era rejeitado. Tinham um apego às forças divinas por eles escolhidas como suas protectoras. É muito variado o leque de romarias às quais o poveiro considera ter obrigação de ir. Do conjunto destaca-se a romaria a Santo André, em Aver-o-Mar, pois a este santo cabia a sagrada missão de resgatar as almas dos naufragos das profundezas oceânicas, e as festas em torno de S. Pedro, padroeiro municipal. Traços visíveis da forte identidade colectiva de outrora são ainda o traje poveiro, as marcas ou siglas poveiras, a lancha poveira e a devoção religiosa a N.ª Sr.ª da Assunção, padroeira dos pescadores.

que liga a Póvoa ao Porto e a portaria de D. Luís I a autorizar a edificação na praia de barracas de madeira e zinco reforçaram as características do veraneio poveiro<sup>101</sup>. Também o estatuto de zona de jogo tem permitido a oferta de alojamento turístico de nível médio e superior, directa ou indirectamente ligado ao turismo de negócios e a eventos de carácter técnico e científico, ou o investimento em equipamentos culturais e desportivos. Diversificando, de algum modo, a oferta local para além do turismo de praia.

### *Vila do Conde*

Congénere da Póvoa na contiguidade territorial, na relação com o mar e a pesca, e nas potencialidades turísticas de longa data, Vila do Conde, nas palavras do edil do concelho, “ (...) *é terra antiga, cheia de tradições e encantos, rica de belezas naturais e dum conjunto de monumentos representativos de várias épocas. O seu núcleo quinhentista, fruto de uma época de pujança económica em que os calafates, os marinheiros e os fabricantes de panos para as velas, se juntaram aos comerciantes e agricultores para em conjunto, engrandecerem a sua Vila, ainda hoje é uma autêntica relíquia do património arquitectónico português. (...) Terra nas margens dum rio que desde a pré-história conseguiu atrair povoados para as suas terras férteis. Terra de mar e de pescadores que durante séculos a ele se entregaram para fainas tradicionais, para o comércio ou para a aventura de descobrir e navegar. (...) Por isso, Régio gostava de dizer que Vila do Conde tem alma.*” (cit. por Gomes, 1997, p. 5).

---

<sup>101</sup> “Os anos 80 e 90 do século XIX constituem, por assim dizer, os «anos loucos» da Póvoa. É por esta altura que surgem em grande número cafés, hotéis, restaurantes, casas de diversão nocturna, casinos e clubes recreativos. Surgem ainda os banheiros – nova classe de trabalhadores ligados ao mar. O facto de lidarem de perto com gente graúda tornava-os sobranceiros em relação às outras classes piscatórias e aos pequenos comerciantes. Normalmente, o banheiro ia buscar o seu cliente ao comboio, carregava a bagagem e tratava de instalá-lo num hotel ou pensão, conforme as posses do freguês. Na praia, já estava preparada a barraca com toda as comodidades inerentes ao banho. Os alinhamentos dos espaços de exploração eram escrupulosamente respeitados, caso contrário aos infractores era aplicada uma coima de 500 reis por dia. Foi assim que surgiram os Tambuco, os da Hora, os Moucos, os Sérgios, os Amarelos, os Canetas, todos banheiros de rija têmpera. De fato de lã, descalços, com um barrete encarnado debruado a lã branca enfiado na cabeça e enormes suíças, logo aos primeiros raios de sol lá estavam eles com as suas possantes mulheres a armar as barracas para o dia.” (Almada, 2003d, p. 83)

A origem toponímica de Vila do Conde é alvo de discrepâncias quer pelas representações lendárias populares<sup>102</sup> quer pelos documentos da época<sup>103</sup>. Anterior à fundação de Portugal como nação independente, e com raízes que remontam ao povoamento celta, Vila do Conde constituía uma antiga propriedade rústica provavelmente de origem romana, que depois de conquistada a independência do condado portugalense, começou a desenvolver-se<sup>104</sup> numa relação estreita com o mar e os Descobrimentos - foi nos estaleiros de Vila do Conde que se construíram as naus e as caravelas da Expansão portuguesa, se lançaram os marinheiros navegantes e se implantou o poder da comunidade burguesa emergente - e a revolução burguesa do século XIX – com a criação do município e o fortalecimento das relações viárias e comerciais com o Porto, sobretudo a partir da construção das pontes rodoviária e ferroviária que estabeleciam a ligação à cidade invicta. Foi o facto de se localizar junto ao rio (Ave) e ao mar que “provocou o alargamento e povoamento da terra, e que, durante a era faustosa das navegações de quatrocentos e de quinhentos, e até antes disso, dela fez um burgo de importância crescente (...)” (Freitas, 2001, p. 20-21). Até à divisão administrativa de Mouzinho da Silveira, 6 de Novembro de 1836, Vila do Conde não tinha "termo". Foi a partir desta data que o concelho se começou a formar, com 22 freguesias, e a partir de 8 de Maio de 1871 com as 30 freguesias que o configuram na actualidade. Na segunda metade do

---

<sup>102</sup> “Certo Conde vivia em Azurara com a condessa, sua mulher, de quem não tinha filhos. Regressando de longa peregrinação, doente e sentindo a morte a aproximar-se, fez voto de largar uma pomba branca e de, no local onde ela pousasse, fundar um convento e uma povoação a que daria o seu nome. A pomba, voando, veio pousar no alto do monte de São João, onde o Conde mandou edificar o mosteiro, e em redor dele a actual Vila do Conde.” (Freitas, 2001, p. 12)

<sup>103</sup> A primeira vez que os documentos mencionam Vila do Conde é na carta de venda que, em 953, faz a Deo-vota Flâmula ao Mosteiro de Guimarães: “A «Vila de Conde» povoada à volta do castro onde a pequena igreja é templo de cristãos que trabalham na terra, no rio e no mar, tem Flâmula, nobre filha de Pelágio e de Ibéria, por senhora principal.” (Reis, 2000, p. 35). O povoamento do castro original (século VIII A.C.) atribui-se à comunidade celta, que desenvolveu as actividades de pastoreio, criação de gado e pescaria, mais tarde actividades de referência no concelho.

<sup>104</sup> D. Sancho I fez doação dela, com outras terras a D.<sup>a</sup> Maria Pais (a “Ribeirinha”). Em 1296 Vila do Conde obtém o seu primeiro foral concedido por D. Dinis, e em 1516 novo foral concedido por D. Manuel I, que entregava as terras de Vila do Conde à abadessa do Mosteiro de Santa Clara. “Notável escola de marinharia, Vila do Conde ocupou, por isso, lugar de destaque na faina dos mares, e aos seus calafates até foram um dia outorgados os mesmos privilégios e liberdades que aos calafates da vizinha cidade do Porto.” (Freitas, 2001, p. 20-21)



século XIX, a visão do Presidente da Câmara Bento de Freitas Soares permitiu a construção dos hotéis, do casino, do cinema e das vivendas, e Vila do Conde foi-se constituindo como burgo que tanto consolidava as actividades tradicionais (agricultura, pecuária, faina marítima, comércio e construção naval) como iniciava a revolução dos transportes (as vias ferroviárias e terrestres e as pontes metálicas sobre o Ave) e industrial (a construção da fábrica Rio Ave).

Elevada à categoria de cidade por decisão da Assembleia da República a 18 de Dezembro de 1987, o século XX foi o período da explosão urbana e da industrialização (as conserveiras, a construção naval e a têxtil) e os anos 40 a década do progresso económico, marcado por um pendor industrial e pelos progressos urbanos ao nível da cultura, educação, desporto, turismo e saúde. A relação entre centro urbano/concelho rural mantinha-se e, de alguma forma, traduzia as actividades económicas de Vila do Conde, dando-lhe a configuração social de comunidade matizada por interpenetrações agro-citadinas (Reis, 2000)<sup>105</sup>. À semelhança da Póvoa, até na faixa costeira, quem trabalhava no barco ou ia ao sargaço, cuidava do amanho da terra (Ibidem)<sup>106</sup>. A cidade crescia, na altura, para o mar e em função da época balnear<sup>107</sup>. As alterações económicas, sociais e políticas de meados do século XX tornam-na urbana e menos aristocrática: “Ficava para trás a Vila do Conde fidalga que tivera por referência principal a sua época balnear de praia frequentada por uma clientela aristocrática.” (Raul Proença cit. por Reis, 2000, p. 220). O concelho, a nível cultural, foi adquirindo, na primeira metade do século

---

<sup>105</sup> “Vila do Conde era, então, o centro urbano e o seu concelho rural em interacção permanente, visível nas feiras semanais de Sexta-Feira, e, de modo espectacular na festa de S. João e na celebração do Corpo de Deus, com procissão solene e tapetes de flores juncando sumptuosamente ruas e calçadas do velho burgo.” (Reis, 2000, p. 210)

<sup>106</sup> “A faina da pesca ou a apanha do sargaço não impediam o amanho da terra, mas na paisagem iam desaparecendo os altos muros que separavam quintas e herdades (...), surgiam a habitação social, infraestruturas de apoio à pesca, a fábrica de lápis *Portugália*, a fábrica de chocolates *Imperial*, a *Agros*, as fábricas de conservas e farinha de peixe, as novas fábricas têxteis.” (Páginas Verdes, 1990, p. 19)

<sup>107</sup> “Do Hotel Central (...) e Teatro Afonso Sanches, passando pelo Hotel da Avenida, Palácio Hotel e Casino, até às batalhas de flores, piqueniques, partidas de ténis, provas de ciclismo, automobilismo e equitação e à actuação da Banda Musical Vilacondense no coreto (...) vislumbrava-se o fervilhar da vida social à qual não seria alheio o intensificar do movimento associativo da cidade com os respectivos espaços culturais e desportivos. (...) O núcleo urbano tornou-se o centro dos convívios, moda, cafés, palestras, teatro e cinema, associações, clubes, turismo e desporto.” (Ibidem, p. 19-20)

XX, um património relevante, nomeadamente no que diz respeito ao regresso do Pelourinho aos Paços do Concelho, às obras de fomento do turismo, e às benfeitorias nas zonas balneares, ou, já na segunda metade do século, e nalgumas partes do concelho à criação literária esporádica, artesanato<sup>108</sup> e espectáculos cénicos.

### **Matosinhos**

Matosinhos estreita também relações particulares com o mar, pelo turismo de praias e pela pesca e indústria conserveira. A povoação é anterior à fundação da nacionalidade portuguesa, pois já existia no ano de 900 como *Matesinus*<sup>109</sup>. Em 1833 foi criada a primeira configuração territorial de Matosinhos como concelho<sup>110</sup> e em 1909, após pedido dirigido ao governo, o seu desenho administrativo actual. Matosinhos surgia como vila em 1853, constituída pelas freguesias de Matosinhos e de Leça, e como cidade a 28 de Maio de 1984.

A vocação piscatória tradicional mantém-se na atracção económica pelos recursos do mar. A relação com o mar marcou o desenvolvimento do concelho, com a criação de infra-estruturas que actuaram como vectores fulcrais nesse processo: o Porto de Leixões, o segundo maior nacional construído nos finais do século XIX, o Terminal TIR do Freixieiro, por onde passa grande parte das importações do País, a Exponor, Parque de Exposições do Norte e Centro de Congressos, e a proximidade

---

<sup>108</sup> Por exemplo, “Entre as rendas portuguesas, em grande parte de produção individual e doméstica, são principalmente as rendas de bilros (...). Em Vila do Conde, a produção das rendas adquiriu desde cedo grande desenvolvimento, entregando-se à sua confecção as mulheres dos homens do mar, que delas lançavam mão para aumentar os seus modestos proventos, ou para acudir a qualquer crise provocada pela instável vida do mar.” (Silva, 1986, p. 43). Um dos *ex-libris* culturais do concelho é a Feira Nacional de Artesanato.

<sup>109</sup> “Matesinus (lugar rústico, póvoa de pescadores, junto à foz do Leça) foi denominação do núcleo primitivo, referida em documento pré-nacional (século IX) e, nas inquirições de D. Afonso III (1258), Matusiny. Pertenceu à freguesia de Sandim, sede do julgado municipal de Bouças (desde Leça da Palmeira à foz do Douro). No século XVI Sandim decrescia em importância e elevava-se Matosinhos (600 fogos) recebendo foral manuelino de 30 de Setembro de 1514.” (Pacheco, 1992, p. 116)

<sup>110</sup> “Em 1833 foi criado o concelho de Bouças (área territorial impressionante), privado das freguesias de Aldoar, Ramalde e Nevogilde que transitaram para o Porto, após a construção da Estrada da Circunvalação (1895) que separa regiões diferentes e complementares. Três anos depois da primeira data o concelho de Bouças mudou-se para a Senhora da Hora (elevada a Vila de Bouças) e, em 1853, criado o concelho (e vila) de Matosinhos, constituído apenas pela sede e Leça da Palmeira. A 6 de Maio de 1909 desapareceu (definitivamente) a denominação de concelho de Bouças cuja sede foi transferida para Matosinhos.” (Ibidem)

do Aeroporto Dr. Francisco Sá Carneiro. As actividades económicas que se têm desenvolvido no concelho vão traduzindo a crescente importância do vector industrial<sup>111</sup> verificada nas últimas décadas do século XX, com assinalável destaque para o porto sardineiro e a indústria conserveira (Pacheco, 1992). O turismo, quer de praia quer religioso, tem sido um dos vectores concelhios, do ponto de vista económico e social, tanto pela sua estreita relação com o mar, como pela presença de um património religioso marcante. A época balnear, de longa data actividade geradora de riqueza para os locais, e de sociabilidades urbanas, há décadas atrás mais efervescentes e símbolo das novas riquezas burguesas, foi ponto de ancoragem para ilustres forasteiros<sup>112</sup>. O século XX, já nas últimas décadas, marcado pela requalificação da parte sul da cidade e pelo investimento político e simbólico na designada arquitectura da modernidade, pela figura e obra de Álvaro Siza Vieira e da sua escola. Desde a Idade Média, por seu turno, que romeiros e peregrinos rumavam a Matosinhos, à Igreja de Matosinhos, edificada no século XVI, para substituir o templo de Bouças, local de culto que albergava a procura da imagem do Bom Jesus (Matosinhos, 2001).

A relação das povoações com o litoral remonta a tempos remotos, aos tanques romanos escavados nas rochas, para produzirem conserva de peixe, tal como retratam os achados arqueológicos da praia de Angeiras; e, posteriormente, e já nos tempos da expansão marítima portuguesa, aos mareantes, grande parte da população masculina da época, à construção de naus e à produção de sal. Foi um concelho marcado pelo processo de industrialização de oitocentos, com a construção do Porto de Leixões – inicialmente, para responder a uma necessidade de porto de

---

<sup>111</sup> Nomeadamente indústrias alimentares, metalomecânicas, de material eléctrico, de construção civil, naval e obras públicas, de petroquímica, refrigerantes, têxteis e confecções, indústrias básicas de ferro e aço, transformadoras e derivados. Por outro lado, a hotelaria e o turismo, os transportes de médio e longo alcance e os serviços privados, nomeadamente a banca, a contabilidade, a electrónica e as novas tecnologias encontram no concelho de Matosinhos uma franca expansão (Pacheco, 1992).

<sup>112</sup> António Nobre percorreu-a, na praia de Leça da Palmeira, entre 1884 e 1889, e inspirou-se nos seus areais e rochedos da praia de Leça para escrever o poema da Boa Nova (Matosinhos, 2001, p.1): “*Ó Boa-Nova, ermida à beira-mar, Única flor, nessa viv’alma de areais! Na cal, meu nome ainda lá deve estar, À chuva, ao vento, aos vagalhões, aos raios! Ó altar de Nossa Senhora, coberto de luzes! Ó poentes da Barra, que fazem desmaios... Ó Sant’Ana, ao luar, cheia de cruces! Ó lugar de Rodão! Vila de Perafita!*”

abrigo, depois, já no âmbito de um projecto económico e social - e a pujança económica e social das indústrias conserveiras que ocuparam a parte sul do concelho até meados do século XX. As relações com a terra, e as terras aráveis defronte as margens do Leça, têm marcado o concelho, desde longa data. No século XVI, e com o foral manuelino de 1514, assumindo-se como um importante centro produtor agro-pecuário e sede de ricas propriedades, Matosinhos tornou-se um dos principais pólos abastecedores do Porto, numa altura em que freguesias como Ramalde, Foz e Aldoar ainda faziam parte do seu território. Os mosteiros marcaram a paisagem social e religiosa de Matosinhos: na Alta Idade Média, o Mosteiro de Bouças, cuja fundação é anterior à nacionalidade, e que permitiu o desenvolvimento do aglomerado populacional, e o Mosteiro de Leça do Balio que resultou da ampliação de uma antiga edificação e que viria a ser a primitiva sede em Portugal da ordem dos Cavaleiros Hospitalários.

### *Vila Nova de Gaia*

Vila Nova de Gaia, cais ribeirinho defronte para o Porto na outra margem do Douro, remonta as suas origens ao Paleolítico e à presença romana<sup>113</sup>. Os primeiros sinais de povoamento de Gaia remontam aos forais do século XIII, que já reconheciam a localização privilegiada junto ao rio das povoações – a travessia do rio e o ancoradouro - que por lá se fixavam e que permitiram a reorganização do povoamento e das actividades emergentes e do aparecimento de um entreposto comercial ribeirinho. Vila Nova de Gaia surgiu como município, com a união de Vila Nova e de Vila de Gaia e as demais freguesias rurais, em 1834<sup>114</sup>,

---

<sup>113</sup> “Vila Nova de Gaia é uma comunidade com séculos de existência. (...) Civilizações e culturas várias nela se foram desenvolvendo ao longo dos tempos. Daí a diversidade desta terra velha e relha onde existem ainda várias bolsas de povoados medievais, a par de vestígios arqueológicos mais remotos e onde se torna difícil o diálogo correcto e harmonioso com as edificações mais modernas. (...) Uma periferia suburbana sobre a qual vai avançando a cidade com muito do mal que esta lhe transmite e algo de bem, em termos de bens de equipamento que lhe coloca, vão desfigurando uma vasta zona rural que pretendemos ver mantida com as suas características autóctones.” (Costa, 1985, p. 43-44)

<sup>114</sup> Vila de Gaia surge por foral de 1255 de D. Afonso III e Vila Nova de Rei, antiga povoação de Burgo Velho do Porto, por foral de D. Dinis em 1288. As duas povoações vizinhas, a de Gaia e a de Vila Nova, separadas pela ribeira de Santo Antão e pela autonomia dos seus eleitos e da administração própria,

desenvolvendo-se as suas relações com a terra (concelho de tradições agrícolas e pecuárias), o rio e as indústrias emergentes (a cerâmica, a tanoaria, a metalúrgica, a cortiça e o vidro, e os armazéns de Vinho do Porto) e tornando-se em meados de oitocentos do século uma vila com florescimento económico e social<sup>115</sup>. Esta actividade, e com a instalação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro em Vila Nova, por ordem do marquês de Pombal, veio a alterar a fisionomia económica e urbanística de Gaia da altura. Actualmente, a relação com o Vinho do Porto e a produção económica, simbólica e turística das Caves do Vinho do Porto mantêm-se como factores locais potenciadores da oferta histórica e cultural e, nos últimos anos, da revitalização do cais ribeirinho de Vila Nova de Gaia. Por outro lado, atende, e de forma relativamente visível, no turismo, aproveitando os diferentes recursos de que dispõe: a orla fluvial e marítima (praias de mar<sup>116</sup> e de rio) e as potencialidades oferecidas pelo turismo de congressos e de negócios e incentivos. As suas praias sempre fizeram história, e de meados de oitocentos em diante, no prolongamento da tradição balnear dos concelhos da orla litoral, a norte e

---

foram tidas, do ponto de vista régio, como terras de pujança agrícola e de freguesias com grandes propriedades e rendimentos, com tradições comerciais ribeirinhas, tanto com o rio como com o mar, que apenas perderam a sua autonomia municipal por volta de 1383, tendo sido anexadas ao Porto.

<sup>115</sup> Como a análise do *site* oficial da Câmara de Vila Nova de Gaia nos permite reter, e num último acesso feito a 29 de Maio de 2007: “Vila Nova de Gaia tornou-se, por volta da segunda metade do século XVIII, numa terra de homens do mar, artífices, mercadores e homens de negócios. E foi nesta época de prosperidade que alguns estrangeiros começaram a instalar-se e a adquirir imóveis, nomeadamente casas e armazéns, os quais eram utilizados para apoiar as operações de embarque do vinho do Douro.” ([www.cm-gaia.pt](http://www.cm-gaia.pt))

<sup>116</sup> “Outrora couto privado da alta nobreza e de ilustres famílias de além-fronteiras, a praia da Granja está hoje no roteiro domingueiro das gentes do Porto. (...) Corria o ano de 1861 quando Fructuoso Ayres, um abastado comerciante beirão há muito radicado no Porto, vislumbrou, nos terrenos compreendidos entre um pinhal e o mar, ali bem junto a Espinho, o local ideal para nascimento de uma moderna estância balnear tão na moda na Europa fina, chique e elegante daquele tempo. Dois anos mais tarde e como Fructuoso Ayres tinha sete filhos, resolveu construir sete casas todas iguais, dispostas em correnteza e com as fachadas viradas para a linha do comboio, o grande atractivo de então. Nascia assim a Avenida das Sete Casas e com ela a urbanização da praia da Granja. (...) Mas, se a Fructuoso Ayres deve a Granja o seu nascimento, já o elitismo, a nobreza e a elegância são-lhe conferidos pelo conde de Burnay, que lá se instala pouco tempo depois num faustoso «chalet» por ele mandado construir. Durante anos é o maior da Granja e lá recebe convidados nacionais e estrangeiros. (...) Depois de Cascais, que conta habitualmente com a presença régia, a Granja é a mais aristocrata praia portuguesa. Cultiva-se um enorme snobismo e uma sobranceira que bastas vezes se confunde com arrogância. Ninguém parece estar à altura daquele punhado de famílias. Revela-se um local ideal para casamentos sempre sonhados. Acumulam-se títulos, fortunas, patrimónios. Tudo é compartilhado por esta «família» alargada: a praia, os banhos, os jogos, os piqueniques no pinhal, os passeios no jardim, as idas à Assembleia e à capela.” (Almada, 2003b, p. 66-67)

a sul de Vila Nova de Gaia. A praia da Granja<sup>117</sup>, tida como a praia aristocrática do norte de finais de oitocentos, uma “praia de algibeira” como lhe chamou Ramalho Ortigão, foi retiro dos aristocratas da época e durante décadas a “coqueluche” do veraneio das classes nobres do tempo, nacionais e europeias.

Gondomar, Maia e Valongo, concelhos de interioridade aberta, ora situada à beira-rio, ora na relação com as serras e com o Douro, traçaram outros percursos com inscrições peculiares nos territórios. Da contiguidade territorial com os demais municípios, usufruem das partilhas de recursos e de trocas, e redimensionam pormenores da sua historicidade, potenciando-os como traços de especificidade local, para além do estatuto de periferia urbana que, durante os anos 80 e 90, tiveram face à centralidade económica e laboral do Porto.

### *Gondomar*

As origens toponímicas de Gondomar geram discussão quanto à sua veracidade. Camilo de Oliveira, na sua obra de cariz monográfico (Oliveira, 1983), apresenta aquela que lhe parece ser a justificação mais correcta<sup>118</sup>: foi o rei visigodo de nome Gundemaro que em 610 fundou o lugar que hoje alberga Gondomar<sup>119</sup>. As

---

<sup>117</sup> “Nesta altura (1876), a praia da Granja regista 300 habitantes/banhistas, número muito aquém dos três mil registados ali ao lado, em Espinho. E estes 300 constituem cerca de 90% da população que ali reside no período estival. Efectivamente, ao contrário de outras estâncias balneares, na Granja, a população indígena era praticamente inexistente, limitando-se aos serviços e aos pequenos comerciantes (...). Aliás, a própria designação do habitante estratificava a classe. Os banhistas eram conhecidos pelos granjolas, enquanto os residentes permanentes, normalmente naturais da Granja de Cima ou dos arredores, eram designados por granjenses.” (Almada, 2003b, p. 67-68)

<sup>118</sup> A este propósito, Hélder Pacheco afirma: “ (...) Sem fundamento digno de crédito atribui-se ao rei visigodo Gundimaro ou Gundimário (século VII) o topónimo e explicação etimológica (...)” (1992, p. 64). O universo popular associa as origens da designação às minas de ouro do concelho exploradas por visigodos e celtas (*Guld Malm – Vila Gumades*) e à figura de *Flávio Gundemarus*, fundador em 610 da povoação que estaria na origem da actual freguesia de Gondomar (Gondomar, 1997).

<sup>119</sup> O autor refere o seguinte: “A *Enciclopédia Universal Ilustrada Europeia-Americana*, dos Filhos de Espasa, sobre o nome de *Gundemaro*, diz: «Pertencia à nobreza; e depois do assassinato de Witerico (609) foi proclamado rei. O acto mais importante do seu reinado foi a reunião do concílio do seu nome, celebrado em Toledo a 23 de Novembro de 610. Gundemaro estabeleceu, além disso, o dogma católico em seus estados e rechaçou algumas invasões dos seus inimigos, morrendo depois de mais de 2 anos de reinado. Sucedeu-lhe Siseberto». (...) E ainda a respeito do nosso concelho, empregando a forma gráfica *Gondomar*, refere: «A igreja paroquial é mui antiga, afirmando-se que é o primeiro templo ibérico consagrado ao culto dos santos Cosme e Damião. (...) No monte Crasto, próximo à vila, existiu

origens humanas aproximam-se da Idade do Ferro (Pacheco, 1992)<sup>120</sup> e os documentos mais antigos referem-se a Gondomar antes da fundação da nacionalidade em 1143: em 897, em documento que confirma a existência da Igreja de Santa Eulália de Gondomar; nos séculos X e XI, com as primeiras referências documentais a *Mons Gondevari*, ao *Crastro Gundemari* e à *Villa Gondomar*. A demarcação geográfica e política de Gondomar surgiu em 1193 com D. Sancho I – que outorgou a carta de couto, doando-o ao Bispado do Porto – e com D. Manuel I que, em 1515, atribuiu o foral ao município de Gondomar. Em 1868 Gondomar viu a sua área aumentar com a incorporação das freguesias vizinhas e no século XX, mais propriamente em 1927, a sede do concelho, S. Cosme, nome de um dos patronos do concelho, foi confirmada como vila de Gondomar (Gondomar, 1997).

Gondomar apresenta um território ainda marcado pela assimetria entre o *urbano* (o *Baixo Concelho*), composto pelas freguesias mais próximas do Porto, com maior densidade populacional e maior dinamismo socioeconómico e urbanístico<sup>121</sup>, e o *rural* (o *Alto Concelho*), mais afastado do Porto e da sede do município, marcado pela inércia socioeconómica e correspondendo a uma área de dominância rural (Vieira, 1998)<sup>122</sup>. O concelho, “(...) sem ter perdido as potencialidades da lavoura (batata, milho, hortaliças e legumes)” (Pacheco, 1992, p. 64), tem presenteado nos

---

uma fortaleza romana e segundo a lenda, uma mina de ouro, encontrando-se vestígios de galerias abertas pelos Romanos e pelos Árabes. O território em que se acha construída a vila, é mui acidentado, mas os vales que a rodeiam são amenos e fertilíssimos, em toda a classe de produtos agrícolas. Indústrias várias. Foi fundada no ano 610 pelo rei godo Gundemaro, *que lhe deu o nome*. Sancho I lhe outorgou foral em Coimbra a 5 de Abril de 1193, que foi confirmado por Afonso II, em Santarém, em Março de 1218, e finalmente por D. Manuel I, em Lisboa, a 19 de Junho de 1514». Pelo que se vê atribue-se a *Gundemaro* a fundação do nosso concelho; na citada gravura lê-se o nome alatinado *Gundimarus*; parece, pois, que à falta de outra documentação, teremos de adoptar esta forma latina, pois a portuguesa é *Gondomar*.» (Oliveira, 1983, p. 174-176)

<sup>120</sup> Achados arqueológicos encontrados no Monte Crasto – fortaleza natural de Gondomar, *ex libris* panorâmico do concelho – documentam uma presença humana mais remota: “A vila (...) deve, certamente, o primeiro núcleo ao castro sobranceiro onde aparecem vestígios concludentes da presença dos remotos povoadores: galerias, restos de cerâmica e moedas.” (Pacheco, 1992, p. 64)

<sup>121</sup> Freguesias de Baguim do Monte, Fânzeres, Gondomar, Rio Tinto, São Pedro da Cova e Valbom.

<sup>122</sup> “À dicotomia rural/urbano, prevalente no município, tem sucedido na cidade um domínio cada vez maior do urbano, com traços de ruralidade que são ainda manifestamente evidentes ao nível da população, designadamente com o que se relaciona com o seu modo de vida, ou o relacionamento social (...) como também ao nível do espaço, cuja manifestação se traduz na presença de casas agrícolas activas (...).” (Vieira, 1998, p. 43)

últimos anos um acréscimo das actividades ligadas ao terciário, paralelo às indústrias com maior tradição ao nível local, nomeadamente a marcenaria e a ourivesaria. Na realidade, a “ourivesaria destaca-se largamente na cidade, tanto pelo número de fabricantes, como pelo acréscimo que o mesmo tem registado, muito particularmente nos últimos anos, evidenciando um forte dinamismo, sem manifestação idêntica a nível espacial (...)” (Vieira, 1998, p. 50). A actividade da filigrana de ouro e prata, com rendilhado notório em cordões, brincos e arcadas, caravelas, corações, alfinetes e estrelas (Gondomar, 1997), afirmou-se a partir da segunda metade do século XIX, com projecção nacional e no estrangeiro<sup>123</sup>. A criação de uma escola de formação profissional nesta área<sup>124</sup> traduziu o investimento político-económico e simbólico na continuidade das tradições da filigrana em ouro e prata, com particular incidência nas freguesias de Valbom, Fânzeres e São Cosme. De igual forma perspectivamos a indústria da marcenaria, cujos centros de maior expressão se situam em Valbom, São Pedro da Cova e na própria sede do concelho<sup>125</sup>: a Associação da Classe dos Operários Marceneiros Valboenses foi criada a 14 de Julho de 1898 e os móveis manufacturados começaram a ser apreciados nacionalmente pela qualidade das madeiras e pela habilidade manual dos marceneiros (Pacheco, 1992).

O tradicionalismo das actividades, visível nas artes locais como a marcenaria e a ourivesaria, de pendor turístico, cruza-se com outras manifestações económicas e sociais do concelho. São Pedro da Cova, freguesia que sempre se destacou pela exploração do seu couto mineiro (carvão e antimónio), traduziu, entre 1802 (data das primeiras explorações) e 1970<sup>126</sup>, umas das actividades específicas do concelho,

---

<sup>123</sup> “ (...) as filigranas de Gondomar foram elegidas, expressivamente, graciosos ex-libris, com fama e honrosa tradição, no País e no estrangeiro. Em 1881 estavam registadas 40 oficinas de ourivesaria em S. Cosme, 30 em Valbom, 8 em Jovim, num total de 95, empregando 374 operários.” (Pacheco, 1992, p. 65)

<sup>124</sup> CINDOR – Centro de Formação Profissional da Indústria de Ourivesaria e Relojoaria, criado a 26 de Dezembro de 1984 e segundo um protocolo estabelecido entre o Instituto de Emprego e Formação Profissional e a Associação dos Industriais de Ourivesaria e Relojoaria do Norte.

<sup>125</sup> A indústria do mobiliário modernizou-se e constituiu parte significativa do tecido empresarial do concelho e forte empregadora local (Gondomar, 1997).

<sup>126</sup> O actual Museu Mineiro de São Pedro da Cova acolhe o património material e simbólico da exploração mineira gondomarense.



paralela à actividade agrícola e pesqueira. A relação quer com as serras (Serras de Santa Justa, Pias e Castiçal, Flores e Banjas) quer com os rios (Sousa e Douro) permitiram aos povoados aceder a uma região agrícola com recursos no solo e subsolo, e às populações ribeirinhas a prática das lides pesqueiras de rio<sup>127</sup>. Sem atributos de estância balnear, como alguns dos concelhos congéneres da AMP, Gondomar, nas suas proximidades de margem com o Douro, alberga desportos náuticos e veraneantes de praias fluviais<sup>128</sup>.

### *Maia*

As origens do concelho da Maia são também remotas<sup>129</sup>. Seria necessário recuar, pelo menos, até às lutas da nacionalidade para conhecermos a história da Maia<sup>130</sup>. Mas as terras da Maia vêm de mais longínqua distância, pois abrangeram

---

<sup>127</sup> De interesse turístico são também os barcos característicos desta região, designadamente a lancha ou “catraia”, barco de quilha com casco de tabuado encostado, e o valboeiro, com o fundo chato, construído na freguesia de Valbom.

<sup>128</sup> “O Douro ainda alimenta povoações ribeirinhas (pesca) e de lazer ao permitir outros desportos e recreio: vela, remo e canoagem com provas internacionais (pistas de remo do Gramido e canoagem de Melres). A amenidade serena da paisagem contribui para a prática do campismo (parque no extremo sul da freguesia de Medas) apoiado por piscinas e courts de ténis. As praias fluviais do Douro (praia de Lomba) e a recatada «ínsua» do rio Ferreira (afluente do Sousa) são sítios aprazíveis e concorridos na época balnear. A prática do montanhismo (tão pouco explorada no país) tem condições excepcionais aqui, a escassos quilómetros do Porto (...).” (Pacheco, 1992, p. 66)

<sup>129</sup> Segundo José Maia Marques, há que precisar o sentido da palavra *Maia*. É um termo que abarca três conceitos e três âmbitos geográficos diferentes: Terra da Maia, Concelho da Maia até ao terceiro quartel do séc. XIX e Concelho da Maia na actualidade (2001). A Terra da Maia corresponderia, na época medieval, à totalidade do concelho de Matosinhos, à totalidade do concelho de Vila do Conde situado a sul do Rio Ave, uma parte de Santo Tirso, de Valongo e de Gondomar, e a uma freguesia do Porto. A área da Terra da Maia medieval contaria com 67 freguesias (Marques, 2002). Com as reformas administrativas de Mouzinho da Silveira, desmembrou-se a unidade territorial da Maia: em 1835 contava com 52 freguesias e nos princípios do século XX era ainda um extenso território, que se alongava no sentido meridional desde as margens do Douro, a sul, até ao curso do Ave, a norte; transversalmente ia da costa a uma pequena linha de elevação de Bougado a Rio Tinto (Ibidem). Na segunda metade do século XX, assistiu-se ao desmembramento completo da Maia, com a perda de freguesias que constituíram novos concelhos, até à configuração administrativa actual de 17 freguesias (Ibidem).

<sup>130</sup> Teríamos de evocar, particularmente, os feitos do guerreiro Gonçalo Mendes da Maia, apelidado de “Lidador”, a quem D. Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal, concedeu o título do seu Adeantado. “Herdeiras mais chegadas das famílias Soeiro e Mendes da Maia, orgulham-se as gentes maiatas da ascendência real da estirpe dos Ramiros (de Leão), século IX. Daqui são oriundas famílias da primeira nobreza do reino, destacando os referidos Mendes «da Maia», cavaleiros ilustres que se bateram pela independência de Portugal em S. Mamede (1128) e noutras peijas ao lado do moço Infante.” (Pacheco, 1992, p. 87-88)

todos os castros e coutos do rio Douro ao rio Ave<sup>131</sup>. A família de Gonçalo Mendes da Maia perdurou no domínio da Maia até ao século XV e, em 15 de Dezembro de 1519, D. Manuel I concedeu foral ao concelho. A Maia foi o cenário privilegiado das lutas entre liberais e absolutistas no século XIX, protagonizando, à semelhança dos feitos do Lidador, papel de relevo nas lides políticas e territoriais da altura<sup>132</sup>. Em 1836, implementava-se a reforma administrativa planeada por Mouzinho da Silveira<sup>133</sup> e a Maia, mais uma vez, assistiu a uma nova partição do seu território.

A agricultura foi, desde tempos medievais e modernos, a actividade por excelência do concelho, tornando-a uma das áreas mais ricas dos arredores do Porto<sup>134</sup>. Pode dizer-se que a Maia de “concelho caracteristicamente rural passou a urbano, dos mais industrializados do país, atraindo instalações de inúmeras

---

<sup>131</sup> A Terra da Maia tem origens que remontam ao período do Paleolítico mas é fundamentalmente do final do neolítico que datam os monumentos pré-históricos do concelho. “Da ilustre família romana dos Pallas do tempo de Cláudio, imperador (século I d.c.) as terras de Entre Douro, Ave e Tâmega, foram, posteriormente, baptizadas de terras de Palência e depois, terras da Maia. Palas e Maia, divindades pagãs certamente adoradas nesta região nas idades remotas.” (Pacheco, 1992, p. 87-88). Referir a história antiga da Maia é aludir “Àquele território de Entre Douro e Ave, grosseiro quadrilátero com vértices em Tougues, a Noroeste, na Foz do Douro, a Sudoeste, em Rio Tinto, a Sudeste e em São Martinho de Bougado a Nordeste.” (Marques, 2001, p. 10).

<sup>132</sup> Como nos referem José Vieira de Carvalho e José Maia Marques, numa breve alusão à história do concelho, e que a análise documental dos *sites* oficiais do município nos permitiu antever: “Em 1832, D. Pedro, primeiro Imperador do Brasil e Regente de Portugal em nome de D. Maria II, desembarcava na Maia, nos areais de Pampelido, na chamada praia dos Ladrões – referência alusiva às «razias» vikings de outrora - e marchava de seguida sobre Pedras Rubras. A Maia era, assim, em todo o espaço metropolitano português, a terra onde, por vez primeira, se arvorava a bandeira liberal. E em todo o agitado período que decorreu de 1832 a 1834 a Maia foi um dos palcos mais salientes das encarniçadas lutas fratricidas que opunham absolutistas e liberais. Os avanços das tropas; os recuos das tropas; os quartéis-generais; os quartéis avançados.” Veja-se a este propósito o endereço, por nós acedido pela última vez a 29 de Maio de 2007, <http://cultura.maiadigital.pt/estorias-e-memorias/estorias/brevissima-historia-da-maia>.

<sup>133</sup> E, como tal, “a Maia viu-se retalhada, e vários pedaços seus foram engrossar concelhos vizinhos. Foi assim com o Porto; foi assim com Matosinhos; foi assim com Vila do Conde, que terá recebido a parte de leão nesta acção dilaceradora duma terra secularmente unida; foi assim com Santo Tirso, um município também engrossado com uma larga soma de freguesias; foi assim com Valongo; e mesmo com Gondomar. Ao longo do século XIX, mais algumas freguesias viriam a colar-se ainda a Vila do Conde, sempre ao sabor de condicionalismos políticos, para os quais os interesses das populações e a história comumente vivida pouco importou.” (Ibidem).

<sup>134</sup> A partir da análise documental do *site* oficial do jornal digital *Maia Hoje* ([www.maiahoje.pt](http://www.maiahoje.pt)), acedido a 2 de Julho de 2003, foi possível reter que em 1855, então já só com 20 freguesias, o concelho da Maia chegou a produzir 242 160 alqueires de milho, 23 600 alqueires de trigo, 5 867 alqueires de centeio, 276 alqueires de cevada e 2700 alqueires de castanha. Praticamente sem indústria até à segunda metade do século XIX, em 1866, aparece pela primeira vez uma fábrica de moagem de cereais, a utilizar energia hidráulica e a vapor dentro da área do concelho (Águas Santas). Em 1880, já 2 moinhos utilizavam energia a vapor, ao lado de 58 a água e 1 a energia eólica.

unidades fabris, embora a agricultura constitua actividade fundamental que a paisagem não desmente.” (Pacheco, 1992, p. 85). Até à década de 1950, o desenvolvimento industrial manteve-se paralisado, situação que se alterou a partir desta data<sup>135</sup>. Nas últimas décadas, e paralelamente à implantação de grande número de indústrias e de vias de comunicação, os traços rurais da Maia mantiveram-se. Etnograficamente, Pacheco descrevia-a assim em idos de 1992: “De cunho essencialmente local são trajes e adereços (trajes de romaria, de feira e domingo), danças e cantares preservados por essas beneméritas instituições da nossa cultura: os Ranchos Folclóricos.” (Ibidem, p. 89) E acrescenta que, no que se refere aos equipamentos, a Maia dispõe de condições hoteleiras, discotecas e cinema, que permitem aos forasteiros descobrir a região do centro do Grande Porto: “O parque Zoológico da Maia foi aposta inteligente da Junta de Freguesia e Câmara Municipal dotando o Norte de espaço cultural e recreio.” (Ibidem, p. 90-91). As mostras de património histórico (o Mosteiro de São Salvador de Moreira que data de meados do século IX, o altar-mor do Santo Ienho, e a Igreja de Santa Maria de Águas Santas), associadas a cultos religiosos locais, constituem, entre outras alternativas mais recentes (como o Festival Internacional de Teatro Cómico, a Bienal da Maia ou o Festival de Música), propostas de diversão cultural e turística que se integram, desde finais dos anos 90, nos traços políticos da actividade autárquica. Da relação com a terra e as tradições locais e com a contemporaneidade das manifestações culturais urbanas, a Maia tem procurado projectar uma centralidade de lazer que poderá reposicionar, do ponto de vista social e político, o estatuto de periferia face ao Porto, a sua interioridade urbana e as marcas de cultura popular que as manifestações de lazer e recreio, até dado momento, tiveram, como de

---

<sup>135</sup> “Centro comercial e industrial, várias empresas (de pequenas e grandes dimensões) representam (a bem dizer) todos os sectores de actividade, com particular importância para a indústria de vestuário, consagrado vector da economia do município. Mas outras acompanham o ritmo da produção que os mercados exigem: indústria alimentar, panificação, electrónica, metalomecânica, químicos, plásticos, brinquedos e construção civil. O sector comercial, essencialmente ligado ao ramo alimentar, fez com que a Maia seja independente doutros centros periféricos dotados de comércio desenvolvido como é, por vocação e tradição, a cidade do Porto.” (Pacheco, 1992, p. 85)

alguma forma é visível na história política e social de outros municípios, nomeadamente dos da AMP.

### *Valongo*

A criação do concelho de Valongo remonta ao ano de 1836<sup>136</sup>, porém a ocupação humana desta região é muito anterior à romanização. Foram as características geo-morfológicas do território do actual concelho - a pluralidade de espaços repartidos entre o vale e a serra, a abundância de água garantida pelos rios Leça e Ferreira e a riqueza do seu subsolo - que facilitaram a fixação de povos desde épocas remotas<sup>137</sup>. As origens das terras de Valongo retratam-se, de igual modo, no universo das fábulas populares: começaram por ser habitadas no lugar de Susão<sup>138</sup>. O topónimo que designa Valongo teve origem nas palavras latinas *Vallis Longus* e os diversos achados arqueológicos encontrados junto aos castros, às jazidas minerais e à planície traduzem a ocupação romana desta área e a especificidade de povoados mineiros e agrícolas<sup>139</sup>. A romanização fez emergir um novo sistema económico-

---

<sup>136</sup> A passagem de Valongo a concelho acontece quando por Decreto de 6 de Dezembro de 1836 se leva a cabo o Projecto de Código Administrativo, aprovado por Dona Maria II.

<sup>137</sup> Valongo apresenta hoje uma riqueza geológica e paleontológica, alvo de interesse científico e académico. Vestígios toponímicos como *Evanta*, *Monte da Mamoá* e *Mamoá do piolho* atestam a existência de monumentos funerários associados à ocupação destas zonas no período Neolítico. Uma ocupação mais tardia corresponde às civilizações castrejas da Idade do Ferro, localizadas nas Serras de Santa Justa e Pias, com a presença de 3 castros (Alto do Castro, Castro de Pias e Castro de Couce), povoados primitivos estes posteriormente ocupados pelos romanos.

<sup>138</sup> A origem toponímica de Susão viria de Susana, filha de Samuel, descendente do rei David, que, intimidados pelas perseguições movidas contra os cristãos, teriam vagueado pelos desertos da Síria e partido para o ocidente. Desembarcados em Cale, actual Vila Nova de Gaia, Susana teria conhecido Donnus, um nobre romano, que, encantado com a beleza da jovem, se convertera ao cristianismo e a desposara. Forçados a comutar em exílio a pena de morte atribuída, Susana e o marido foram obrigados a abandonar Cale e, após um dia de viagem, teriam avistado um longo e exuberante vale, onde se instalaram e construíram uma povoação – *Pagus Susannus* (aldeia Susana). Com o passar do tempo e as variações da língua, *Susannus* teria evoluído para Susano e depois Susão.

<sup>139</sup> De acordo com a análise documental do *site* oficial da autarquia, pôde constatar-se que sem constituir, pelos factos conhecidos, um núcleo populacional importante do ponto de vista urbano, Valongo teria a sua importância como centro mineiro, sede da produção de ouro para o Império, e cujos vestígios de dois eixos principais, que atravessariam o concelho (estrada Porto-Guimarães e estrada Alfena-Valongo-Aguiar de Sousa/Penafiel), retratam a relativa centralidade viária da época. É também nesta altura que se inicia uma implantação habitacional de planície, mais ligada à exploração agrícola, como meio de alimentar os grupos que não trabalhavam no campo (exército, administradores das minas e servos ou operários mineiros). Veja-se o respectivo endereço, [www.cmvalongo.net](http://www.cmvalongo.net), neste caso por nós acedido a 23 de Junho de 2003.

social, que marcou o desenvolvimento da vida económica e social durante a Idade Média. Assistiu-se à progressiva fixação da mancha ocupacional nas terras baixas, nos vales férteis dos Rios Ferreira e Leça, com exploração fundeada no casal como unidade económica de base. Formaram-se diversos povoados e Valongo no século XIII aparecia, pela situação geográfica, como ponto de ligação entre o litoral e o interior e entre cidades tão importantes como o Porto e Guimarães. O crescimento demográfico desta região ao longo dos séculos acompanhou o progressivo desenvolvimento de outros sectores de economia, que não o agro-pastoril, como a indústria e o comércio, inicialmente em formas incipientes mas depois com uma forte expressão na economia local<sup>140</sup>.

No dealbar do século XIX, e para além das vicissitudes dos conflitos militares<sup>141</sup>, recrudesceram os factores de desenvolvimento que se vinham observando. Foi entre os finais do séc. XVIII e os inícios do séc. XX que se construíram as grandes casas de lavoura em todas as povoações, adensou-se e multiplicou-se a rede viária dentro dos limites do concelho, que passou a ser servido por transportes como o carro eléctrico e o comboio, sucedeu-se a abertura de estabelecimentos comerciais, com particular relevo para a principal artéria de Valongo e outros locais de Ermesinde, e definiram-se movimentos migratórios do interior para Valongo que alargaram os agregados populacionais. E Valongo foi crescendo, de acordo com as transformações do rural, com uma tradição industrial assente na transformação de produtos (com incidência particular do têxtil), com a sobrevivência de uma agricultura local incipiente e um aumento do sector terciário (no comércio e nos serviços públicos). Adquiriu, entre os concelhos da AMP, e de

---

<sup>140</sup> A título de exemplo, a indústria panificadora tradicional: as suas origens remontam à Baixa Idade Média, mas conhece tal desenvolvimento o fabrico de pão de trigo, que permitirá aos padeiros de Valongo alimentar toda a região envolvente e, com o produto do seu trabalho, contribuir decisivamente para a construção da nova igreja, começada a edificar pelos finais do século XVIII.

<sup>141</sup> Na sequência da análise documental já referida, conta-se que não só uma divisão do exército napoleónico se instalou em Valongo, transformou a igreja em cavalaria e saqueou valores a particulares e à igreja, como em 1832 o concelho foi palco das Guerras Liberais - Constitucionais e Miguelistas enfrentaram-se na Batalha da Ponte Ferreira. Em Ermesinde, o antigo Convento de Nossa Senhora do Bom Despacho (Santa Rita) tornou-se hospital militar das forças absolutistas e no adro da igreja foram enterrados em vala comum muitos dos que pereceram no Cerco do Porto.

modo mais vincado do que alguns outros, o estatuto de concelho dormitório do Porto: a maior parte da população residente activa do concelho de Valongo exerce a sua profissão fora do concelho e “Valongo é de certa forma ainda um concelho onde o campesinato e a posse de terra assumem uma importância social e económica, que nada faria esperar, se se considerar que se está às portas duma grande cidade como é o Porto.” (Silva; Gomes; Costa, 2001, p. 50-51). As relações com a terra mantêm-se: é ainda utilizada como meio de trabalho e de subsistência, é um bem patrimonial e de utilidade colectiva familiar e a pluri-actividade e o pluri-rendimento são características muito vincadas deste concelho (Ibidem). Da mesma forma, revitalizam-se, nesta relação estreita com a terra, as tradições locais – pólos de atracção turística como a Festa da Bugiada<sup>142</sup> em Sobrado e o enterro do João no Carnaval em Ermesinde – e o artesanato local e nacional – com a Feira das Artes Populares; e, política e socialmente, constrói-se o lema autárquico “um Centro Cultural por freguesia” (Ibidem).

Reconheçamos que é um traço transversal aos demais concelhos o seguinte: “quando se dão por alcançadas as sempre almejadas metas de satisfação e bem estar sociais em capítulos como os da habitação, saúde, educação e outras necessidades básicas das populações, ajustado será caminhar então no sentido de uma renovada aposta – a de lograr atingir cada vez mais elevados padrões e horizontes culturais.” (Ibidem, p. 108). Nesse sentido, o Porto, na sua centralidade relativa face aos demais

---

<sup>142</sup> As Bugiadas, que têm lugar a 24 de Junho, e de acordo com a tradição oral, remontam a uma lenda: no tempo da ocupação muçulmana da Península Ibérica, os árabes instalaram-se nas Serras de Pias e da Cucamacuca (actual Santa Justa) para explorarem as jazidas auríferas, enquanto os cristãos viviam nos vales, dedicando-se às actividades agro-pecuárias e ao culto de S. João Baptista, a quem atribuíam poderes de curandeiro em situações desesperadas (Saramago, 2002). Momento houve em que o Remoeiro, chefe dos muçulmanos, pediu aos cristãos a imagem do seu santo para que este salvasse a sua filha doente. Perante tal facto consumado, organizaram festas e procissão em torno do santo, convidando os seus donos a participarem nelas, de maneira a convencê-los a não levarem a imagem. Perante a recusa dos cristãos, o Remoeiro reteve-a pela força e aprisionou os cristãos convidados. Estes foram salvos por uma outra tribo cristã – os Bugios – que apareceram mascarados, com ferramentas agrícolas como armas, com objectos macabros e estridentes e com um animal fantástico tipo lagarto – o Serpe - para assustarem e vencerem pelo medo e superstição os muçulmanos, o que veio a acontecer. As Bugiadas são a reconstituição popular da lenda, com traços das “farsálias” romanas, dos autos e comédias vicentinas e da Comédia del’Arte Italiana (Ibidem), em que a máscara é uma personagem da peça de rua.

concelhos da AMP, destacou-se por um painel de oferta cultural diferente em momentos necessariamente anteriores aos demais concelhos. Concelho e cidade de longa história e feitos, associados à gesta da nacionalidade portuguesa, e aos momentos político-económicos e sociais marcantes, o Porto constituiu-se como a segunda cidade do país e, para além de Lisboa, o outro pólo de centralidade económica, política e cultural.

### ***Porto***

Do Porto, cidade invicta, recheada de história e de origens remotas, as relações com o mar e com a terra também marcaram os seus passos. A existência de vestígios pré-históricos está há muito assinalada na área demarcada da cidade e da região do Porto pelas antas, castros e citânias: por exemplo, o lugar ocupado pela Sé e o morro fronteiro de Gaia foram, ao que indicam as fontes arqueológicas, castros. Com a conquista peninsular pelos romanos, a região assistiu a profundas mudanças, quer a nível da organização espacial, quer a nível económico, religioso e político<sup>143</sup>. As invasões dos povos suevos e visigodos no início do século V e a ocupação muçulmana em 711 do sul da Península Ibérica<sup>144</sup> criaram novos cenários territoriais e políticos e o condado, cujo nome deriva do topónimo *Portucale*, acabaria por resultar de uma dádiva do rei Afonso VI à sua filha D. Teresa e a D. Henrique de Borgonha. O foral atribuído no século XII contribuiu para o rápido desenvolvimento do território, a tal ponto que em 1330 o Porto era uma cidade escala da actividade mercantil. A história do Porto medieval compõe-se de trocas comerciais prósperas

---

<sup>143</sup> A análise documental do *site* oficial da autarquia, [www.cm-porto.pt](http://www.cm-porto.pt), por nós acedido a 26 de Junho de 2003, permitiu-nos confrontar com o seguinte dado: a Sé foi o centro da actividade romana e o seu ponto estratégico mais importante. A expansão da cidade deu-se até à zona da Ribeira como se constata pelo mosaico romano do século IV A.C. encontrado na actual Casa do Infante. Os vestígios, por exemplo, da indústria da salga de peixe em Campanhã e Angeiras e de uma *villa romana* em Campanhã (*Campaniana*) e de uma aglomeração romana na Foz do Douro indicam que os núcleos de povoamento se multiplicaram e que, durante três séculos, a romanização do território foi completa.

<sup>144</sup> A ocupação muçulmana atingiu a região do Douro mas a ocupação do Norte seria efémera, e as regiões de *Bracara* (Braga) e *Portucale* renasceram. Uma figura histórica marcou este período da história do Porto, Vímara Peres, peça fulcral no reordenamento e povoamento do Porto.

com os países do Norte e de traços mobilizadores da sua população<sup>145</sup>, como também de disputas políticas várias entre representantes da nobreza, do clero e da burguesia emergente. Como em todo o país, a influência dos Descobrimentos foi determinante<sup>146</sup> e ao longo do século XIX o Porto traduzia a industrialização e a urbanização crescentes (nas áreas do vinho, metalomecânica, têxteis e calçado e nos transportes e vias de comunicação), a institucionalização das elites burguesas e do liberalismo e a defesa dos ideais republicanos. Como estância balnear, Foz do Douro assumiu-se como a praia de referência para a comunidade inglesa e as classes altas do Porto<sup>147</sup>. O estatuto de Cidade Património Mundial, atribuído em 1996 pela UNESCO, e de Capital Europeia da Cultura em 2001, juntamente com Roterdão, foram o culminar do processo de desenvolvimento económico e social secular.

O Porto continua a ser a segunda cidade do país, situada entre a capital e o restante tecido urbano. O burgo portuense de dimensão restrita, inserido numa

---

<sup>145</sup> Aquando da crise de 1383-1385, o Porto esteve incondicionalmente ao lado do Mestre de Avis e em 1414, perante os preparativos no Porto da expedição a Ceuta pelo Infante D. Henrique, a população do Porto ofereceu toda a carne que tinha à armada e reservou para si as tripas. Daqui advém a alcunha de tripeiros dos habitantes do Porto.

<sup>146</sup> A prosperidade da cidade reporta-se ao século XVIII com “(...) o ciclo económico dos vinhos nacionais, nomeadamente vinhos finos (de embarque) do Douro, exploração e comércio fomentado pelos ingleses que se estabeleceram na cidade e região. (...) Por outro lado, o ouro (e diamantes) do Brasil (reinado de D. João V, o Grande Mecenas) fomentou (e caracterizou) um período de obras significativas que muito contribuíram para o sucesso e difusão das belas-artes.” (Pacheco, 1992, p. 162-163). Na segunda metade do século XVIII assistiu-se à explosão demográfica: a cidade extravasou as muralhas, “(...) ocupando áreas rurais dos arrabaldes com construções que não obedeciam a qualquer disciplina urbanística (...)” (Ibidem, p. 163).

<sup>147</sup> “(...) à época do grande impulso turístico da Foz do Douro, quando esta passa de uma pacata terra piscatória para uma concorrida estância balnear, onde afluí gente do Porto e de riba-Douro. O desenvolvimento dos transportes, por volta de 1870, contribui muito para essa metamorfose.” (Almada, 2003c, p. 89). A Foz passou a estar ligada ao Porto por via-férrea e, como tal, foi alvo da grande afluência de veraneantes. “Os trajectos que inicialmente se faziam de barco, de burro, de carroção e, mais tarde, de «charc-à-branc», passam a fazer-se nos cada vez mais requisitados «americanos». (...) este novo meio de transporte permite ligar a Ponte Nova à Foz no tempo recorde de 25 minutos, o que veio reduzir substancialmente o tempo dispendido com as idas a banhos. (...) Mas não são só os transportes os responsáveis por esta transformação. Também a numerosa colónia britânica, estabelecida há décadas no Porto, fecha as casas na cidade e parte em busca dos ares frescos e saudáveis da Foz do Douro. E, com o isolacionismo que caracteriza os ingleses, juntam-se todos na mesma praia, por isso ainda hoje há quem se refira à praia do Caneiro como «a praia dos ingleses». Algumas famílias alugam em cada Verão a mesma casa. (...) Por volta de 1880, a Foz recebia dois turnos de banhistas. O primeiro, constituído pelas classes altas da cidade do Porto, chegava em Agosto e retirava-se no fim de Setembro ou mesmo nos inícios de Outubro. O segundo vinha somente depois das colheitas, sendo composto, na sua maioria, por lavradores do Douro.” (Ibidem, p. 89-90)



ruralidade dominante, transformou-se, ao longo da modernidade, num aglomerado que concentra quase toda a dinâmica regional (Guichard, 1994). O crescimento do Porto dependeu desde a Idade Média de uma ligação estreita com o conjunto densamente humanizado do norte do país, nutrindo-se das suas complementaridades, e tornando-se o seu ponto quase obrigatório de contacto com o exterior (Ibidem). Por outro lado, outros fenómenos marcaram o Porto com uma intensidade relevante: a urbanização tardia, mas de uma rapidez acentuada, a periurbanização, de rapidez também ela acentuada, a entrada do valor urbano no sistema de relações sociais. O Porto passou a concentrar uma proporção crescente das mais variadas funções regionais públicas e privadas, desde os negócios até à cultura, passando pelas finanças, pela administração, pela saúde e pela educação. Nos últimos anos “a extensão do espaço residencial acompanhou e largamente excedeu a do espaço funcional. Na própria cidade adensou-se constantemente uma periferia cada vez mais afastada (...)” (Ibidem, p. 534). O Porto como epicentro de uma área metropolitana assume-se como sendo de importância fulcral no equilíbrio de forças com a capital e a outra área metropolitana do país: na prestação de serviços públicos de todo o tipo e no facto de ser a única região do país que fora da região de Lisboa reúne os elementos básicos de autonomia relativa de funcionamento regional (a bolsa, a banca, a imprensa diária de larga projecção, as plataformas multimodais de ligação internacional, a concentração de quadros qualificados e de direcções empresariais e associativas.

Como cidade do trabalho, pode dizer-se que ainda hoje constitui um dos pólos orientadores da mais importante bacia de emprego industrial e de produção do país. Contudo, se no início do século XX a cidade que nascia estava ainda na estrita dependência dos negócios do Vinho do Porto e da indústria algodoeira, actualmente o tecido produtivo é muito mais difuso e completo, nomeadamente ao nível dos serviços, tendo-se apostado numa diversificação contínua e numa

sofisticação crescente das actividades portuenses<sup>148</sup> (Guichard, 1994). Com este afastamento industrial para a periferia o Porto ficou com três actividades específicas, nomeadamente ao nível dos bancários, ao nível das associações patronais de cada ramo de actividade, e finalmente as direcções regionais ou as sedes sociais das empresas. A cidade oferece também o tecido mais completo dos serviços terciários que apoiam as funções produtivas e comerciais da região (administrações sectoriais, ensino profissional e superior, bancos e seguros, sociedades de gestão e informática, agências de transportes e distribuição, gabinetes jurídicos e técnicos).

Persistem contudo as bases funcionais das estruturas produtivas do Porto. No tecido empresarial portuense continua a prevalecer a dispersão, o artesanato, a pequena indústria, a sociedade de prestação de serviços e a iniciativa isolada (Ibidem). No entanto, a presença de capital estrangeiro na região do Porto é tradição antiga, nomeadamente com particular enfoque no negócio vinícola e na exploração mineira. No século XX esta situação reforçou-se, com a abertura progressiva do país à mundialização dos intercâmbios económicos, com a implantação de filiais, compra de firmas locais por grupos ou sociedades multinacionais, e por novas formas associativas que deram à empresa portuense maior capacidade de desenvolvimento sem perda de autonomia, nomeadamente com as participações de capital e os contratos de escoamento (Ibidem).

Para além duma verdadeira afirmação económica, o Porto assume-se também como uma cidade preocupada com a afirmação de uma identidade cultural.

---

<sup>148</sup> “O papel assumido pela cidade no tecido regional mudou muito mais. Sem nunca deixar de participar activamente na produção, ela passou sobretudo a geri-la, vendê-la, fornecer-lhe capitais, máquinas, quadros empresariais. As fábricas não desaparecem completamente do tecido urbano, mas nele deixaram cada vez mais espaço aos escritórios para privilegiar implantações periféricas que beneficiavam, a preço módico, de terrenos mais amplos e cómodos. Ao mesmo tempo aproveitavam uma mão de obra ainda menos exigente do que na cidade, tanto mais que aquela podia continuar dispersa, viver onde sempre viveu e ao mesmo tempo cuidar dos campos. (...) Das implantações fabris que ficaram no Porto destacam-se dois tipos. Por um lado as mais sofisticadas que precisam de tecnologia avançada e de uma maior proporção de técnicos especializados (...), por outro lado ficaram também na cidade empresas ligadas ao consumo directo e que por isso privilegiam a proximidade de um mercado mais importante e concentrado, bem como redes distribuidoras.” (Guichard, 1994, p. 546-548)

“A burguesia mercantil do Porto privilegiava os aspectos mais práticos da cultura, preferindo a valorização técnica à especulação teórica. As formações superiores de que dispunha a cidade nos fins de Oitocentos traduziam esta preferência para o concreto: a Academia Politécnica, as Escolas-Médico-Cirúrgicas e de Farmácia, até uma escola de Belas Artes na altura mais dinâmica no campo da arquitectura do que nas artes plásticas. A gente abastada também sabia gastar dinheiro com o Belo, mas dava em geral a primazia à perfeição da realização artesanal sobre a originalidade conceptual artística” (Guichard, 1994, p. 574).

Finalmente, o Porto sempre foi e continua a ser o ponto de encontro para o Norte do país inteiro. A convivibilidade portuense fracciona-se em núcleos que para cada indivíduo são complementares: “o próprio tecido urbano favorece o contacto. Os prédios de habitação ainda não são tão altos que se desconheçam os vizinhos. (...) A tradicional imbricação dos lugares de residência e de trabalho encurta o tempo gasto em deslocações e facilita um mínimo de convívio entre categorias sócio-profissionais diferentes. (...) Resulta disto que a cidade ainda é rica em tradições de convívio e em sítios onde se pode romper o isolamento e manter um certo equilíbrio através da relação com outrem”. Neste sentido, o Porto “organizou uma rede multiforme de sociabilidade sobre a qual assentou grande parte do seu modo de actuar na vida colectiva. Foi antes de mais através de academias, clubes, tertúlias, associações, cooperativas, grupos informais ou devidamente estruturados que a Cidade Invicta desenvolveu uma maneira específica de se exprimir (...) nomeadamente de tipo associativo.” (Ibidem, p. 630). Hoje em dia, no Porto, o associativismo mantém-se em todas as áreas: da cultura e do ensino aos clubes recreativos e aos grupos de compra, passando pelas iniciativas mais diversas de origem empresarial. E o século XX portuense modificou-se nas estruturas de apoio às manifestações culturais e artísticas e nas potencialidades turísticas, dotando-o de outras possibilidades de oferta e de procura locais e regionais.

### **... e dos percursos sócio-demográficos mais recentes**

A historicidade de cada concelho alicerça uma história individual que, quando cruzada com experiências territorialmente contíguas e simbolicamente feitas de similitudes, traçam uma possível trajetória comum supramunicipal. O editorial da agenda cultural da AMP, datado de Janeiro de 2007, salvaguarda essa intenção: “ A criação de uma agenda cultural da Grande Área Metropolitana do Porto – GAMP – será essencial para que os seus cerca de um milhão e meio de habitantes possuam um documento informativo dos eventos culturais. Trata-se de um instrumento que permitirá funcionar em rede e afirmar poder territorial, criando novos públicos, promovendo a intercircularidade e intermunicipalidade, bem como potenciar a nossa internacionalização. (...) A meta será (...) também realçar, através de vários contributos, a identidade patrimonial, turística, gastronómica e antropológica de cada concelho, desmistificando-a e aproximando-a dos cidadãos.” (Porto, 2007, p. 3)

Recuperemos a configuração teórico-empírica do nosso objecto de análise: a AMP como espaço supramunicipal, composto por 9 concelhos que integram o distrito de Aveiro (Espinho) e o distrito do Porto (Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia), e que fazem parte da delimitação territorial Região Norte<sup>149</sup>. Em termos de localização geográfica, configuram limites específicos a norte e a sul, a oeste e a este<sup>150</sup>,

---

<sup>149</sup> O Anexo 4KC reúne a identificação das freguesias dos municípios da AMP (e da actual GAMP) e das cidades e vilas abrangidas pela configuração municipal e distrital. Os requisitos necessários à elevação de uma povoação a vila ou cidade (número de eleitores, equipamentos colectivos e razões de natureza histórica, cultural e arquitectónica) constam da lei n.º 11/82 de 2 de Junho, publicada no Diário da República n.º 125, I Série de 2 de Junho de 1982.

<sup>150</sup> Mais de metade dos concelhos da AMP, e porque são concelhos da orla litoral, delimitam, a oeste, fronteira com o Atlântico (Espinho, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia), e entre si a contiguidade a norte e/ou a sul. Matosinhos e Porto são aqueles que definem a sua contiguidade territorial com concelhos da própria AMP, enquanto os demais, para além dos da AMP, estabelecem fronteiras ora com concelhos das NUTS Cávado (Esposende e Barcelos) e Ave (Vila Nova de Famalicão e Trofa), ora do Baixo Vouga (Ovar) e de Entre Douro e Vouga (Santa Maria da Feira). Os concelhos da orla interior, como Gondomar, Maia e Valongo, para além da contiguidade metropolitana, delimitam-se territorialmente face a concelhos que vieram a integrar a GAMP (Santa

figurando uma área total de 822,4 Km<sup>2</sup>, ou seja, 52,2% do total de área que a GAMP detém actualmente (1575 Km<sup>2</sup>), desde a sua criação em 2005<sup>151</sup>. Sem esquecer a configuração teórico-empírica do nosso objecto de análise, a AMP como espaço supramunicipal composto por 9 concelhos, ajusta-se um breve retrato sócio-demográfico da GAMP, de enquadramento geral e tendo por base certas coordenadas de leitura, pese embora a não exaustividade da análise aqui apresentada<sup>152</sup>.

Os concelhos da GAMP, num total de 14, e perfazendo 214 freguesias<sup>153</sup> (5% do total nacional e 11% do total da Região Norte), configuram um espaço metropolitano caracterizado pela centralidade territorial e socioeconómica e cultural do Porto e pela dupla coroa de municípios que o rodeiam. Por um lado, Maia, Matosinhos, Vila Nova de Gaia, Valongo e Gondomar, a constituírem uma primeira coroa envolvente, resultado da contiguidade territorial imediata; por outro, uma segunda, composta pelos municípios mais periféricos: até 2004, e na definição metropolitana inicial, Póvoa de Varzim e Vila do Conde (delimitando a norte a fronteira metropolitana) e Espinho (fazendo fronteira a sul); a partir de Janeiro de 2005, Arouca, Santa Maria da Feira e São João da Madeira, a alargarem a extensão da GAMP para sudeste; e Santo Tirso e Trofa<sup>154</sup> a estenderem o espaço metropolitano para nordeste, conjunto este que delimita novos concelhos para além dos da orla costeira e proximidades. Confrontando a definição metropolitana com a NUTS adoptada pelo INE, e perante estes novos municípios associados, a GAMP deixou de corresponder à sua delimitação territorial em termos de sub-região NUTS

---

Maria da Feira, Santo Tirso e Trofa) e a concelhos da NUTS Tâmega (Castelo de Paiva, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel).

<sup>151</sup> Consulte-se o Anexo 4LC com as características físicas do território metropolitano. Ressalve-se que, com a criação da GAMP, a dimensão territorial e demográfica da AMP reconfigurou-se significativamente, passando de uma área total de 822,4 Km<sup>2</sup> para 1575 Km<sup>2</sup> e de um total de população residente em 2001 de 1.260.680 habitantes (Portugal, 2006i) para 1.576.943 em 2005 (Portugal, 2006h). Os concelhos de Arouca e Santa Maria da Feira são, entre os 14, não os mais populosos, mas aqueles que apresentam as maiores áreas da GAMP.

<sup>152</sup> Para descrições e análises estatísticas mais exaustivas sobre a GAMP, consulte-se as publicações alusivas ao espaço metropolitano publicadas pelo INE e que constam da bibliografia final.

<sup>153</sup> Veja-se de novo o Anexo 4KC.

<sup>154</sup> O concelho da Trofa foi criado a 14 de Dezembro de 1998, a partir de freguesias do município de Santo Tirso.

III Grande Porto e passou a integrar concelhos das sub-regiões do Ave e de Entre Douro e Vouga<sup>155</sup>.

Do ponto de vista do território, a GAMP ocupa 1575 Km<sup>2</sup> de superfície (1,8% e 7,4% do país e da Região Norte, respectivamente). Como espaço metropolitano alberga municípios territorialmente desiguais: o com maior área é Arouca (329 Km<sup>2</sup>) e o que não só tem menos área como é composto por apenas 1 freguesia é São João da Madeira (7,9 Km<sup>2</sup>). A dicotomia entre os concelhos “grandes” e os concelhos “pequenos” existe: de um lado, Arouca, Gondomar, Santa Maria da Feira, Santo Tirso, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia; do outro, os restantes concelhos, ainda que com valores relativamente desiguais entre si<sup>156</sup>. A dimensão média das freguesias da GAMP é de 7,4 Km<sup>2</sup>, inferior às registadas na Região Norte (10,5 Km<sup>2</sup>) e no território continental (21,6 Km<sup>2</sup>).

Quando perspectivado a partir das questões jurídico-administrativas, e no que diz respeito ao ordenamento do território<sup>157</sup>, os municípios da GAMP têm correspondido, do ponto de vista formal, às exigências legislativas<sup>158</sup>. Têm 14 Planos

---

<sup>155</sup> Devido às alterações na estrutura administrativa do país e no perfil socioeconómico das regiões, em especial Lisboa e Vale do Tejo (NUTS II), houve ajustamentos pontuais na matriz original de delimitação geográfica das NUTS. A Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS) foi reajustada pelo decreto-lei n.º 244/2002 de 5 de Novembro e integra-se nas exigências da União Europeia de uniformização dos procedimentos estatísticos para a construção da informação regional. Tal como previsto no preâmbulo do decreto-lei n.º 46/89 de 15 de Fevereiro, legislação inicial, a nomenclatura é composta por 3 níveis de agregação para unidades territoriais (I, II e III) cuja fixação concreta em cada Estado membro corresponde às características específicas nacionais e às condicionantes e objectivos espaciais das políticas nacionais de desenvolvimento regional (Portugal, 2006a).

<sup>156</sup> Face à primeira metrópole do país, a Grande Área Metropolitana de Lisboa (GAML), com 211 freguesias e uma área total de 2935 Km<sup>2</sup>, a GAMP ocupa mais de metade da superfície desta última e tal acréscimo, que a fortalece como espaço metropolitano, é particularmente decorrente dos novos municípios associados de feição não costeira e de vertente urbano/rural (Portugal, 2006b).

<sup>157</sup> As bases da política de ordenamento do território e de urbanismo estão consagradas na Lei de Bases da Política do Ordenamento do Território e de Urbanismo (lei n.º 48/98, de 11 de Agosto), posteriormente complementada pelos decretos-lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, e n.º 310/2003, de 10 de Dezembro. De acordo com este enquadramento legal, o sistema de gestão territorial organiza-se em três âmbitos - nacional (compreendendo apenas o território continental), regional e municipal - e distingue quatro tipos de instrumentos de gestão territorial - instrumentos de desenvolvimento territorial, instrumentos de planeamento territorial, instrumentos de política sectorial e instrumentos de natureza especial (Portugal, 2006a).

<sup>158</sup> Atente-se aos Anexos 4MC e 4NC. Tenha-se presente que, dado o âmbito municipal do sistema de gestão territorial português, há os Planos Intermunicipais de Ordenamento do Território (PIOT) e dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT). Estes últimos compreendem os Planos

Directores Municipais (PDM) ratificados e aprovados, 12 dos quais em processo de revisão (excepção a Gondomar e São João da Madeira)<sup>159</sup>. Salientam-se, de igual modo, os casos dos municípios de Gondomar e da Maia que têm, respectivamente, 113,6 e 13,9 hectares de solo previstos para usos turísticos. A dimensão “Equipamentos e parques urbanos”, assegurada por quase todos os municípios, excepto Arouca e São João da Madeira, nos Planos Municipais de Ordenamento do Território, traduz nalguns casos valores mais secundários face aos usos industriais previstos para os concelhos. Os concelhos de Maia, Matosinhos, Santo Tirso, Trofa, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia são aqueles cujos usos industriais legislados reforçam a vertente industrial da história económica municipal.

A GAMP tem tido, numa outra vertente, uma dinâmica demográfica que, por um lado, corresponde a traços das tendências nacionais, e, por outro, a especificidades municipais e metropolitanas<sup>160</sup>. Tem um total de 1.576.943 habitantes e uma densidade populacional total de 21.638,8 habitantes por Km<sup>2</sup>. Os concelhos mais populosos são Vila Nova de Gaia (19,3%), Porto (14,81%), Gondomar (10,82%) e Matosinhos (10,71%), perfazendo 55,64% do total da população residente na GAMP. O Porto perde a centralidade residencial<sup>161</sup> não só face ao decréscimo

---

Directores Municipais (PDM), que têm constituído o principal instrumento de gestão territorial dos municípios, os Planos de Urbanização (PU) e os Planos de Pormenor (PP).

<sup>159</sup> Em 2005, e segundo dados do INE, a generalidade dos municípios do território continental detinha um PDM aprovado e ratificado. Em 2005, dois terços dos PDM em vigor tinham uma vigência parcial: em Lisboa e Algarve, esta situação correspondia a mais de três quartos dos municípios. Noutra perspectiva, sublinhe-se a constatação de que 60% dos PDM se encontravam em fase de revisão. Contudo, no Algarve e no Alentejo, este processo era menos intenso, uma vez que aquela proporção era de 6% e 34%, respectivamente. A primeira legislação relativa aos PDM data de 1982. Em 1990, o decreto-lei n.º 69/90, de 2 de Março, veio institucionalizar os PMOT e revogar o regime anterior aplicável aos PDM. Assim, em 2005, constatava-se que, dos 277 PDM vigentes no Continente português, apenas cerca de um quinto tinha sido aprovado após 1995 e apenas 6% após 1999. O Norte e o Algarve eram as únicas regiões onde a proporção de PDM aprovados após 1995 ficava aquém da média nacional (Portugal, 2006c).

<sup>160</sup> Os dados populacionais aqui apresentados reportam-se às estimativas da população residente relativas ao ano de 2005, produzidas pelo INE, informação de carácter provisório e intercensitário, aferidas aos resultados definitivos dos Censos 2001 e incorporando informação demográfica referente a 2005 e disponível em 11 de Junho de 2006 (Portugal, 2006a).

<sup>161</sup> Em 1991 o Porto tinha 302.472 habitantes e Vila Nova de Gaia 248.565. Em 2005, 233.465 e 304.274, respectivamente. Segundo dados do INE, em 2004 o Porto foi o concelho com maior perda populacional relativa: - 2,50% (Ibidem).

populacional dos últimos anos, como perante o aumento da população residente em Vila Nova de Gaia.

**Tabela 4.35**

Área, freguesias, população residente e densidade populacional por município da GAMP, 2005 <sup>a)</sup>

	Área (km <sup>2</sup> )	Freguesias	População residente	Densidade populacional (hab/km <sup>2</sup> )
Portugal	92 089,7	4259	10 569 592	114,8
Continente	88 966,7	4 050	10 082 154	113,3
Região Norte	21 285,8	2028	3 737 791	175,6
GAMP	1 575,0	214	1 576 943	21 638,8
Arouca	329,1	20	23 950	72,8
Espinho	21,1	5	31 202	1 478,1
Gondomar	131,9	12	170 621	1 293,9
Maia	83,1	17	133 048	1 600,3
Matosinhos	62,2	10	168 837	2 712,7
Porto	41,3	15	233 465	5 654,3
Póvoa de Varzim	82,1	12	65 882	802,9
Santa Maria da Feira	215,1	31	143 822	668,6
Santo Tirso	136,5	24	71 331	522,6
São João da Madeira	7,9	1	21 641	2 729,0
Trofa	71,9	8	39 624	551,3
Valongo	75,1	5	92 819	1 235,4
Vila do Conde	149,0	30	76 427	513,0
Vila Nova de Gaia	168,7	24	304 274	1 804,1

Fonte: INE, *Anuários Estatísticos Regionais 2005 (7 regiões)*

<sup>a)</sup> Informação disponível até à data de 30 de Setembro de 2006.

Enquanto espaço metropolitano, detém uma densidade populacional dez vezes superior à da região e à do país. Arouca é o único concelho menos densamente povoado face ao país e à região (72,8 habitantes por Km<sup>2</sup>), pois tem uma extensa área (a maior da GAMP, 329,1 Km<sup>2</sup>) com uma reduzida população (23.950 habitantes). Todos os concelhos limítrofes do Porto apresentam densidades populacionais superiores à verificada no espaço metropolitano. A população tende-se a concentrar, e de acordo com dados do INE (Portugal, 2006b), de modo mais



significativo, em torno das principais acessibilidades viárias como, a norte do Porto, da A28 (Matosinhos, Vila do Conde e Póvoa de Varzim), da A3 (Maia, Trofa e Santo Tirso) e da A4 (Valongo) e, a sul, da A1 (Vila Nova de Gaia e Santa Maria da Feira). Ressalta, de igual modo, e segundo a mesma fonte, que persiste um efeito centro-periferia, mais relativizado, com a densidade populacional a reduzir-se, à medida que aumenta o afastamento face ao município do Porto: particularmente, Póvoa de Varzim e Vila do Conde a norte, Santa Maria da Feira, a sul, e Santo Tirso e Trofa a nordeste.

O levantamento feito para Portugal (Portugal, 2006c) indicia, em primeiro lugar, que é no litoral, entre Viana do Castelo e Setúbal, que se situam as duas áreas com as densidades populacionais mais elevadas: os 13 municípios com maior densidade populacional pertencem à GAML (Amadora, Lisboa, Odivelas, Oeiras, Barreiro, Almada, Cascais e Seixal) e à GAMP (Porto, São João da Madeira, Matosinhos, Vila Nova de Gaia e Maia). Na sequência disso, e em segundo lugar, assistiu-se, entre 2000 e 2005, a um reforço da litoralização da população residente, em particular nos territórios metropolitanos. “Com efeito, os municípios cuja densidade populacional mais se acentuou concentram-se nas áreas metropolitanas de Lisboa (Odivelas, Seixal, Sintra, Oeiras, Cascais) e do Porto (Maia, Valongo e Vila Nova de Gaia). Pelo contrário, os respectivos centros metropolitanos - Lisboa e Porto - foram os municípios cuja densidade populacional do território mais se atenuou, tendo-se este fenómeno estendido a outros municípios metropolitanos: em particular, Amadora, Espinho e Barreiro.” (Ibidem, p. 26).

Sumariamente, e de acordo com os estudos recentes do INE<sup>162</sup>, os traços significativos das tendências sócio-demográficas da sociedade portuguesa, à data de 31 de Dezembro de 2005, apontam para:

---

<sup>162</sup> A publicação *Retrato territorial de Portugal 2005* (Portugal, 2006c) analisa a informação estatística de base divulgada nos Anuários Estatísticos Regionais e consiste numa caracterização demográfica, social e económica do território português, à escala local e regional. Nesta publicação, adoptaram-se as NUTS, nomenclatura estabelecida pelo decreto-lei nº 244/2002 e pelo regulamento comunitário nº 1059/2003, excepto “(...) no subcapítulo Preços, dada a impossibilidade de reajustar os indicadores à nova geografia territorial preservando o seu grau de representatividade regional. Em consequência deste estudo se basear em informação proveniente de um abrangente leque de operações estatísticas, o

**Tabela 4.36**

Evolução da população residente em Portugal e suas componentes (1994, 2001 e 2005)

	1994	2001	2005
População média	10 004 081	10 292 999	10 549 424
População em 31 de Dezembro	10 017 571	10 329 340	10 569 592
Relação de masculinidade (%)	93,0	93,4	93,8
Nados vivos	109 213	112 774	109 399
Óbitos	99 232	105 092	107 462
Saldo natural	9 981	7 682	1 937
Saldo migratório	17 000	65 000	38 400
Variação populacional	26 981	72 682	40 337
Taxa de crescimento natural (%)	0,10	0,07	0,02
Taxa de crescimento migratório (%)	0,17	0,63	0,36
Taxa de crescimento efectivo (%)	0,27	0,71	0,38
Taxa bruta de natalidade (%)	10,92	10,96	10,37
Taxa bruta de mortalidade (%)	9,92	10,21	10,19

Fonte: INE, *Estimativas Provisórias de População Residente, 2005*

- um total de 10.569.592 indivíduos (dos quais 5.115.742 homens e 5.453.850 mulheres) e um aumento ligeiro da população residente face a 2004 (0,38%);

- o crescimento contínuo da população entre 1992 e 2005, com maior ritmo no final dos anos 90 face à intensificação dos fluxos imigratórios, e um abrandamento em 2005 devido ao diminuto saldo natural (1937 indivíduos) e ao enfraquecimento do saldo migratório;

- a heterogeneidade no crescimento demográfico de cada região<sup>163</sup>, com uma taxa de crescimento efectivo máxima no Algarve (1,28%) e mínima no Pinhal Interior Sul (-1,31%), um aumento do número de NUTS III com taxas de variação negativas (13); saldos naturais e migratórios negativos nas NUTS Douro e Baixo Mondego; e o Porto a deixar de ser o concelho com maior decréscimo relativo, em 2004 (-2,50%), porque substituído pelo município do Gavião em 2005 (-2,64%);

---

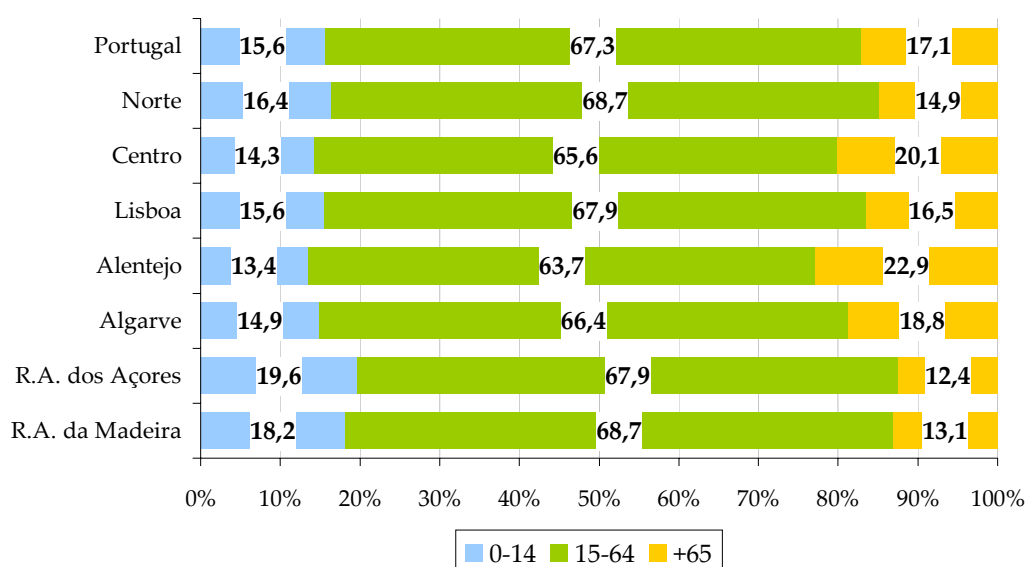
período em análise não é homogéneo ao longo de toda a publicação. Contudo, os anos de 2004 e 2005 constituem o seu núcleo central em matéria de âmbito temporal." (Ibidem, p. 1). Para além desta publicação, adoptámos também os dados e as análises das *Estimativas provisórias de população residente 2005* (Portugal, 2006a).

<sup>163</sup> Veja-se a este propósito o Anexo 4OC.

- a manutenção da proporção de jovens (15,6%), que na Região Autónoma dos Açores tem a maior presença (19,6%) e a mais baixa percentagem de idosos (12,4%); e o aumento da proporção da população idosa (65 ou mais anos de idade) na população total (de 17,0% para 17,1%), com o Alentejo a ter a maior percentagem de pessoas idosas (22,9%) e a menor de jovens (13,4%);

**Figura 4.23**

População residente segundo grandes grupos etários por NUTS II (%), 2005



Fonte: INE, *Estimativas Provisórias de População Residente, 2005*

- a manutenção de duas tendências distintas entre a população em idade activa (15-64 anos) – redução do grupo de adultos jovens (15-24 anos) na população total de 12,6% em 2004 para 12,2% em 2005; e redução da população adulta (25-64 anos) de 54,7% para 55,1% no mesmo período;

- a maior importância relativa da população em idade activa nas Regiões do Norte e Lisboa e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira ao superarem a média do país (67,3%); e o Alentejo (63,7%) com o valor mais baixo, seguido do Centro (65,6%);

- a visibilidade, em 1995 e 2005, do processo de envelhecimento demográfico, quer pelo estreitamento da base da pirâmide etária (que traduz a redução do

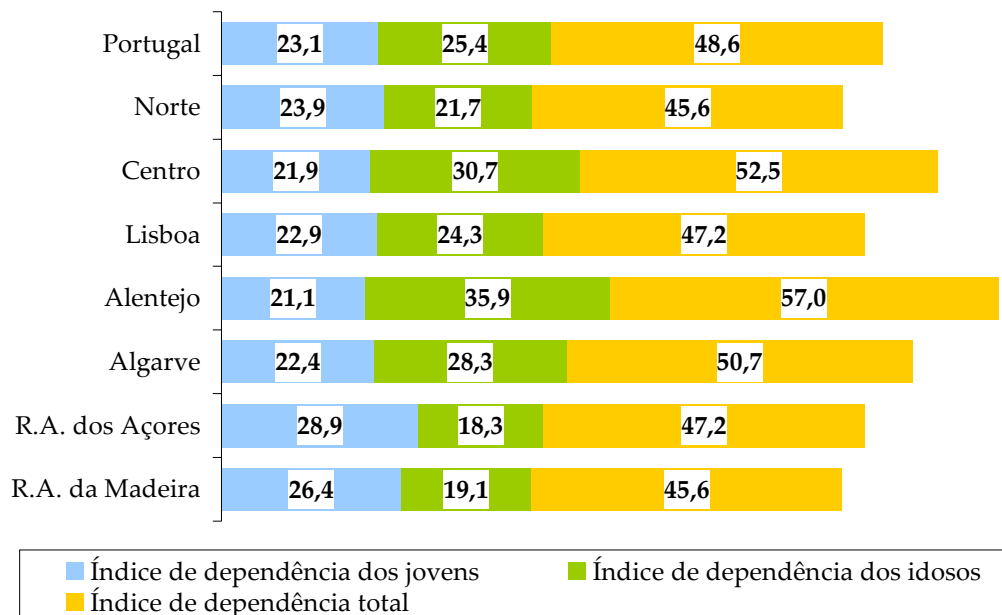
número de jovens e da natalidade), quer pelo alargamento no topo da pirâmide (que corresponde ao acréscimo das pessoas idosas e ao aumento da esperança de vida);

- a visibilidade do processo de envelhecimento em todas as regiões, embora com ritmos diferenciados, e com maior incidência entre as mulheres, reflectindo a sua maior longevidade;

- a redução do índice de dependência dos jovens de 23,2 para 23,1 e o aumento do índice de envelhecimento de 25,2 para 25,4 indivíduos, entre 2004 e 2005; o índice de dependência total estabilizou em cerca de 48 desde 2000; nas regiões do Alentejo, Algarve, Centro e Lisboa, observaram-se índices de dependência de jovens inferiores à média nacional e nas Regiões Autónomas, Norte e Lisboa, índices de dependência de idosos com valores abaixo da média do país;

**Figura 4.24**

Índice de dependência total (jovens e idosos) por NUTS II, 2005



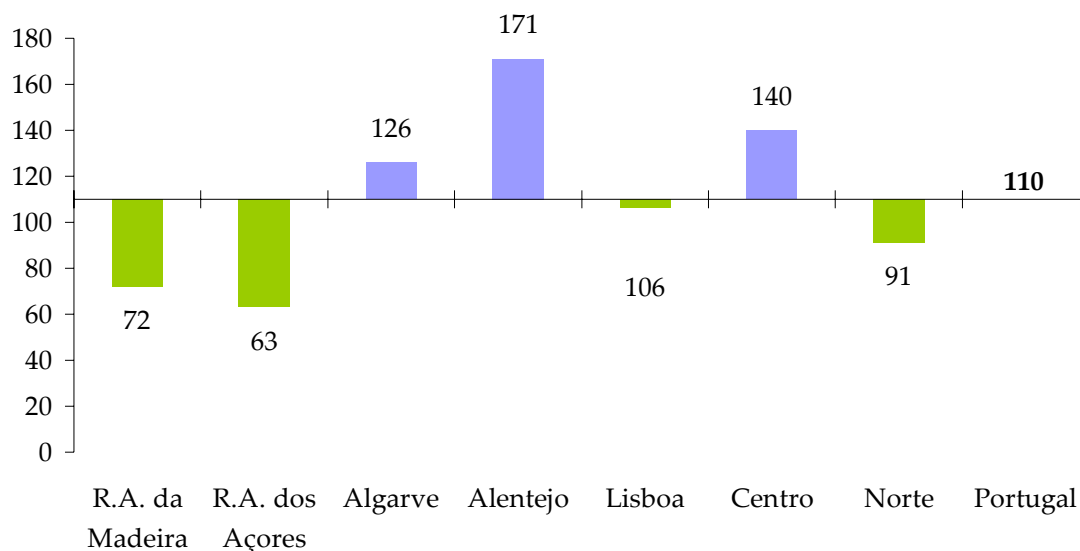
Fonte: INE, *Estimativas Provisórias de População Residente, 2005*

- o aumento do índice de envelhecimento, que passou de 109 indivíduos idosos por cada 100 jovens em 2004 para 110 em 2005, e que é superior ao do país

nas regiões do Alentejo, Centro e Algarve; as Regiões Autónomas, o Norte e Lisboa assumem valores inferiores;

**Figura 4.25**

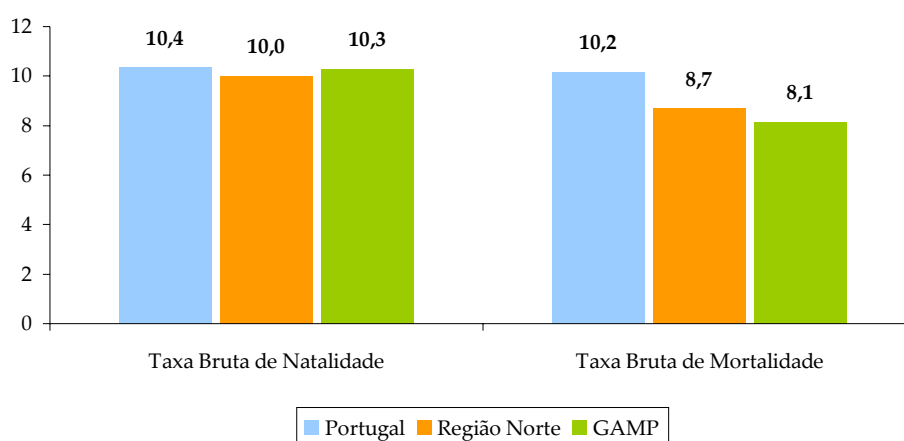
Índice de envelhecimento, por 100 indivíduos, Portugal e NUTS II, 2005



Fonte: INE, *Estimativas Provisórias de População Residente, 2005*

**Figura 4.26**

Taxas brutas de natalidade e mortalidade da GAMP, 2005 <sup>a)</sup>



Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte 2005*

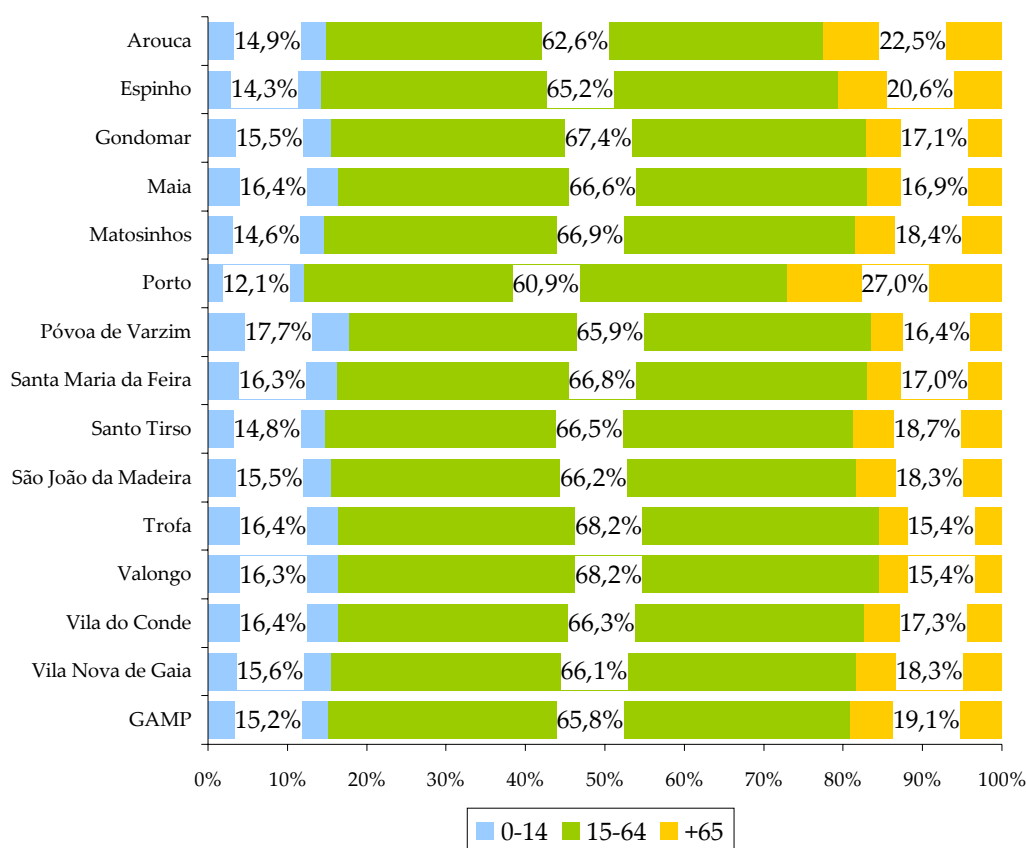
<sup>a)</sup> Informação disponível até à data de 30 de Setembro de 2006.

- as taxas de natalidade e de mortalidade com valores aproximados, destacando-se a região Norte (8,7%) e a GAMP (8,1%) face ao total verificado no país (10,2%), mantendo tendências de ligeiro decréscimo dos últimos anos.

Se atentarmos a algumas das tendências demográficas verificadas no território GAMP em 2005<sup>164</sup>, constatamos que a GAMP tem valores relativos de população residente segundo os grupos etários próximos das tendências verificadas a nível continental e regional, ainda que ligeiramente superiores aos verificados naqueles.

**Figura 4.27**

População residente segundo grandes grupos etários por concelhos da GAMP (%), 2005



Fonte: INE, *Estimativas Provisórias de População Residente, 2005*

<sup>164</sup> Os Anexos 4PC a 4RC contêm indicadores demográficos gerais do território GAMP relativos a 2005.

Os concelhos mais jovens são os da segunda coroa de municípios, com destaque para o de Póvoa de Varzim (17,7%), seguido dos de Vila do Conde, Maia, Valongo, Trofa e Santa Maria da Feira, com valores entre os 16,3% e os 16,4%. Por seu turno, são concelhos com maior centralidade funcional, como o Porto, que apresentam os valores mais altos de envelhecimento da população: 27% de idosos por contraposição a 12,1% de jovens. Registe-se que os valores quanto à proporção de indivíduos com mais 65 anos são no total dos concelhos significativos. Para além das taxas de natalidade e de mortalidade, regista taxas de nupcialidade e de divórcio próximas das verificadas no país e na região norte: 4,7‰ e 2,3‰, respectivamente.

Voltemos ao nosso objecto em análise – a AMP a 9 concelhos – e destaquesmos, com base nos dados do INE (Portugal, 2004), algumas características sócio-demográficas base que reportam aos dados definitivos dos Censos de 2001 e à década de 90. A evolução intercensitária nos concelhos da AMP mostra que entre 1981 e 2001 a população residente aumentou no território metropolitano: de 1.117.920 em 1981 para 1.260.680 em 2001, ou seja, uma variação de 12,8%.

#### **Tabela 4.37**

Evolução intercensitária da população residente da AMP, 1981-2001

Concelhos	População residente	Variação da população		População residente	Variação da população residente	
	1991	1981-1991	%	2001	1991-2001	%
Espinho	34 956	2 547	7,9	33 701	- 1 255	-3,6
Gondomar	143 178	12 427	9,5	164 096	20 918	14,6
Maia	93 151	11 472	14	120 111	26 960	28,9
Matosinhos	151 682	15 184	11,1	167 026	15 344	10,1
Porto	302 472	- 24 896	-7,6	263 131	- 39 341	-13,0
Póvoa de Varzim	54 788	540	1	63 470	8 682	15,8
Valongo	74 172	9 938	15,5	86 005	11 833	16,0
Vila do Conde	64 836	434	0,7	74 391	9 555	14,7
Vila Nova de Gaia	248 565	22 234	9,8	288 749	40 184	16,2
AMP	1 167 800	49 880	4,5	1 260 680	92 880	8,0

Fonte: INE, *Recenseamentos Gerais da População 1981, 1991 e 2001*

Num estudo de 2004 do INE sobre o território metropolitano<sup>165</sup>, algumas dimensões sócio-demográficas da AMP são analisadas, reportando-as aos momentos censitários entre 1980 e 2001, integrando-as num nível de análise mais global (escala país) e regional (região envolvente da AMP). Retenhamos apenas aqui os dados relativos à AMP e anotemos algumas das dimensões analisadas nesse estudo. Em primeiro lugar, e face a 1991, a população residente na AMP cresceu 8%, assumindo este território um dinamismo populacional superior ao verificado globalmente para Portugal, que cresceu 5%. Observando os concelhos que perderam e ganharam população residente neste período, destaca-se o Porto, que desde 1981 perde população, em virtude dos processos de urbanização, do crescimento dos movimentos migratórios para os concelhos vizinhos e do envelhecimento populacional local; e Espinho, que entre 1991 e 2001 teve uma variação populacional negativa (-3,6%) e com um índice de envelhecimento na ordem dos 95,3%. Em contrapartida, aumenta, e de forma continuada e significativa, a população residente nos concelhos limítrofes ao Porto, com especial destaque para Maia, Vila Nova de Gaia, Valongo e Gondomar, por um lado; e Póvoa de Varzim e Vila do Conde, por outro, estes últimos com significativos acréscimos de população face a 1981-1991<sup>166</sup>.

---

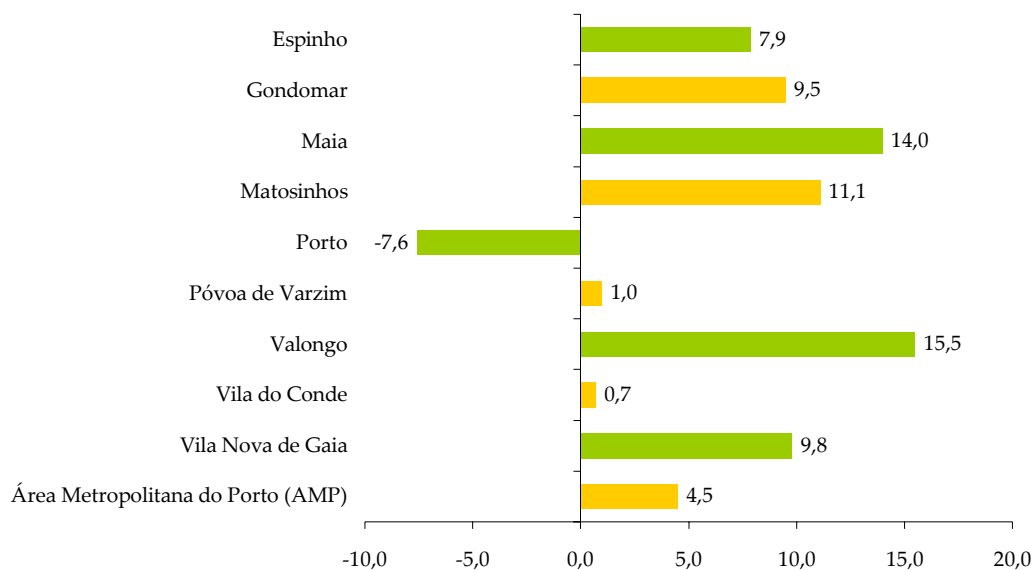
<sup>165</sup> No estudo *Retrato da Área Metropolitana do Porto*, realizado pelo INE (Portugal, 2004), procurou-se integrar a análise dos resultados sócio-demográficos da AMP no contexto de um território envolvente mais alargado, no qual se insere e com o qual estabelece relações de funcionalidade e complementaridade, e que os autores designam por região envolvente da AMP. Os concelhos que fazem parte dessa região envolvente são Barcelos, Braga e Esposende (Região Cávado Norte), Guimarães, Santo Tirso, Trofa, Vila Nova de Famalicão e Vizela (Região Ave Norte), Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira e São João da Madeira (Região Entre Douro e Vouga Sul), Ovar (Região Baixo Vouga Sul), Amarante, Baião, Castelo de Paiva, Cinfães, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel (Região Tâmega Este) e Mesão Frio (Região Douro Este).

<sup>166</sup> Veja-se os Anexos 4SC e 4TC. De acordo com os dados reunidos pelo INE (Ibidem), entre 1991 e 2001, a população da AMP intensificou o crescimento que observara nas décadas anteriores: foi determinante o crescimento populacional dos concelhos de Vila Nova de Gaia, Maia e Gondomar. Nos últimos 50 anos, e até 2001, a população portuguesa cresceu 22,7%, evolução que se estendeu, e de forma bem acentuada, à AMP e à própria região envolvente. Em 2001, a AMP concentrava cerca de 12,2% do total da população residente em Portugal, com uma densidade populacional 14 vezes superior (1547,3 Km<sup>2</sup>) à nacional (112 Km<sup>2</sup>) e quase dupla da da AML (833,5 Km<sup>2</sup>). Adicionando os concelhos do espaço envolvente, a população deste território mais alargado representava 26,8% do total nacional (Ibidem).



**Figura 4.28**

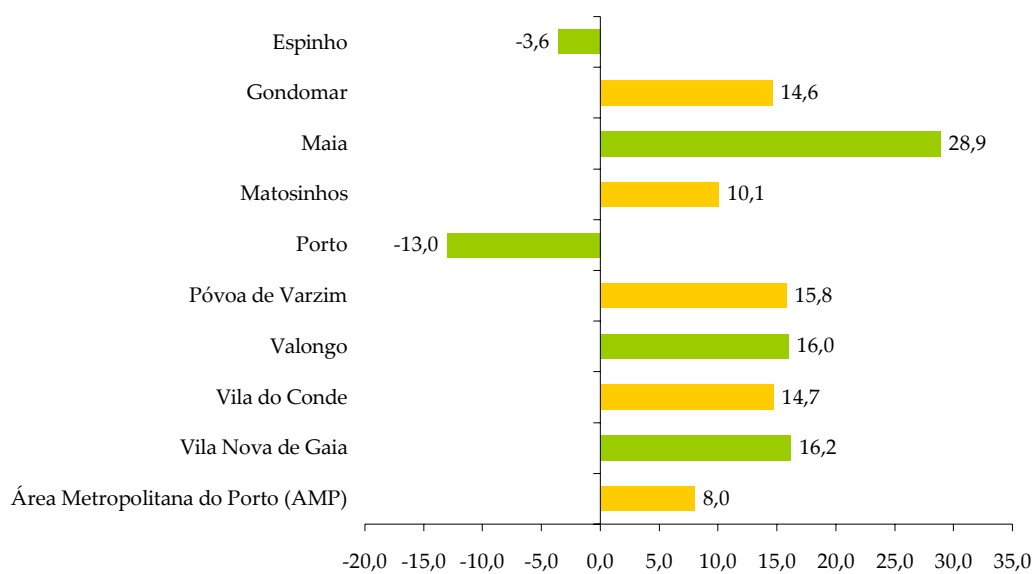
Crescimento da população residente total da AMP, 1981-1991 (%)



Fonte: INE, Retrato da Área Metropolitana do Porto

**Figura 4.29**

Crescimento da população residente total da AMP, 1991-2001 (%)



Fonte: INE, Retrato da Área Metropolitana do Porto

Acrescente-se que enquanto em 1981 e 1991 o Porto perde população, ainda que concentre mais efectivos populacionais metropolitanos (29,2% e 25,9%, respectivamente), em 2001 Vila Nova de Gaia torna-se o concelho mais populoso da AMP, concentrando 22,9% da população metropolitana.

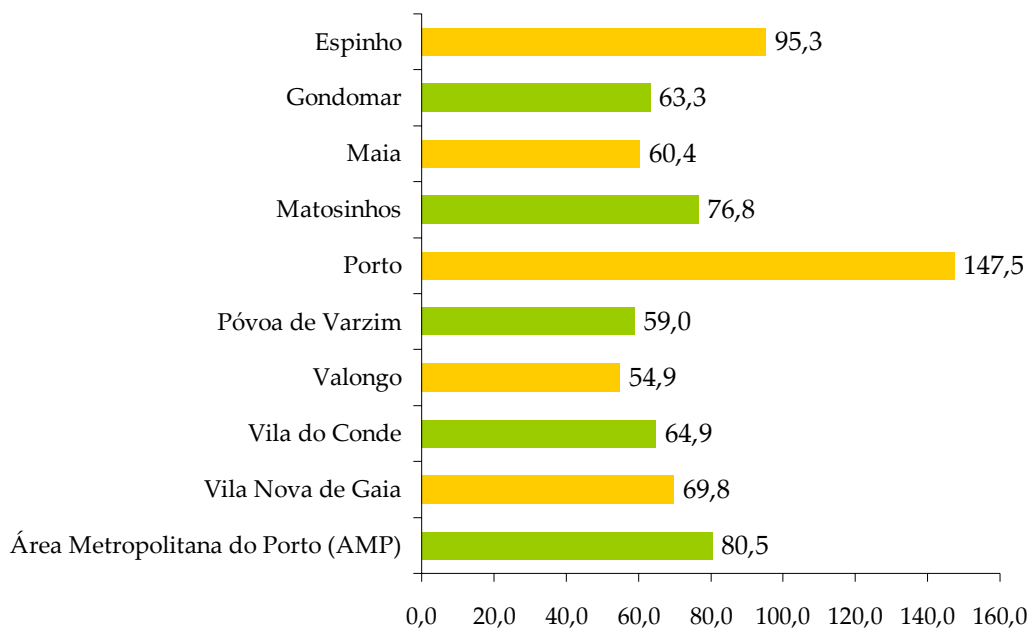
Em segundo lugar, a estrutura etária da AMP traduz uma população relativamente jovem mas cada vez mais envelhecida<sup>167</sup>. As tendências verificadas na população portuguesa a partir dos anos 80 – o envelhecimento progressivo, com decréscimos da população de jovens (com idade inferior a 25 anos e, em particular, com menos de 15 anos) e acréscimos da população mais idosa, estes em curso desde 1950 (Portugal, 2004) – estenderam-se à AMP na década de 90 e com níveis diferenciados nos seus concelhos. O Porto é o concelho mais envelhecido (147,5%), seguido de Espinho (95,3%) e Matosinhos (76,8%). Ou seja, e atendendo ao índice de envelhecimento, em Portugal existiam, em 2001, cerca de 102 idosos por cada 100 jovens, enquanto na AMP o mesmo índice descia para 81, sendo ainda maior a proporção de jovens do que de idosos. O Porto apresentava 148 idosos por cada 100 jovens, enquanto Espinho e Matosinhos 95 e 77, respectivamente. O envelhecimento da população da AMP traduziu-se, deste modo, nas proporções mais baixas de indivíduos nos grupos etários mais jovens em face da redução da natalidade (o envelhecimento pela base) e nas maiores proporções de indivíduos mais idosos em face do aumento da esperança média de vida (o envelhecimento pelo topo). Aumentou o peso relativo dos indivíduos com mais de 65 anos na totalidade dos concelhos e aumentou ligeiramente a variação negativa dos jovens entre os 0 e 14 anos, evidenciando-se, contudo, um ligeiro aumento da natalidade na AMP face a 1980 e a 1990: assistiu-se a um ligeiro aumento da natalidade no final dos anos 90 que contribuiu para que a AMP se apresentasse em 2001 como uma região mais jovem, em média (38 anos), do que Portugal (40 anos) (Ibidem).

---

<sup>167</sup> Atente-se a este propósito aos Anexos 4UC e 4VC que contêm informação sobre outros indicadores demográficos.

**Figura 4.30**

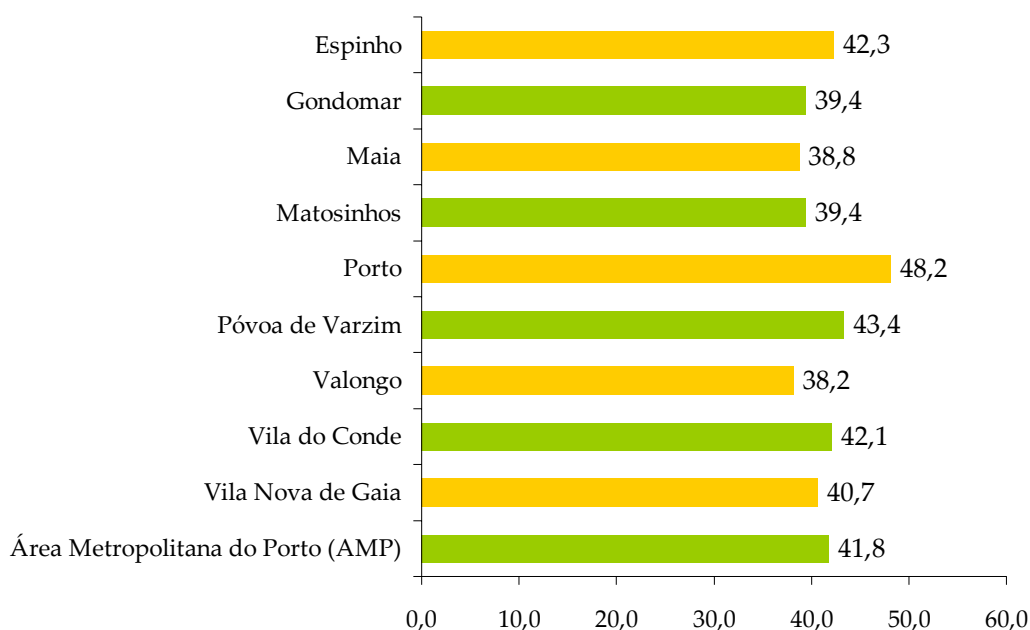
Índice de envelhecimento da AMP, 2001 (%)



Fonte: INE, Retrato da Área Metropolitana do Porto

**Figura 4.31**

Índice de dependência total da AMP, 2001



Fonte: INE, Retrato da Área Metropolitana do Porto

Assinale-se que o crescimento populacional observado na AMP, entre 1981 e 1991, teve origem no saldo natural (acumulado) positivo, em particular nos concelhos de Espinho, Póvoa de Varzim e Vila do Conde; e entre 1991 e 2001, no saldo migratório positivo e no saldo natural, embora também positivo, com menor dimensão do que o da década anterior. As entradas líquidas de migrantes ganharam um papel acrescido na explicação do crescimento populacional no território metropolitano, ainda que a componente natural fosse, contudo, a mais determinante na maioria dos concelhos, excepto em Espinho e no Porto, que foram alvo de movimentos migratórios de saída. Destaca-se na Maia, em Valongo e em Vila Nova de Gaia a taxa de crescimento migratório forte e crescente a partir de meados dos anos 90. Na Maia, na última década, três quartos do crescimento populacional foi explicado pelo crescimento migratório (Portugal, 2004)<sup>168</sup>.

Em terceiro lugar, a AMP apresenta uma melhoria significativa entre 1991 e 2001 do nível de qualificação académica da sua população residente<sup>169</sup>. Possuía, porém, 21,8% de população residente sem qualificação académica, inferior à observada no total do país (26,4%), e com significativa relevância nos concelhos de Póvoa de Varzim e Vila do Conde (25,1%) e menor expressão relativa no Porto (18,5%). 8% da população residente na AMP, em 2001, tinha como qualificação académica o ensino superior, acima da de Portugal no mesmo período (6,5%). Quanto ao ensino obrigatório completo (3.º ciclo do ensino básico), 36,4% da população tinha tal habilitação enquanto em Portugal era mais baixa: 13,8%. Porto e Vila do Conde detêm a maior e a menor proporção da população com o ensino obrigatório completo da AMP: 46% e 25%, respectivamente (Ibidem).

---

<sup>168</sup> Acrescente-se, e de acordo com os dados do INE (Portugal, 2004), que em 2001, e face à situação que se verificava em 1995, 91% dos residentes da AMP não mudou de residência para concelhos exteriores. Os movimentos residenciais da população da AMP processaram-se na sua maioria no seu interior. Maia, Valongo e Gondomar surgiram como os concelhos mais atractivos para localização residencial; Porto e Espinho constituíram os concelhos mais repelentes de população residente. Os fluxos residenciais no interior da AMP processam-se do Porto para a periferia (Vila Nova de Gaia, Gondomar, Valongo e Maia) ou entre os concelhos desta coroa envolvente do Porto (Matosinhos e Maia; Póvoa de Varzim e Vila do Conde, por exemplo) (Ibidem).

<sup>169</sup> Nos Anexos 4WC a 4ZC encontra-se disponível informação sobre indicadores de ensino da população residente.

**Tabela 4.38**  
Crescimento do nível de qualificação académica da população residente da AMP, 1991-2001 (%)

	Sem qualificação académica	Básico			Secundário	Médio	Superior
		1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo			
Área Metropolitana do Porto e região envolvente	-12,4	-8,0	9,7	104,7	102,3	-36,2	150,4
Área Metropolitana do Porto (AMP)	-10,8	-12,5	-7,2	80,1	78,6	-23,7	124,2
Espinho	-17,3	-16,0	-13,8	48,5	46,2	-37,7	102,3
Gondomar	-11,2	-4,3	0,2	107,9	131,8	-36,6	186,6
Maia	1,5	-4,7	8,5	133,1	165,3	-1,4	265,4
Matosinhos	-10,7	-11,6	-12,2	87,2	97,7	-17,8	145,5
Porto	-25,3	-30,6	-35,5	21,1	15,0	-21,5	68,5
Póvoa de Varzim	-9,0	-1,8	21,9	126,3	113,9	-36,3	171,1
Valongo	-5,5	-5,9	2,4	109,0	136,3	-35,0	209,4
Vila do Conde	-5,9	-2,2	12,9	144,8	144,5	-31,8	210,6
Vila Nova de Gaia	-4,1	-8,1	0,6	106,5	115,5	-23,0	163,9
Região envolvente da AMP	-13,5	-4,2	22,9	140,7	149,0	-51,7	218,9
envolvente Norte	-12,2	-5,6	17,7	130,1	142,2	-45,2	204,7
envolvente Este	-15,6	-2,5	37,8	172,7	181,4	-68,8	275,5
envolvente Sul	-12,3	-3,6	13,8	135,3	138,7	-48,8	261,0
Portugal	-19,7	-10,5	-1,5	77,0	86,4	-31,9	146,7

Fonte: INE, Retrato da Área Metropolitana do Porto

Em quarto lugar, a população residente da AMP apresentava em 2001 uma mão-de-obra relativamente jovem, no contexto do país, ainda que com um envelhecimento nas últimas décadas, e com uma maior participação feminina<sup>170</sup>. A população activa tinha mais mulheres (46,5%) e menos jovens (14% de jovens com idade inferior a 25 anos), atendendo ao prolongamento do período de estudos e ao retardamento da entrada dos jovens no mercado de trabalho, por um lado, e à redução da fertilidade, por outro (Portugal, 2004). Em 2001 650.000 activos constituíam a oferta de mão-de-obra na AMP, com uma taxa de actividade de 61,4%, e Maia, Valongo e Vila Nova de Gaia eram os concelhos com taxas mais altas e o Porto com a mais baixa (55,4%) (Ibidem). A população residente da AMP apresentava uma taxa de emprego de 56,5%, inferior à do país (58,5%), e uma distribuição regional da população empregada heterogénea e desigual: Vila Nova de Gaia e Porto concentravam, em conjunto, 42,6% da população residente empregada da AMP e Vila Nova de Gaia, Gondomar e Matosinhos eram os concelhos com as maiores taxas de emprego (61,6%, 61,2% e 60,2%, respectivamente). Segundo o mesmo estudo do INE (Ibidem), conviria destacar as seguintes regularidades da AMP em 2001:

- o acréscimo da população residente empregada ocorreu em todos os concelhos, com excepção do Porto e de Espinho, e devido, particularmente, ao aumento da população empregada feminina, menos jovem e com nível de instrução;
- a proporção de mulheres empregadas era de 45,8% (face a 42,8% em 1991), com especialização produtiva de alguns dos concelhos em torno da indústria têxtil;
- diminuiu a proporção de empregados jovens, entre 1991 e 2001, de 20,3% para 13,1%, subiu a proporção de activos empregados com ensino superior de 12,8% para 20,3% e desceu a proporção daqueles que tinham o ensino obrigatório de 74,8% para 56,7%;
- a população empregada exercia a sua actividade maioritariamente em ramos da indústria e construção (54,5%), serviços (43,8%), sobretudo de natureza

---

<sup>170</sup> Nos Anexos 4AD a 4CD encontram-se disponíveis alguns outros indicadores de emprego da AMP.

comercial (31,9%) e, com uma expressão diminuta, a agricultura, silvicultura e pesca (1,7%);

- os concelhos de Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia demarcavam-se por uma concentração de emprego no sector secundário superior à média metropolitana, sobretudo na indústria têxtil, em Vila do Conde, e na construção nos outros dois concelhos; o concelho do Porto concentrava a maior parte da sua população empregada em ramos dos serviços, sobretudo de natureza comercial (42,2%);

- o crescimento visível da população desempregada na década de 90 (51,4%) com uma taxa de desemprego em 2001 de 8%, superior à verificada em Portugal (6,8%);

- a distribuição desigual da população desempregada no interior da AMP: dos cerca de 52.000 indivíduos desempregados, quase metade residia nos concelhos do Porto (25,0%) e Vila Nova de Gaia (23,8%), cabendo ao Porto a maior taxa de

**Tabela 4.39**

População desempregada da AMP, 2001

	População desempregada	Taxa de desemprego (%)			
		Total	H	M	Jovens (15-24)
Área Metropolitana do Porto e região envolvente	91 876	6,5	5,3	8,0	9,8
Área Metropolitana do Porto (AMP)	51 862	8,0	6,8	9,4	13,9
Espinho	1 172	7,0	6,2	8,0	13,6
Gondomar	6 445	7,6	6,3	9,3	13,6
Maia	4 408	6,7	5,3	8,4	11,7
Matosinhos	6 851	8,0	6,9	9,3	13,5
Porto	12 951	10,2	10,1	10,3	20,7
Póvoa de Varzim	2 012	6,2	5,2	7,4	9,0
Valongo	3 320	7,3	5,8	9,2	12,0
Vila do Conde	2 345	6,1	4,3	8,3	8,2
Vila Nova de Gaia	12 358	8,1	6,5	9,9	13,7
Região envolvente da AMP	40 014	5,2	4,1	6,7	7,1
envolvente Norte	21 423	5,5	4,8	6,4	7,1
envolvente Este	11 410	5,0	3,1	7,7	6,6
envolvente Sul	7 181	4,9	3,8	6,2	8,4
Portugal	339 261	6,8	5,2	8,7	12,5

Fonte: INE, Retrato da Área Metropolitana do Porto

desemprego (10,2%);

- a maior intensidade do desemprego entre a população feminina (9,4%) e os jovens (13,9%) e a clivagem entre desemprego feminino e desemprego masculino (6,8%), excepto no Porto;

- o acréscimo do desemprego, entre 1991 e 2001, entre os indivíduos com o ensino secundário (22,9%); entre os indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos ou os 45 e os 64 anos; e entre os jovens, excepto em Espinho, Porto e Póvoa de Varzim;

- o exercício de uma actividade profissional num qualquer concelho da AMP por cerca de 610.000 indivíduos<sup>171</sup>, 90% dos quais residentes naquele território, e com cerca de 60.000 indivíduos, não residentes, a deslocar-se diariamente para o concelho da AMP;

- a atracção e polarização funcional em termos de emprego exercidas pela AMP, com um índice de polarização de 1,02, e com destaque para os concelhos da Maia (1,01) e do Porto (1,92); Gondomar e Valongo, seguidos de Espinho e de Vila Nova de Gaia, são os que apresentam os índices de polarização mais baixos e inferiores à unidade;

- as deslocações pendulares menos demoradas e mais prolongadas nos concelhos de Gondomar, Vila Nova de Gaia e Valongo, os que originam o maior número de deslocações de saída que, na sua maioria, se destinam ao Porto; e as deslocações pendulares de menor duração ocorrem para os residentes nos concelhos mais periféricos (Espinho, Póvoa de Varzim e Vila do Conde).

Por último, destaquemos um outro conjunto de características socioeconómicas da AMP em 2001 e 2002<sup>172</sup> (Portugal, 2004):

- quanto à capacidade empresarial, em 2002, a AMP dispunha de cerca de 30 Km<sup>2</sup> de terrenos infra-estruturados para acolhimento empresarial, que ocupavam cerca de 3,7% da superfície total da região, superior à de Portugal (0,3%);

---

<sup>171</sup> Veja-se o Anexo 4HD com dados sobre a mobilidade casa-trabalho em 2001.

<sup>172</sup> Os Anexos 4DD a 4GD contêm indicadores sobre o parque habitacional da AMP e a capacidade empresarial metropolitana.



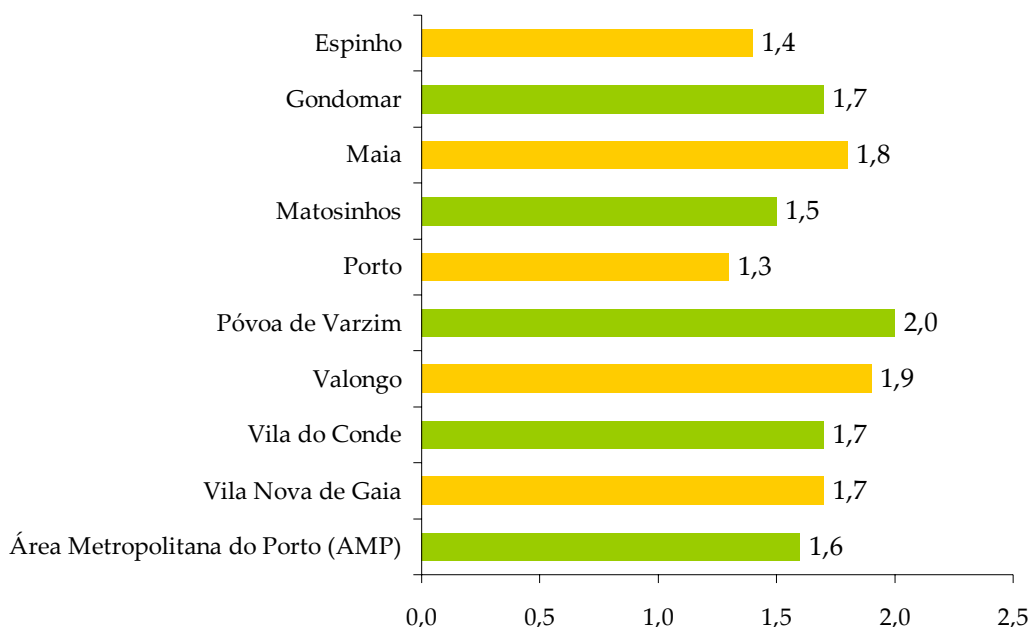
**Tabela 4.40**  
População empregada da AMP, 2001

	Total	Taxa de emprego	Trabalhador por conta de outrem	Patão	Agricultura, silvicultura e pesca	Indústria e construção	Serviços
Área Metropolitana do Porto e região envolvente	1 320 514	58,1	83,5	9,9	2,2	65,1	32,7
Área Metropolitana do Porto (AMP)	595 529	56,5	84,0	9,7	1,7	54,5	43,8
Espinho	15 536	59,6	82,9	10,0	0,7	59,7	39,6
Gondomar	78 063	61,2	83,8	9,2	0,7	57,5	41,8
Maia	61 123	56,6	84,0	10,0	1,0	57,9	41,1
Matosinhos	78 877	60,5	85,4	8,9	1,1	51,9	47,0
Porto	113 593	56,7	84,7	9,8	0,4	40,6	59,0
Póvoa de Varzim	30 409	53,5	77,2	13,6	9,5	57,8	32,8
Valongo	41 866	54,4	84,3	9,3	0,7	61,1	38,3
Vila do Conde	35 981	57,5	82,6	10,6	8,8	63,8	27,4
Vila Nova de Gaia	140 081	61,6	84,7	9,2	0,7	58,5	40,7
Região envolvente da AMP	724 985	56,2	83,1	10,1	2,6	73,8	23,6
envolvente Norte	365 611	49,7	83,4	10,4	2,3	72,8	24,9
envolvente Este	218 977	59,2	83,5	9,3	3,7	74,2	22,0
envolvente Sul	140 397	59,3	82,0	10,6	1,6	75,6	22,8
Portugal	4 650 947	58,5	81,6	10,3	5,0	51,6	43,4

Fonte: INE, Retrato da Área Metropolitana do Porto

**Figura 4.32**

Índice de renovação da população activa da AMP, 2001 (%)

Fonte: INE, *Retrato da Área Metropolitana do Porto*

- Vila Nova de Gaia, Maia, Vila do Conde e Póvoa de Varzim destacavam-se por disponibilizar as maiores áreas para aquele efeito, por oposição ao concelho do Porto que não dispunha daquela infra-estrutura;

- quanto ao tecido empresarial do espaço metropolitano e da região envolvente, o que o caracteriza é a acentuada vocação exportadora, com infra-estruturas de apoio ao comércio internacional e à internacionalização; destacam-se o porto de Leixões<sup>173</sup>, o aeroporto Francisco Sá Carneiro<sup>174</sup>, a Exponor<sup>175</sup> e o Europarque<sup>176</sup>.

<sup>173</sup> “Nos últimos anos, o porto de Leixões perdeu alguma importância no contexto do comércio internacional português. Ainda assim, regista o segundo maior volume de mercadorias movimentadas ao nível nacional e superior aos dos portos da Galiza. (...) Entre 1995 e 2001, passaram pelo porto de Leixões, em média, 16,9% das mercadorias transaccionadas no âmbito das trocas internacionais portuguesas e 24,4% das mercadorias transportadas por via marítima.” (Portugal, 2004, p. 81). Veja-se a este propósito o *site* oficial da instituição [www.apdl.pt](http://www.apdl.pt).

<sup>174</sup> “O aeroporto Francisco Sá Carneiro registou, entre 1993 e 2001, um crescimento do tráfego comercial superior ao do país, com destaque para o transporte de mercadorias. No entanto, em comparação com os principais aeroportos localizados na Galiza, o aeroporto Francisco Sá Carneiro apresenta, em geral, taxas de crescimento inferiores.” (Ibidem, p. 83). Veja-se a este propósito o *site* oficial [www.ana.pt](http://www.ana.pt).

Se atendermos ao contexto português e europeu, no referido estudo (Portugal, 2004) ressaltam ainda outras especificidades do espaço metropolitano. Por um lado, a AMP é uma região relativamente jovem porque apresentava em 2001 um saldo natural de 2,9‰ de população residente, o que excedia, tanto a média nacional, como a europeia. Por outro lado, e comparativamente com aqueles espaços, concentrava uma maior proporção de jovens e uma menor proporção de idosos e uma população com níveis de escolaridade distantes negativamente do padrão europeu: “Em 2001, a proporção de indivíduos com idade compreendida entre 25 e 64 anos que completou pelo menos o ensino secundário ficava-se em 34,7%, enquanto que a média europeia era já de 63,5%.” (Ibidem, p. 19). Em terceiro lugar, apresentava uma taxa de actividade superior à da média europeia e uma taxa de desemprego total (5,1%) e de jovens (9,5%) abaixo das médias europeias, ainda que fossem superiores às médias nacionais. As actividades do sector terciário caracterizavam o tecido empresarial da AMP (absorvia em 2001 59,1% da população empregada) mas possuía 37,9% de mão-de-obra industrial, valor este superior ao da média europeia (26,4%). Por último, o Produto Interno Bruto *per capita*<sup>177</sup> da AMP era, em 2000, de 17.812 euros, 21,1% abaixo da média europeia, em virtude, e

---

<sup>175</sup> “A Exponor registou, entre 1996 e 2002, um crescimento no número de expositores e de visitantes, assim como no número de feiras por si organizadas e certificadas internacionalmente. A EXPONOR - Feira Internacional do Porto é uma entidade especializada na realização de feiras internacionais, constituindo, ao nível Ibérico, uma das cinco maiores organizadoras de feiras e, em Portugal, a líder na organização de feiras profissionais.” (Portugal, 2004, p. 84). Acrescente-se que a Exponor, cujo historial na organização de eventos remonta a 1856, é uma instituição que pertence à Associação Empresarial de Portugal (AEP) – Câmara de Comércio e Indústria, fundada em 1849. Realiza mais de 50 feiras anuais, de diferentes sectores de actividade, na Europa, América e África do Sul, e dispõe da maior área para eventos de Portugal: 100 mil m<sup>2</sup> (60 mil m<sup>2</sup> no recinto da Exponor em Matosinhos e 40 mil m<sup>2</sup> no Europarque em Santa Maria da Feira). Veja-se a este propósito o *site* oficial da instituição [www.exponor.pt](http://www.exponor.pt).

<sup>176</sup> “Localizado em Santa Maria da Feira, o EUROPARQUE é um projecto de desenvolvimento económico e cultural da responsabilidade da AEP - Associação Empresarial de Portugal. O EUROPARQUE integra um Centro de Congressos, um Centro Cultural, o Centro de Ciência Visionarium, dedicado à divulgação científica, o IDIT - Instituto de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica, estrutura de apoio às empresas industriais na área da investigação e desenvolvimento e o PortusPark - Parque de Ciência e Tecnologia, cujo objectivo é o acolhimento de empresas tecnológicas, instituições de investigação e desenvolvimento e instituições de ensino.” (Ibidem, p. 85). Para outras informações, consulte-se o *site* oficial da instituição [www.europarque.pt](http://www.europarque.pt).

<sup>177</sup> Em PPC: Padrão de Poder de Compra (PPC). Indicador que resulta da conversão dos valores regionais do Produto Interno Bruto (PIB), expressos em termos monetários nacionais, numa moeda única, permitindo as comparações internacionais (Portugal, 2004).

segundo os autores, do nível médio de escolarização da população residente e da especialização produtiva (Portugal, 2004).

A AMP, com a centralidade relativa do concelho do Porto e com concelhos limítrofes cuja densidade construtiva tende a aumentar e onde se mantém, simultaneamente alguma tradição industrial e um processo de terciarização crescente, “(...) deve ser encarada, não apenas como um espaço urbanizado à volta de uma grande cidade, mas como uma área de quotidianos urbanos onde se desenvolvem inter-relações, isto é, laços mais ou menos complexos entre a cidade-pólo e os centros urbanos envolventes, por sua vez interligados. A metropolização operou-se através da dilatação das zonas urbanas e da integração no funcionamento metropolitano, não apenas das zonas periféricas, mas de territórios cada vez mais afastados, não contíguos em relação ao espaço urbano inicial, realidade que se apreende quando se analisam os movimentos pendulares.” (Ibidem, p. 20)